



## **DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 170.4.55.O**

**DATA: 03/07/18**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 13h55min**

**TÉRMINO: 18h58min**

**DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO**

<b>Hora</b>	<b>Fase</b>	<b>Orador</b>
14:20	BC	CLAUDIO CAJADO

**Obs.:**

**Ata da 170ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 3 de julho de 2018.**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente.**

**JHC, 3º Secretário.**

**Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.**

**Claudio Cajado, Paulo Foletto, Delegado  
Edson Moreira, nos termos do § 2º do artigo 18  
do Regimento Interno.**

**ÀS 13 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



---

## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 65 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. ALBERTO FRAGA**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido.)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 170.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece ao nobre Deputado Alberto Fraga pela diligência e rapidez na leitura da ata.

Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Of. nº 342/2018-CN*

*Brasília, em 28 de junho de 2018*

*A Sua Excelência o Senhor*

*Deputado Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*

*Senhor Presidente,*

*Em aditamento ao Ofício nº 342/2018-CN, comunico a Vossa Excelência e, por seu intermédio, à Câmara dos Deputados que o horário da continuação da 10ª sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para terça-feira, dia 3 de julho de 2018, destinada à deliberação dos Vetos nºs 14 e 19 de 2018, foi alterado para as dezenove horas.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Presidência pede às Sras. e aos Srs. Deputados que estão na Casa que venham ao plenário registrar presença. O painel já está aberto. Nós desejamos ainda hoje votar as matérias postas na mesa.

Gostaria, nesta oportunidade, de pedir aos partidos que estão em obstrução que avaliem junto às suas Lideranças a votação da Medida Provisória nº 824, de 2018, que perde a sua validade no dia 24 de julho. É necessário que nós possamos votá-la, porque ela libera financiamentos, recursos financeiros para projetos públicos de irrigação.

À bancada da Bahia, em especial, eu peço a mobilização para que possamos votar no dia de hoje essa MP, em acordo com os partidos de oposição. O Senado Federal não terá tempo hábil de votá-la na semana que vem, porque todos nós entraremos de recesso a partir do dia 17. Portanto, é importante que o Plenário se conscientize da necessidade de votarmos essa MP 824.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Tem a palavra o primeiro orador para dar como lido o seu pronunciamento, o Deputado Luiz Couto, por 1 minuto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - V.Exa. já foi o primeiro, não é?

Sr. Presidente, Padre Amaro foi preso em Altamira devido a acusações injustas por parte de madeireiros, empresários e grileiros da região. Mas o Superior Tribunal de Justiça, através do Ministro Rogerio Schietti Machado Cruz, o libertou por meio da concessão do Habeas Corpus nº 99.588-PA.

Eu queria parabenizar o Ministro e também parabenizar o Padre Amaro, que ficou por 3 meses na prisão. A injustiça cometida era para destruir a imagem desse religioso.

Então, peço a devida publicidade, nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, de pronunciamento que mostra que a justiça se fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa., Deputado Luiz Couto.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero louvar primeiramente a Deus, que ouviu nossas preces e a atendeu com a liberdade do Padre Amaro, ocorrida no último dia 29 de junho, Dia de São Pedro.

Padre Amaro recebeu sua liberdade provisória no último dia 28 de junho, em decisão, muito bem fundamentada, tomada pelo Ministro Rogerio Schietti Machado Cruz, na qual libertou o pároco por meio da concessão do Habeas Corpus nº 99-588-PA.



Ele se encontrava preso por diversas e injustas acusações por parte de madeireiros, empresários e grileiros da região.

Padre Amaro ficou 3 meses na prisão. A injustiça cometida era para destruir a imagem do pároco, que atua há anos na defesa dos direitos humanos e da reforma agrária. A prisão, ao meu ver, foi uma medida arquitetada por interesses políticos de fazendeiros da região.

Nós, como Comissão de Direitos Humanos e Minorias, fizemos duas visitas ao Superior Tribunal de Justiça para tratar da prisão do Padre Amaro. Na primeira, os Deputados Nilto Tatto (PT/SP) e Marcon (PT/RS) foram recebidos pela Presidente do STJ, Laurita Vaz. Na segunda visita, na última terça-feira (26), fui recebido pelo Relator do *habeas corpus*, o Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Agora, com o Padre Amaro liberto da injusta prisão, seguiremos acompanhando o processo, bem como suas atividades, para, juntos, podermos cuidar de sua proteção, diante de suas batalhas pelos direitos humanos prestadas sempre por amor à causa. Lembro que existe uma lista de pessoas marcadas para morrer naquela região onde Padre Amaro atua, inclusive o nome dele está nesta lista.

Saúdo, deste plenário, nosso Padre Amaro e afirmo que estarei à disposição sempre que ele necessitar.

Era o que tinha a dizer.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmir Assunção, por 1 minuto.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer dois registros.

O primeiro registro é que o Supremo Tribunal Federal suspendeu a privatização, a venda das refinarias no Brasil. Essa foi uma atitude importante, porque quem decide sobre privatização é o Congresso Nacional, são os Deputados. Michel Temer, golpista, queria privatizar as refinarias, sem a decisão do Congresso. O Supremo Tribunal Federal suspendeu esse processo. E eu quero parabenizá-lo justamente por essa decisão.

E o segundo registro, Sr. Presidente, é que ontem foi comemorado o Dia da Independência do Brasil na Bahia. Em 2 de julho de 1823, foi dado o grito de independência na Bahia. Então, por isso, quero parabenizar todos que participaram desse momento civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa., Deputado Valmir Assunção.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez volto a esta tribuna para alertar aos colegas sobre a Medida Provisória nº 841, de 2018, cuja Comissão Especial ainda não foi instalada. Esta MP tira recursos das loterias, especialmente das áreas do esporte e da cultura, e os destina para o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP.

Obviamente, todos nós concordamos que a segurança é uma pauta importante, está na agenda do País, já que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo, mas não é retirando recursos da cultura e do esporte, que são políticas preventivas, especialmente para os mais jovens, que vamos conseguir diminuir a violência no Brasil, mas sim o contrário.

Mais uma vez, quero aqui deixar consignado, pedindo a divulgação no programa *A Voz do Brasil*, o nosso repúdio à MP 841/18, pois é um equívoco do Governo retirar recursos da cultura e do esporte.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass. Em seguida, falará o Deputado Marcon.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar que neste momento, no Auditório Nereu Ramos, estamos realizando, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por sugestão nossa, um seminário para avaliar o impacto da reforma trabalhista no mundo da economia, no mundo da segurança jurídica e no mundo do trabalho, do emprego, tanto na cidade como no campo, dos assalariados rurais.

Na manhã inteira, a conclusão do debate que estamos fazendo em relação aos três temas que o Governo insistia tanto que viriam em benefício do Brasil se a reforma trabalhista fosse aprovada foi de que: primeiro, quanto ao tema de que a economia iria crescer, a economia não cresceu; segundo, que daria estabilidade jurídica, não deu, porque foram tirados 117 artigos da nossa CLT; e, terceiro, que geraria empregos, é o contrário que está acontecendo, está gerando desemprego — o emprego que gerou foi o emprego informal, precarizado.

Essa é uma amostra concreta de que a reforma trabalhista foi nociva. Por isso, temos que trabalhar pela sua revogação.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Deputado Bohn Gass, V.Exa. será atendido.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcon, que disporá de 1 minuto.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Pompeo de Mattos queremos registrar a presença neste plenário de comitiva do Município de Teutônia, no Rio Grande do Sul, que veio a Brasília, integrada pelo Secretário de Saúde, Hélio Brandão, o Vereador Vitor Lermen e o Vereador Jorge Hagemann.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece e congratula-se com os presentes.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga, por 1 minuto.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo Federal destinou 2,02 milhões de reais para serem investidos no Centro de Artes e Esportes Unificados, que foi inaugurado no dia 29 de junho, numa área muito vulnerável de Ceilândia.

O que me chama a atenção é que o Governo Federal mandou para a inauguração o Ministro da Secretaria-Geral, Ronaldo Fonseca, mas quem inaugurou essa obra de grande importância foi o Governador Rodrigo Rollemberg.

Não consigo entender. Há momentos em que ficamos sem entender qual é a direção desse Governo. O Governador do Distrito Federal é adversário político do Presidente da República, e uma obra de tal magnitude quem é que inaugura? O Governador do Distrito Federal.

Desculpe-me, mas isso é *(expressão retirada por determinação da Presidência)*.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa retira a frase final proferida no pronunciamento do Deputado Alberto Fraga.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos imbuídos na luta pela aprovação da Medida Provisória nº 832, de 2018, a medida provisória do frete, a medida provisória dos caminhoneiros.

A nossa luta é para que o movimento dos caminhoneiros seja atendido em suas reivindicações. Eles já foram enganados duas vezes no Governo da Presidente Dilma e agora estavam sendo enganados novamente no Governo do Presidente Temer.

Nós precisamos dar garantia a eles de frete mínimo, de estradas seguras, de aposentadoria, de isenção de pedágio para o terceiro eixo suspenso. Precisamos respeitar os caminhoneiros, que carregam o Brasil nas costas, que fazem a diferença, que transportam a riqueza deste País.

Nós vamos aprovar esta medida provisória o quanto antes, para dar a segurança jurídica que os caminhoneiros merecem, de que precisam e a que têm direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Convido o nobre Deputado Roberto de Lucena para utilizar a palavra por 1 minuto.

**O SR. ROBERTO DE LUCENA** (Bloco/PODE-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com grande pesar, eu faço o registro do falecimento, no dia 29 de junho, do Pastor Isaías Barbosa de Andrade, da Igreja O Brasil para Cristo, no Guarujá, ali na Baixada Santista. Infelizmente, foi envolvido em um acidente de trânsito que o vitimou bem como outras pessoas.

Quero expressar a minha solidariedade à sua família, por intermédio da sua esposa, a irmã Cleide de Andrade, ao Pastor José Raimundo, Superintendente das Igrejas O Brasil para Cristo, na Baixada Santista, ao Pastor Luiz Fernandes Bergamin e a todo o povo da Igreja O Brasil para Cristo, atendido por ele no Guarujá e em toda a região.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa., Deputado Roberto de Lucena.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra à nobre Deputada Janete Capiberibe, que eu tive o prazer de encontrar ontem à noite jantando com o seu esposo, o Senador João Capiberibe.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, neste final de semana, irei ao Arquipélago do Bailique, no Estado do Amapá, uma comunidade localizada a 12 horas de barco da Capital, Macapá. Michel Temer “reestruturou”, entre aspas, a agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e mandou fechar o Banco Postal, operado com o Banco do Brasil. A passarela que dá acesso à agência dos Correios está fechada com um tapume.

Aposentados e pensionistas do Bailique terão que viajar 2 dias, sendo 24 horas de barco, e pagar o equivalente a até 20% do benefício para receber o dinheiro.

Temer manda para aposentados e pensionistas a conta da reestruturação dos Correios e do Banco do Brasil e ainda os ameaça com a reforma da Previdência Social. É o que faz este Governo ilegítimo.

A comunidade quer a volta do serviço. Peço ao colega Guilherme Campos que nos ajude.

Sr. Presidente, peço a divulgação da minha fala no programa *A Voz do Brasil*, por favor.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Presidência determina que seja transcrito nos Anais da Casa o pronunciamento da Deputada Janete Capiberibe.





**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Passo a palavra à nobre Deputada Jô Moraes.

V.Exa. dispõe de 1 minuto para dar como lido o seu pronunciamento.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Claudio Cajado, grande baiano que preside esta sessão, quero registrar que têm sido muito importantes os esforços para que sejam ampliados os recursos investidos nos programas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Apresentei inclusive uma emenda para garantir que no mínimo 20% dos valores arrecadados das loterias esportivas sejam investidos nos programas de enfrentamento à violência contra a mulher. É necessário também que se torne prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias os programas de política de enfrentamento à violência contra a mulher. Nós não podemos mais nos restringir apenas a reclamar, a denunciar. Precisamos de ações concretas. Por isso, peço o apoio de todos os Deputados e de todas as Deputadas.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa determina que seja atendido o pedido de divulgação do pronunciamento da nobre Deputada Jô Moraes.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, apresentei no dia 18 de junho do ano corrente a Emenda nº 49 à Medida Provisória nº 841, de 2018. Ela busca garantir no mínimo 20% dos valores da arrecadação das loterias federais destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública — FNSP para aplicação em programas, projetos ou ações de enfrentamento da violência contra a mulher.



A proposta busca priorizar a aplicação dos recursos da segurança pública para ações relacionadas à mulher. Esta medida é essencial, pois os recursos vindos das arrecadações da loteria estão fora do teto de gastos públicos e não poderão ser contingenciados.

O Governo golpista, na linha do anda fazendo com as demais políticas sociais, vem diminuindo sucessivamente o orçamento voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher.

O Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência teve como valor estabelecido em apenas R\$ 24.774.650 no projeto orçamentário anual de 2018, montante este aumentado depois na tramitação pelo Congresso Nacional. Apesar do parco valor destinado, já teve dois cortes este ano: recentemente R\$ 661.623,00 e antes de R\$ 21.727,55. O pouco que tinha, apenas R\$ 103 milhões, passou para R\$ 82 milhões, e agora para aproximadamente R\$ 81 milhões.

Isso evidencia a total falta de compreensão do que realmente é importante, ou seja, se retira recurso de uma ação estratégica para combater a maior causa de assassinatos de mulheres no Brasil e não apresenta alternativas para combater esta violência.

Acredito que a aprovação da emenda irá contribuir para garantir recursos específicos para esta agenda. Estamos falando da morte de milhares de mulheres que poderiam ser evitadas com o real investimento do poder público.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Angelim. Logo em seguida, falará o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui conclamar os nobres colegas para que coloquemos logo, em regime de urgência, a apreciação da Lei Complementar nº 511, de 2018, que trata da Lei Kandir.

Há em torno de 548 bilhões de reais a serem repassados para os Estados, segundo dados do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal. Nossos Estados e Municípios estão precisando captar recursos, receber recursos, e essa é uma perda considerável para eles.

No Acre, em particular, temos pouco a receber, mas isso é importante para nós continuarmos os investimentos que são tão necessários para o desenvolvimento do Estado e para a geração de empregos.

Conclamo os Parlamentares de todos os partidos para que consigamos pautar essa matéria em caráter de urgência e aprovar essa Lei Complementar nº 511, de 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem neste momento pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados, o Estado do Acre vem perdendo receita ao longo dos anos assim como todas as demais Unidades da Federação.



Estas perdas são decorrentes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, cujos valores são devidos a partir de perdas acumuladas com a edição da Lei Kandir, em 1996, e chegam a R\$ 548,7 bilhões em todo o Brasil, segundo simulações realizadas pelo COMSEFAZ, que é o Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

Segundo os cálculos, cabe ao Estado do Acre receber R\$15.124.732,55 (quinze milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) para compensar as perdas acumuladas ao longo de mais de 20 anos.

Como o Parlamento brasileiro tem prazo até agosto de 2018 para editar lei complementar regulamentando os repasses da União para Estados e Municípios com o objetivo de compensar estas perdas, estamos pedindo, através do nosso Líder da bancada, Deputado Paulo Pimenta, a inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 511, de 2018, na pauta do plenário e também requerendo que ele tramite em regime de urgência.

Este prazo decorre de uma decisão do Supremo Tribunal Federal — STF, que, em 30 de novembro de 2016, julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade por omissão — ADO e fixou prazo de 12 meses para que o Congresso Nacional regulamente os referidos repasses.

Como a súmula da decisão só foi publicada em agosto de 2017, o Congresso Nacional estabeleceu o mês de agosto de 2018 como prazo limite para aprovar a regulamentação dos repasses.

Esta questão também interessa aos Municípios, pois, de acordo com o PLP, do montante de recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente



---

75% ao próprio Estado e 25% aos seus Municípios, segundo critérios de distribuição a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal.

Por esta razão é preciso que envidemos todos os esforços para aprovar essa proposta o mais rapidamente possível e garantir a devida compensação aos nossos Estados e Municípios.

De minha parte, o Governo do Acre e nosso povo podem sempre contar com meu apoio, dedicação e compromisso.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Convido o nobre Deputado Geraldo Resende para fazer uso da palavra. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na sexta-feira passada, juntamente com o Governador Reinaldo Azambuja, a Prefeita de Dourados, Délia Razuk, e várias outras lideranças políticas inauguramos a Escola Estadual Moacir Djalma Barros, lá no Bairro de Dioclécio Artuzi. Na mesma ocasião, lançamos aquela que é a obra mais aguardada pela população de Dourados e pelos 34 Municípios que compõem a região da Grande Dourados: a obra do Hospital Regional de Dourados. Os recursos foram viabilizados pela nossa atuação aqui enquanto Deputado Federal.

Durante 3 anos, fizemos toda a interlocução junto ao Ministério da Saúde e conseguimos 15 milhões e 700 mil reais, já empenhados, e resgatamos um recurso do ex-Deputado Federal Marçal Filho, hoje Vereador em Dourados. Somados esses recursos com a contrapartida do Governo do Estado, vai ser possível fazer toda a primeira etapa do hospital regional. Já temos garantidos os recursos para fazermos a segunda etapa da obra.

Creio que esse hospital, que vai atender os 34 Municípios da macrorregião de Dourados, vai possibilitar toda a assistência hospitalar que há muito tempo era o sonho da população de Dourados e desses Municípios da Grande Dourados, Conesul e Faixa de Fronteira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa agradece a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Convido o nobre Deputado Gonzaga Patriota a fazer uso da palavra.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós lamentamos comunicar o falecimento de Guilherme Uchoa, Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Guilherme Uchoa era Presidente da Assembleia havia 12 anos. Era um Deputado de seis mandatos. Lamentavelmente, sofreu ontem um infarto e, hoje pela manhã, faleceu. O corpo está sendo velado na Assembleia Legislativa do Pernambuco e o sepultamento será em Igarassu, sua terra natal.

Guilherme Uchoa deixa um grande legado como Magistrado, ofício que exerceu durante muito tempo, como Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e como Deputado Estadual, com longo mandato.

Peço orações a Guilherme, porque sabemos que ele vai para um bom lugar!

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que dê divulgação a este pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), Guilherme Uchoa (PSC), de 71 anos, morreu nesta terça-feira, dia 3 de julho, no Hospital Português, na área central do Recife. A informação foi confirmada pela Assessoria de Comunicação da ALEPE. O óbito ocorreu às 4 horas, em decorrência do agravamento do quadro de saúde do Deputado, que teve edema pulmonar e parada cardíaca.

O velório ocorre no Plenário Eduardo Campos, no novo prédio da ALEPE, na Rua da União, no Centro do Recife, a partir das 10 horas desta terça-feira.



De acordo com o Governo do Estado, às 14 horas, está marcada missa com a presença do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido.

Meia hora depois, o corpo é levado para o Município de Igarassu, na Região Metropolitana, em carro do Corpo de Bombeiros. O enterro, que prevê honras militares, ocorre às 17 horas, no cemitério da cidade.

O Parlamentar estava internado desde domingo, dia 1º de julho, depois passar por problemas de saúde em casa, na Região Metropolitana, e ser levado para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Na segunda-feira, dia 2, o boletim médico divulgado pelo hospital informou que Guilherme Uchoa tinha apresentado melhora no quadro de saúde. Por meio de nota, Sr. Presidente, a unidade afirmou que o quadro era de pneumonia decorrente de broncoaspiração. Durante a madrugada deste domingo, Uchoa teve uma indisposição, segundo a Assessoria de Comunicação da ALEPE, e foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cruz de Rebouças, em Igarassu, na mesma região.

No caminho, o Deputado desmaiou e os médicos decidiram levá-lo ao Hospital Português, no qual deu entrada às 6 horas. Ainda de acordo com a ALEPE, o Governador Paulo Câmara (PSB) esteve no hospital para visitar o Presidente do Legislativo.

Guilherme Uchoa estava no sexto mandato parlamentar e presidia a ALEPE pela sexta vez consecutiva. Juiz aposentado, ele ocupou o cargo de Governador de Pernambuco em cinco oportunidades, em virtude de ausência dos titulares.

O Deputado nasceu em Timbaúba, Mata Norte do Estado, em 22 de abril de 1947. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fez





licenciatura plena em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, no Agreste. Também atuou como escrivão da Polícia Civil.

O Presidente da ALEPE integrou o Judiciário estadual entre 15 de abril de 1985 e 31 de março de 1992. Atuou nas Comarcas de Palmeirina, Angelim, Riacho das Almas, Caruaru, Cumaru, Goiana, Olinda e Recife. Ele deixou dois filhos e seis netos.

Por causa da morte de Guilherme Uchoa, o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), decretou nesta terça-feira 5 dias de luto no Estado. Por volta das 7 horas, Câmara chegou ao Hospital Português, onde morreu o Presidente da ALEPE. A agenda do Chefe do Executivo, programada para Petrolina, no Sertão, foi cancelada, segundo a Secretaria de Imprensa.

No hospital, o Governador Paulo Câmara ressaltou as parcerias feitas com Guilherme Uchoa para o desenvolvimento de Pernambuco. *"Ele sempre foi transparente e firme nas convicções. Ele foi parceiro e um batalhador, e vai fazer muita falta ao Parlamento e ao Estado"*, declarou.

Câmara também prestou solidariedade aos familiares. *"Quero prestar meus sinceros sentimentos à toda a família, em especial à D. Eva e aos filhos e netos"*, escreveu o Governador, em nota oficial.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Adalberto de Oliveira Melo, decretou luto oficial de 7 dias. Em nota de pesar, afirmou que Uchoa contribuiu para o TJPE e para a população, por meio de seu trabalho no cargo de Juiz em comarcas do interior e da Região Metropolitana do Estado.

Por meio de nota, Sr. Presidente, o Prefeito do Recife, Geraldo Júlio (PSB), afirmou que Uchoa lutou *"pelos mais legítimos interesses de Pernambuco e seu*



---

*povo, sobretudo da população carente do litoral e da Mata Norte*". Para o Prefeito, o Deputado deixou seu nome na história política do Estado.

O Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PR), destacou, por meio de nota, que Pernambuco perdeu *"um político de amizade sincera, que ficará na história por seus posicionamentos firmes"*. Segundo ele, o Deputado deixou um vácuo, em um momento em que as pessoas mais precisam de referências de liderança na política.

Também por meio de nota, o Prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Lula Cabral (PSB), destacou a trajetória política do Deputado Guilherme Uchoa. *"Ele era amigo dos amigos. Sabia ser duro e cordial ao mesmo tempo. Pernambuco perdeu uma grande personalidade, um grande líder e um dos políticos mais importantes que o estado já teve"*, escreveu.

O Presidente da Câmara Municipal do Recife, Eduardo Marques (PSB), afirmou, por meio de nota, que Pernambuco *"perdeu um homem público de ilibado caráter e profundo compromisso com a gente de sua terra"*.

O Partido Social Cristão (PSC) lamentou a morte do Presidente da ALEPE, Guilherme Uchoa. O Deputado estava filiado desde março deste ano. Segundo a nota, assinada pelo Presidente da legenda no Estado, Deputado André Ferreira, Pernambuco perdeu uma de suas principais referências na política. O PSC também se solidariza com os familiares e amigos do Parlamentar.

A toda a família, meus sinceros pêsames.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida.

Logo em seguida, falará o Deputado Fábio Trad, que foi chamado, mas não estava presente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, para saudar o dia Dois de Julho, ontem na Bahia, como em todos os anos, houve uma comemoração.

Há 195 anos, comemora-se o ato cívico que foi a luta dos baianos para expulsar as tropas portuguesas que resistiam ao processo de independência. No dia 2 de julho de 1823, finalmente as tropas foram expulsas da Bahia, o que, na minha opinião, caracteriza a efetivação da independência do Brasil.

O dia 2 de julho é sempre um encontro de civismo e de patriotismo, um encontro cultural, religioso e político que conta com a presença de autoridades e de lideranças do movimento social e da atividade política, e, na Bahia, ontem, foi assim mais uma vez.

Participei, junto de diversos segmentos da sociedade, de um cortejo em que o meu partido, o PCdoB, desfilou aplaudido por amplos setores da população, junto com o Governador da Bahia, Rui Costa, que teve também uma saudação calorosa. O Dois de Julho mantém viva na memória dos baianos e brasileiros, a grandiosa história de bravura e coragem do nosso povo.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem milhares de baianos foram às ruas da capital baiana para Dois de Julho, dia que marca a Independência da Bahia, data magna que relembra a luta do Brasil para se livrar da coroa de Portugal.



Ontem, pude acompanhar um cortejo marcado pela diversidade e manifestação de todas as correntes de opinião. É um momento de grande abertura do processo político de cada ano eleitoral.

O Dois de Julho significa o encontro de civismo e patriotismo, manifestações que tanto identificam o povo da Bahia. A luta histórica que completou 195 anos começou em diversos pontos do Estado, tendo como principal palco as cidades do Recôncavo e a vinda das tropas para Salvador, através da estrada de Pirajá. Baianos e baianas protestaram e confrontaram com os soldados portugueses.

Como na batalha decisiva, no bairro de Pirajá, onde tropas brasileiras entraram em Salvador e garantiram a vitória, fomos para as ruas buscando mais esperança, mais liberdade, mais democracia, mais desenvolvimento para o nosso país. O Dois de Julho mantém viva na memória dos baianos e brasileiros a grandiosa história de bravura e coragem do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE** (Claudio Cajado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fábio Trad. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero compartilhar com V.Exa. e com todos os colegas Deputados e Deputadas que ontem o Partido Social Democrático, o PSD, de Mato Grosso do Sul, fez um ato de filiação em Campo Grande.

Filiamos mais de 50 jovens, dentre os quais o Prof. Wilson Lands, um jovem de futuro promissor, pois tem vocação para a atividade política.

Ontem foi muito claro o recado que a juventude de Mato Grosso do Sul deu para todas as pessoas: não adianta desprezar a política, não adianta maldizer os políticos, porque não há salvação fora da política. Quando se diz que não se quer fazer política, isso já é fazer política, já é um ato político.

Portanto, é um convite que os professores do PSD fazem a todo o Brasil.

*O Sr. Claudio Cajado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*Satisfeitos os requisitos do art. 35, caput e § 4º, do Regimento Interno, para o Requerimento de Instituição de CPI nº 40, de 2018, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o vazamento das Bacias de Rejeitos de Mineração, no Município de Barcarena, no Estado do Pará.*

*A Comissão será composta de 34 (trinta e quatro) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33, combinado com o § 5º do art. 35, todos do Regimento Interno.*

*Brasília, 27 de junho de 2018.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP-BA. Sem revisão do orador.) -

**DISCURSO DO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO QUE,  
ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ  
POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Eu queria fazer um esclarecimento. Já que estamos numa sessão extraordinária, vamos alternar os inscritos, dando sequência às Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte, do PSDB do Ceará. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. DANILO FORTE (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente JHC, hoje estou aqui para falar de uma nota de pesar e de solidariedade à minha família itapajeense e ao exemplo de vida de um jovem que saiu pobre da nossa cidade de Itapajé, foi à luta, enfrentou os desafios da vida e se transformou no maior revendedor de pneus no Estado do Ceará: Gerardo Gusmão Bastos. Ele é primo da minha mãe, Isabel Dalília Bastos, que nos deixou com o legado extraordinário de que a capacidade de trabalho, a resiliência e a vontade de vencer superaram todos os desafios.

Ele, com o famoso jargão na linha de vendas — “um pneu é um pneu” —, consagrou-se como o grande revendedor de pneus Pirelli no Estado do Ceará.

À sua família a minha solidariedade e meus sinceros sentimentos.

Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Luiz Couto, concedo a palavra a V.Exa.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde 2016, desde a destituição da Presidenta Dilma Rousseff pelo Congresso — operação que consideramos como um golpe de Estado parlamentar e midiático —, o Brasil retomou um passado obscuro: o de uma terra regida pelos colonos e bandeirantes, caciques locais que se utilizavam da violência para se livrar das pessoas consideradas um estorvo. Para esses, um estorvo são os de esquerda e os pobres, notadamente os sem-terra que ocupam terras improdutivas, que, segundo a Constituição, deveriam ser redistribuídas no âmbito da reforma agrária.

Enquanto o País comemora os 130 anos da Abolição da Escravatura, completados no último dia 13 de maio, um dos símbolos mais marcantes desse triste período figura nas telas de televisão: o chicote de couro. Grandes proprietários o utilizaram para bater em camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST que esperavam a passagem da caravana do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Sul do País, no dia 22 de março. Inclusive a Senadora Ana Amélia de Lemos, do Partido Progressista — PP, de direita, os felicitou sem nenhum constrangimento, com a seguinte frase: *“Atirar ovo, levantar o relho mostra onde estão os gaúchos”*.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias já oficiou a autoridades locais para averiguar e acompanhar as atrocidades provocadas por fazendeiros locais. O inquérito policial aberto para apurar as investidas bélicas contra a caravana no dia 27 de março já identificou a origem dos ataques: a fazenda de Leandro Bonotto.



Desde a década de 90, esse proprietário se opõe violentamente ao MST e à recuperação de terras empreendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Não é exatamente uma surpresa. Todos os ataques perpetrados contra a caravana de Lula foram preparados por associações de grandes proprietários que atacam abertamente o MST, em ações violentas.

Sr. Presidente, peço a devida publicidade de todo o nosso pronunciamento nos meios de Comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Luiz Couto.

#### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2016, desde a destituição da Presidenta Dilma Rousseff pelo Congresso — uma operação que consideramos como “golpe de Estado parlamentar e midiático” —, o Brasil retomou um passado obscuro: o de uma terra regida pelos “colonos” e “bandeirantes”, caciques locais que se utilizavam da violência para se livrar das pessoas consideradas um estorvo. Para esses, um estorvo são os de esquerda e os pobres, notadamente os sem-terra que ocupam terras improdutivas, que, segundo a Constituição, deveriam ser redistribuídas no âmbito da reforma agrária.

Enquanto o País comemora os 130 anos de Abolição da Escravatura, completados no último dia 13 de maio, um dos símbolos mais marcantes desse triste período figura nas telas de televisão: o chicote de couro. Grandes proprietários o utilizaram para bater em camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST que esperavam a passagem da caravana do ex-Presidente Luiz Inácio



Lula da Silva no Sul do País, no dia 22 de março. Inclusive a Senadora Ana Amélia Lemos, do Partido Progressista —PP, de direita, os felicitou sem nenhum constrangimento, com a seguinte frase: *“Atirar ovo, levantar o relho mostra onde estão os gaúchos”*.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias já oficiou a autoridades locais para averiguar e acompanhar as atrocidades provocadas por fazendeiros locais. O inquérito policial aberto para apurar as investidas bélicas contra a caravana no dia 27 de março já identificou a origem dos ataques: a fazenda de Leandro Bonotto. Desde a década de 1990, esse proprietário se opõe violentamente ao MST e à recuperação de terras empreendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA. Não é exatamente uma surpresa: todos os ataques perpetrados contra a caravana de Lula foram preparados por associações de grandes proprietários que atacam abertamente o MST em ações violentas.

O fim do nosso Governo levou a uma agudização nítida da violência. Para avaliar isso, basta olhar para o novo relatório da CPT. Desculpem, mas se dobrar sai sangue, e sangue inocente.

Quero registrar minha indignação diante dessas violências e manifestar meu apoio aos camponeses e às lideranças que combatem as violações de direitos humanos neste País.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Antes de convidar o próximo orador inscrito, nós vamos conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Marcon.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero que dar como lido pronunciamento em que ressalto que projetos de esquerdas estão retomando os seus espaços no Brasil e no mundo.

Na última semana, vimos ser eleito um Presidente de esquerda no México. Aqui no Brasil, mesmo fechado em Curitiba, a cada pesquisa feita Lula cresce, pela firmeza de defender os pobres, os que mais precisam. E ele é o único que pode fazer o Brasil retomar o crescimento.

Lá no Rio Grande do Sul, o nosso Senador Paulo Paim também lidera as pesquisas; e o companheiro Miguel Rossetto, nosso pré-candidato ao Governo do Estado, cresce a cada pesquisa feita. Isso mostra a seriedade do nosso candidato ao Governo do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Marcon.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para ressaltar e mostrar a evidente retomada de espaço por parte dos projetos de centro-esquerda no mundo e no Brasil.

As pesquisas eleitorais que recentemente foram veiculadas nos principais meios de comunicação evidenciam que a população brasileira deseja e quer, urgentemente, a retomada dos projetos de centro-esquerda no Brasil. Como exemplo disso, temos a liderança folgada do nosso Presidente Lula nas pesquisas.



No Rio Grande do Sul, em pesquisa realizada pelo jornal *Correio do Povo* em 25 Municípios, o pré-candidato ao Governo do Estado, Miguel Rossetto, do Partido dos Trabalhadores, vem crescendo a cada pesquisa. Da mesma forma acontece com o pré-candidato ao Senado pelo PT, o Senador Paulo Paim.

Esses resultados comprovam que o PT continua firme na luta e na defesa do povo brasileiro, um povo que não aguenta mais a administração entreguista do MDB, do PSDB e de seus aliados.

Tanto no Estado gaúcho quanto no País, temos sido vítimas de uma gestão que não está preocupada com o trabalhador, de uma política cheia de retrocessos e de perda de direitos.

Assim como aconteceu com o México, que no último final de semana decidiu pelo retorno de um governo de esquerda, a população brasileira também clama pelo retorno de um projeto político que priorize a defesa das minorias, a redução da desigualdade social e o combate à pobreza.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Lula, no dia de hoje, enviou uma carta em defesa da democracia. A defesa da democracia também pressupõe o respeito à Constituição Federal, o respeito ao devido processo legal, mas o que nós estamos vendo no Brasil — daí vem a indignação do Presidente Lula — é que, até hoje, não conseguiram apresentar uma prova material contra ele. E vemos manobras e mais manobra para manter o Presidente Lula preso.

Aí, eu pergunto: eles querem manter o Presidente Lula preso porque Lula se tornou a maior liderança da classe trabalhadora? Querem manter o Presidente Lula preso porque Lula se tornou o melhor presidente da história do Brasil? Querem manter o Presidente Lula preso porque Lula lidera todas as pesquisas de intenção de voto e, no dia 7 de outubro, será Presidente de novo?

Se for por isso, essas pessoas que querem manter o Presidente Lula na cadeia não respeitam a Constituição, não respeitam a democracia brasileira.

A carta do Presidente Lula é justamente acreditando na democracia, e que o único caminho que nós temos é o processo democrático. Não podemos aceitar, não podemos tolerar a perseguição, as manobras contra o Presidente Lula. Isto é inaceitável!

O Presidente Lula, a todo o momento, todos os dias, diz: *“Apresentem uma prova material! Apresentem uma prova!”* Ninguém apresenta! E o Presidente Lula continua preso. A sociedade brasileira não pode concordar com isso, nem pode aceitar isso.



Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que, ontem, 2 de julho, comemorou-se o dia da independência da Bahia. Espero que o Brasil possa reconhecer essa data como uma data nacional, porque no dia 7 de setembro de 1822 houve a independência do Brasil, mas quem expulsou os portugueses foi a Bahia, em 2 de julho de 1823.

Houve uma grande festa em Salvador, onde milhares de pessoas foram às ruas caminhar, fazer o seu dever cívico. E ontem, em Salvador, o Governador, Rui Costa, foi aplaudido por aquela multidão nas ruas, juntamente com a Secretária da Promoção da Igualdade Racial, Fabya Reis, o Vereador Moisés, o Vereador Suíca, o líder Jacó e diversas lideranças de movimentos sociais.

A população de Salvador e da Bahia participa e vive a construção dessa data, que é fundamental para o povo brasileiro, sobretudo para nós que somos baianos. Por isso, quero, mais uma vez, parabenizar o povo da Bahia, o povo de Salvador, que participa e reafirma o dia 2 de julho como o dia da independência do Brasil!

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi um dia de luta e festa na Bahia. No 2 de julho comemoramos o dia da independência do Estado, marco histórico que se iniciou quando o povo de Cachoeira decidiu pela independência, em 25 de junho de 1822, que culminou em lutas, cujo ápice foi em 2 de julho de 1823, quando o exército português foi derrotado, e a Bahia declarada independente.

Nomes como o de Joana Angélica, Maria Quitéria, Caboclo, entre outras personalidades que participaram dos conflitos que resultariam na derrota portuguesa, são sempre lembrados nesse dia.



Em Salvador, no Bairro do Pelourinho, participei do cortejo junto a personalidades de movimentos sociais e da política, tais como o Governador, Rui Costa, e seus Secretários de Estado; a Senadora Lídice da Mata; os Vereadores da cidade, a exemplo de Suíca e Moisés; o pré-candidato a Deputado Estadual Jacó; o Presidente do PT, Everaldo Anunciação; o Presidente do PSOL, Fábio Nogueira.

Cito ainda lideranças importantes dos movimentos sociais da Bahia, a exemplo de Evanildo e Liu, ambos dirigentes nacionais do MST; o líder do MSTs, Jhones Bastos; Bujão, grande liderança do movimento negro baiano; e Ivan Alex, da Executiva Nacional do PT.

Na caminhada, a participação popular foi intensa e com protestos pelo fim do Governo de Michel Temer (MDB), pela retomada da democracia e por Lula livre, bandeiras que marcaram o cortejo.

Destaco a comitiva do Governador Rui Costa, que seguiu com o bloco do Partido dos Trabalhadores e de partidos aliados pelas ruas do centro da cidade. Juntei-me à militância, protestando a favor do direito de o ex-Presidente Lula se candidatar no pleito de outubro deste ano. Sem dúvida, vamos lutar até o fim, para que possamos escolher nosso candidato. Lula é um desejo do povo, não só do PT; é a certeza de que a democracia está sendo respeitada, sem falar que lidera todas as pesquisas e cenários eleitorais. Já na Bahia, vamos seguir no caminho certo com Rui Costa para o Governo e Jaques Wagner no Senado Federal. Finalizamos o conjunto das atividades com um belo feijão tradicional da Alaíde, personalidade importantíssima da cultura e culinária da Bahia.

O 2 de Julho representa um ato importante para o povo baiano, principalmente pelo fato de o Governo Federal ser uma gestão ilegítima, e isso





remete aos anos de 1822 e 1823. Os golpistas estão entregando nossas riquezas. Antes, éramos usurpados, o que não tem muita diferença na prática. E, como a independência do Brasil começou aqui na Bahia, a ideia é que seja mais uma vez assim.

O Governo de Temer não serve ao povo brasileiro e sim aos grandes empresários e multinacionais. E nosso Estado tem todas as condições de ser, mais uma vez, exemplo de administração para os outros Estados do País. Isso porque Rui Costa sabe a forma de Governo do PT. Vamos lutar para que a Bahia continue dando exemplos e que o Governo Federal retorne ao caminho do desenvolvimento.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. CELSO MALDANER (MDB-SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja aceito como lido pronunciamento em que destaco as quatro plantas frigoríficas que já estão embarcando carne suína para a Coreia do Sul. São elas: a Aurora, de Santa Catarina; a BRF, que embarcou a primeira carga da planta de Campos Novos; e a JBS, de Pamplona.

Por sermos o único Estado livre da exigência de vacinação, temos condições de dobrar a quantidade de toneladas exportada para outros países neste ano.

Parabéns a essas quatro plantas!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido, Deputado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho por meio deste informar e comemorar com o setor a exportação do primeiro contêiner de carne suína da empresa BRF para a Coreia do Sul.

O lote, com 25 toneladas, foi produzido na planta da cidade de Campos Novos, no meu Estado de Santa Catarina, e embarcou no último dia 26 de junho do Brasil para o país asiático.

Vale lembrar, Sr. Presidente e nobres colegas, que Santa Catarina é o único Estado do País apto a exportar carne suína para a Coreia do Sul, devido ao reconhecimento pela Organização Mundial da Saúde Animal como Estado livre da febre aftosa sem vacinação.



A primeira empresa a iniciar os embarques de carne suína à Coreia do Sul foi a Seara, empresa da JBS. Em maio, a empresa anunciou que exportaria 50 toneladas de cortes suínos — pernil, paleta, barriga e copa de lombo — para a Coreia do Sul, a partir do Porto de Itajaí, também em Santa Catarina.

A princípio, são quatro os frigoríficos credenciados para exportar para a Coreia do Sul: Seara e BRF, já citados, e Aurora e Pamplona.

Pegando este gancho, gostaria de chamar a atenção para a oportunidade que o Brasil têm de aumentar suas exportações para a China e para os Estados Unidos, devido à guerra comercial anunciada entre os dois países, como aponta estudo da CNI — Confederação Nacional da Indústria.

Segundo levantamento da entidade, o Brasil tem potencial para aumentar em 7,4 bilhões de dólares ou 28,5 bilhões de reais ao ano em exportações.

Especialmente no setor de carne suína, o Brasil pode dobrar sua exportação para a China, de 48,9 mil toneladas em 2017 para 100 mil toneladas neste ano.

Sei que este ainda não é o melhor cenário para os suinocultores, que já enfrentaram fortes crises, mas tenho certeza de que esta notícia, além de melhorar o ânimo dos nossos produtores, começará a melhorar o preço pago pelo produto, fazendo com que a atividade volte a ser atraente e lucrativa.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB-SP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, muito obrigado.

*Já dissemos que é preciso ir ao fundo para buscar e encontrar as raízes da Democracia.*

*Vamos então retornar a um passado mais distante, recordando o ano de 1787, foi quando se reuniram em Filadélfia, Pennsylvania, os fundadores da Democracia Norte-Americana. Sob a liderança de George Washington votaram os pontos básicos que a ela deram alicerce, seus princípios aprovados permanecem — inalterados — válidos até nossos dias e fundamentaram, também — a democracia brasileira —, as modernas Democracia, no mundo todo.*

*Foram poucos e precisos esses princípios, os que deram raízes à Democracia, procurando estabelecer condições de igualdade, de oportunidades, para todos. Para todos aqueles que compõem o corpo social.*

*Igualdade no voto.*

*Igualdade nos Deveres.*

*Igualdade nos Direitos.*

*Na Democracia, escolhidos por eleição direta os que terão a responsabilidade de a todos representar, não podem os eleitos perder de vista o significado principal desta representação. Estarão faltando sempre — obrigatoriamente — não apenas em*



---

*seu nome, ou em nome de familiares e amigos, mas acima de tudo em nome de todos seus representados.*

Esse é o nosso compromisso, Sr. Presidente, com a democracia. Esse é o compromisso do PSDB. Esse é o compromisso daqueles que acreditam na justiça, mas acima de tudo acreditam na igualdade entre todos.

*Nunca poderão perder de vista os direitos e os deveres, exigíveis e aplicáveis a todos os que compõem a Nação, inclusive e sobretudo a si mesmos, os eleitos.*

*Compreender as necessidades do Corpo Social — a nossa sociedade — e encontrar caminhos que contribuam para atendê-las, eis a razão, a essência, o objetivo, da Democracia.*

Nós acreditamos nela, Sr. Presidente.

*Estabelecer privilégios que beneficiem alguns, em prejuízo de muitos, é a negação da Democracia.*

Buscar a igualdade para todos, esse é o nosso grande desafio.

*Tornou-se inesgotável a multiplicação de setores corporativamente organizados. Isto levou ao surgimento do conceito de “lobby”, ao qual cabe organizar as pressões sobre os que detêm o comando das instituições do país. Os “lobbies” atuam, buscam e conseguem benefícios, vantagens, privilégios, para os grupos que representam.*

Sua atuação não tem limites e realmente envolve questões maiores, sempre questões corporativas, segmentadas. Isso, de alguma forma, também fragiliza a democracia.



---

Nós temos uma responsabilidade imensa, todos nós neste Congresso, que é defender a democracia a partir do voto, da escolha soberana daqueles que estão aptos às eleições no próximo dia 7 de outubro.

Sr. Presidente, temos muitos políticos neste País que, de alguma forma, fraudaram, não só por corrupção, mas, muitas vezes, até por práticas a democracia. E a fraude da democracia se vê agora na inelegibilidade de muitos, que não são elegíveis pois foram condenados. Este Congresso deu a eles a Lei da Ficha Limpa.

Portanto, Sr. Presidente, vamos à eleição...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Floriano Pesaro.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 1 minuto.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer o registro do falecimento, nesta madrugada, do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual, fundador do Partido dos Trabalhadores, militante, metalúrgico do ABC e um dos líderes da greve de 1980, Wagner Lino.

Ele foi Vereador pela cidade de São Bernardo por seis vezes, foi Deputado Estadual e foi o primeiro a fazer a ponte com Luiz Carlos Prestes, que se identificava claramente como um militante comunista e um organizador da classe trabalhadora brasileira. Prestou muitos serviços na luta por um Brasil livre, soberano e democrático. Infelizmente, foi acometido de uma doença irreversível. Queremos recordar que ele também foi advogado e se formou em gestão ambiental. É um grande socialista que se vai.

Por isso, neste momento, nós queríamos dizer: Wagner Lino, militante socialista, presente!

Obrigado Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Danilo Cabral.

**O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero registrar o voto de pesar de todo o povo de Pernambuco pelo falecimento, no dia de ontem, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Guilherme Uchoa.

Guilherme teve uma vida dedicada ao serviço público. Antes de ser Parlamentar, foi juiz e fez uma bonita carreira na magistratura pernambucana. Depois, ingressou na Assembleia Legislativa, onde foi Parlamentar por cinco mandatos e também Presidente daquela Casa em seis oportunidades.

Para nós, é um momento de muito pesar. Não poderia deixar de fazer esse registro e de mandar meu fraterno abraço à D. Eva, sua esposa, e, em nome do seu filho Guilherme Júnior, a todo o povo de Pernambuco.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.





---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra à Deputada Leandre.

**A SRA. LEANDRE (PV-PR.** Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de parabenizar o Município de Pato Branco, que foi o terceiro Município do País a receber da Organização Mundial da Saúde o certificado de Cidade Amiga do Idoso. É a primeira cidade do Estado do Paraná a conseguir isso, e seguramente o exemplo de Pato Branco poderá ser seguido por diversas cidades do País. É uma iniciativa que com certeza ajuda a enfrentar os desafios que o envelhecimento da nossa população traz para a Nação. Com isso, poderemos acolher os nossos idosos, com respeito, com consideração, garantindo e protegendo os seus direitos.

O programa Cidade Amiga do Idoso é uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde. Nós temos certeza de que, com o apoio da iniciativa privada, como aconteceu no caso de Pato Branco, através do Rotary Club, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná — UTFPR, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e da administração municipal, com o apoio do Prefeito Augustinho Zucchi, o programa será um grande sucesso e poderá ser uma referência para todo o País.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.



---

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar aqui a presença de dois Vereadores do Município de Tabaí, que fica a cerca de 50 quilômetros de Porto Alegre: o funcionário público Anderson Vargas e o músico Darci Pereira. Eles estão aqui para articular recursos para o Município de Tabaí.

Obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Antes de conceder a palavra ao Deputado Henrique Fontana, a quem agradeço pela gentileza, convido a Deputada Janete Capiberibe para fazer uso da palavra.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no próximo dia 6, a Lei de Prevenção ao Escalpelamento, de nossa autoria, completa 9 anos. Essa lei reduziu em 75% os acidentes com escalpelamento na foz do Rio Amazonas.

O escalpelamento acontece quando o cabelo comprido enrosca no volante ou no eixo dos motores adaptados aos barcos e arranca violentamente o couro cabeludo de mulheres, crianças, jovens, idosas, o que deixa sequelas para a vida toda.

No Amapá, há quase 200 mulheres e meninas acidentadas. Com a Lei nº 11.970, de 2009, que nasceu de um pedido dessas mulheres acidentadas para diminuir sua dor, houve anos sem nenhum acidente registrado. Isso foi uma vitória.

Durante a discussão do projeto, elas saíram da invisibilidade, participaram politicamente, ganharam apoio, passaram a ser conhecidas, vistas, respeitadas e a exigir políticas públicas.

Com a lei sancionada em 6 de julho de 2009 pelo Presidente em exercício José Alencar, a cobertura no volante e no eixo dos motores adaptados aos barcos na Amazônia tornou-se obrigatória.

Numa ação com a Defensoria Pública da União, a Marinha do Brasil recebeu apoio do Banco da Amazônia — BASA para instalar gratuitamente as coberturas, sem custo ao ribeirinho. As mulheres vítimas, organizadas em associação no



Amapá, fizeram e ainda fazem campanhas de prevenção pelos rios, igarapés, paranás e furos da foz do Amazonas.

No Governo do PSB, do Governador Camilo, o Amapá realizou mutirões de cirurgias plásticas reparadoras. O Governo pagou todos os custos da ação, realizada em conjunto com médicos voluntários da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Defensoria Pública da União, para atender 64 pacientes.

Sr. Presidente, eu deixo para ser dado como lida a sequência deste meu discurso neste 9º aniversário da Lei de Prevenção ao Escalpelamento, uma lei que salva mulheres do grande sofrimento provocado por um acidente ribeirinho desta natureza.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu peço a divulgação desta minha fala no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço à Deputada Janete Capiberibe. Seu pedido será atendido.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 6, a Lei de Prevenção ao Escalpelamento completa 9 anos. Esta lei reduziu em 75% os acidentes com escalpelamento na foz do Rio Amazonas.

O acidente acontece quando o cabelo comprido enrosca no volante ou no eixo dos motores adaptados aos barcos e arranca violentamente o couro cabeludo, deixando sequelas para a vida toda.

No Amapá, há quase 200 mulheres e meninas acidentadas. Com a Lei nº 11.970, de 2009, que nasceu de um pedido dessas mulheres acidentadas para diminuir sua dor, houve anos sem nenhum acidente registrado.



Durante a discussão do projeto, elas saíram da invisibilidade, participaram politicamente, ganharam apoio, passaram a ser conhecidas, vistas, respeitadas e a exigir políticas públicas.

Com a lei, sancionada em 6 de julho de 2009 pelo Presidente em exercício José Alencar, a cobertura no volante e no eixo dos motores adaptados aos barcos na Amazônia tornou-se obrigatória.

Numa ação com a Defensoria Pública da União, a Marinha do Brasil recebeu apoio do Banco da Amazônia — BASA para instalar gratuitamente as coberturas, sem custo ao ribeirinho. As mulheres vítimas, organizadas em associação no Amapá, fizeram e ainda fazem campanhas de prevenção pelos rios, igarapés, paranás e furos da foz do Amazonas.

No Governo do PSB, do Governador Camilo, o Amapá realizou mutirões de cirurgias plásticas reparadoras. O Governo pagou todos os custos da ação, realizada em conjunto com médicos voluntários da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Defensoria Pública da União, para atender 64 pacientes. Quem precisava, recebeu passagem, acompanhamento por equipe multidisciplinar, hospedagem em hotel, bolsa de meio salário mínimo mensal para se dedicarem ao tratamento delicado.

As vítimas tiveram a solidariedade do Brasil e da América Latina. Servidores da EBC, trabalhadoras da Via Campesina, mulheres e homens anônimos mandaram cabelos e máquinas de costura. Elas mesmas aprenderam a fazer as perucas com cabelo humano, que lhes foram distribuídas gratuitamente. Recuperaram a autoestima e a cidadania.



---

Agora, além da prevenção, estamos empenhadas para que as cirurgias reparadoras sejam feitas pelo SUS. O projeto espera ser aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família para ir à CCJ e ao Senado. A melhor forma de evitar o acidente é cobrir o volante e o eixo do motor, o que pode ser feito na Capitania dos Portos, sem custo.

Agradeço a todas e todos os envolvidos nessa caminhada. Fizeram ouvir sua voz, pediram a lei e a atenção do poder público do Estado. Estão evitando que os acidentes vitimem outras meninas e mudando a vida de centenas de mulheres da Amazônia.

Parabéns a essas mulheres!



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Prof. Gedeão Amorim.

**O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB-AM.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste fim de semana estive acompanhando a comitiva do Sr. Governador Amazonino Mendes, do Amazonas, a três Municípios no Baixo Amazonas.

No primeiro, Urucará, nós inauguramos um centro de educação de tempo integral, com uma arquitetura moderna, no meio do Amazonas. Em seguida, nós fomos a Nhamundá fazer um convênio com o Prefeito para recapeamento viário da cidade. Nós também inauguramos a nova sede do IPAAM, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.

Depois, nós participamos da primeira noite do Festival Folclórico de Parintins, um espetáculo fantástico. Cerca de 100 mil pessoas prestigiaram a festa. Lá o nosso grande embate é entre dois bois, o Caprichoso e o Garantido. O resultado final foi a vitória do Boi Garantido de Parintins.

Eu gostaria de pedir à Mesa toda a atenção, para que pudéssemos dar consecução ao Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015. Há muito tempo estamos recebendo visitas de comissões do Brasil inteiro clamando pela emancipação de algumas comunidades, e esta Câmara ainda não conseguiu colocar a matéria em pauta em definitivo. Eu gostaria que ela fosse colocada em pauta com a maior brevidade possível.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, população brasileira que acompanha esta sessão da Câmara Federal, eu quero nesta minha fala de tribuna destacar a decisão importantíssima do Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, que colocou sob suspensão — e eu acrescento palavras minhas — algo que ocorria sob enorme suspeição, ou seja, o processo de verdadeiro desmonte do patrimônio nacional.

Refiro-me aqui à PETROBRAS, à ELETROBRAS — e há outras questões também —, que estavam sendo vendidas de forma absolutamente acelerada, a preço vil e sem nenhum tipo de certame público, muito menos de autorização legislativa. Por exemplo, o Governo Michel Temer, do alto de toda a sua ilegitimidade, Deputado Ivan Valente, estava colocando à venda praticamente toda a PETROBRAS. As refinarias todas que o Brasil construiu ao longo de décadas, Deputado Marcon, inclusive a nossa REFAP — Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, tiveram 60% do seu controle acionário postos à venda. Toda a rede de gasodutos que foi construída pela PETROBRAS e por nós brasileiros, mais de 4.500 quilômetros de gasodutos, estava à beira da venda, na antevéspera da venda, a preço vil, sem certame público, em negociações absolutamente escusas, negociações que beiram a negociatas, quando não são negociatas diretas.

Em muito boa hora o Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski determinou que nada que diga respeito ao controle acionário do





---

patrimônio público brasileiro seja feito sem autorização legislativa. Com isto, salvamos as refinarias do Brasil, salvamos a rede de gasodutos do Brasil.

Sr. Presidente, além da questão da PETROBRAS e da temática da ELETROBRAS, que eu citei, há outros riscos dentro desse processo que vi em curso. O risco é a venda de toda a estrutura da PETROBRAS. Nós sabemos que é estratégica, no negócio do petróleo, a chamada “verticalidade”, a estrutura que vai do poço ao posto de gasolina.

Este Governo ilegítimo também está tentando entregar patrimônio nacional, numa chamada “parceria”, que de parceria não tem nada, entre a EMBRAER e a Boeing. Isso significa abrir mão da soberania nacional num setor estratégico como o setor da aviação, pela alta tecnologia envolvida e por tudo aquilo que representa para a engenharia nacional.

A EMBRAER não pode e não deve ser associada à Boeing, uma empresa norte-americana.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA.** Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado JHC, que preside a sessão.

Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para registrar a minha participação em alguns eventos, ontem e no final de semana, no Estado do Maranhão.

Ontem nós estivemos na cidade de Pirapemas, terra dos grandes poetas, como João Lisboa. Lá tivemos a felicidade de entregar para a comunidade de Forquilha, uma povoação bastante antiga e tradicional de Pirapemas, uma patrulha mecanizada, fruto de uma emenda orçamentária de nossa autoria, constituída de um trator de grande potência, bastante robusto, de uma carreta para transportar as mercadorias, as produções dos produtores rurais daquela comunidade, e também de uma grade aradora, para preparar o solo para germinar riqueza para os produtores.

Fizemos essa entrega simbólica juntamente com o Chagas, o Presidente da Associação de Moradores do Povoado de Forquilha, com vários Secretários do Município, como o Secretário de Educação, com o Wendel Lages, um jovem empresário que é pré-candidato a Deputado Estadual da cidade de Itapecuru Mirim, e com vários Vereadores.

Na cidade de Matões do Norte, tivemos a grata satisfação de entregar um sistema de abastecimento de água, um poço profundo, com 160 metros de profundidade, que fornecerá 4.600 litros de água por hora, uma boa vazão para aquela região, que é muito seca. Aquela comunidade, que tem dificuldade de acesso à água, agora não mais terá. Dezenas de famílias da Comunidade Marajá, em Matões do Norte, serão beneficiadas com recursos do Governo Federal, graças a um trabalho que fizemos também. Estiveram presentes lá conosco o Vicente



---

Moreno; o Carlos Sampaio, meu colega no curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, um brilhante aluno, um empresário que reside na cidade de Matões do Norte; o Vice-Prefeito Gigi; a ex-Vereadora Luza, que também foi Vice-Prefeita; novamente o Wendel, de Itapecuru Mirim; além de vários Vereadores da cidade.

Sr. Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Hildo Rocha.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Marcon para fazer uso da palavra.

Logo após, na sequência, falarão os Deputados Angelim, Ronaldo Benedet e Delegado Edson Moreira.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna neste dia indignado e revoltado com a forma como este Governo, de Michel Temer, do PMDB, e de seus aliados, trata a agricultura familiar.

Como se não bastasse termos que ir buscar leite no Uruguai, e os nossos produtores de leite terem prejuízo há mais de 1 ano e meio, os plantadores de alho e de arroz perdem dinheiro no Rio Grande do Sul. O preço da uva é o mesmo preço do ano passado — o preço mínimo da uva não subiu. O preço do milho, quando estava na mão do agricultor, era uma bagatela.

Nós poderíamos citar aqui vários produtos que os agricultores vendem por centavos, apesar de comprarem o quilo do que têm que comprar por alguns reais.

Como se não bastasse isso, semana passada o Governo editou a Medida Provisória nº 842, de 2018, para suprimir artigo da Lei nº 13.606. Esse artigo era o que previa rebate para os nossos agricultores “prorafianos”, para os nossos agricultores que têm tido prejuízo nos últimos 2 anos, que pagam para trabalhar.

Esta Câmara dos Deputados aprovou projeto sobre o FUNRURAL, aprovou esse rebate para os agricultores e, junto com o Senado Federal, derrubou o veto do Presidente da República golpista e sem voto, Michel Temer, do PMDB.

Como se não bastasse isso, o Governo Federal enviou ofício aos bancos para dizer que não deviam negociar com os agricultores esse rebate, porque não tinham



essa orientação. O Governo Federal deu mais um golpe nos nossos agricultores. Agora não adianta mais procurar os bancos, porque o Governo suspendeu o art. 31, o que beneficiava os agricultores familiares, os assentados, os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos.

Este Governo é dos grandes, este Governo é dos ricos. Nós precisamos expurgar da política este Presidente da República, Michel Temer, do PMDB.

Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC) - V.Exa. será atendido.**

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores desta Casa, mais um golpe foi dado na agricultura familiar.

Subo a esta tribuna hoje para mostrar a minha indignação e a minha revolta com a forma como a agricultura brasileira vem sendo tratada pelo Governo golpista e ilegítimo de Michel Temer.

Como se não bastasse o alto custo da produção, que onera os produtores, principalmente pelo preço vergonhoso do combustível e da energia elétrica, agora o Governo ilegítimo encaminha para esta Casa a Medida Provisória nº 842, de 2018, que revoga artigos da Lei nº 13.606, de 2018, que foi aprovada por esta Casa e que, dentre outras previsões, permite que os pequenos agricultores, os assentados, os quilombolas renegociem e paguem as dívidas adquiridas no âmbito do PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O produtor rural está cansado de tanto descaso por parte deste Governo golpista e ilegítimo que só se preocupa com os grandes, com os lucros do capital,



---

com a venda das riquezas da Nação e não foi capaz de cumprir uma norma aprovada por esta Casa que somente faz justiça e visa diminuir as dificuldades enfrentadas pelos produtores brasileiros.

Caras colegas e caros colegas, esta Casa, diante da severa crise que o Brasil enfrenta desde o golpe sofrido pela ex-Presidenta Dilma Rousseff, do aumento do desemprego, da diminuição da renda, do aumento dos custos de produção, tem a obrigação de não aprovar os termos da MP 842/18, que revoga a Lei 13.606/18, aprovada pelo Congresso Nacional. A sua aplicação é muito aguardada pelos pequenos agricultores, por assentados e quilombolas.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Convido o Deputado Angelim para fazer uso da palavra.

**O SR. ANGELIM** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a população do Município de Brasileia, no meu Estado do Acre, fronteira com o Departamento de Pandu, na Bolívia, que completa hoje 108 anos de fundação. Trata-se de Município de um povo trabalhador. Saúdo a Prefeita, Fernanda Hassem, que está fazendo uma extraordinária gestão à frente daquela municipalidade.

Sr. Presidente, quero me reportar aqui a dados divulgados pelo *Bom Dia Brasil* e pelo G1, da Rede Globo, do último dia 29 de junho, sobre a queda brutal dos recursos para as universidades federais do nosso País. Segundo os dados, 90% das universidades federais tiveram queda real no Orçamento em 5 anos, com o encolhimento de 28% da verba nacional, comprovando o desmonte da educação no Brasil, algo que venho denunciando desta tribuna desde que o Governo Temer assumiu.

Segundo a matéria, olhando a situação de cada uma das 63 universidades brasileiras em operação em 2017, vemos que 90% delas receberam no ano passado valor abaixo do recebido em 2013 ou em 2014, mesmo considerando a correção pela inflação.

Em 18 universidades, em nove Estados e no Distrito Federal, a diminuição das verbas provocou, entre outros problemas, a demissão de funcionários terceirizados e o congelamento no valor das bolsas de auxílio estudantil.

Os números entregues ao G1 pelo próprio Ministério da Educação mostram que, em 2017, o ano passado, a verba repassada pelo MEC às universidades



federais para gastos não obrigatórios por lei praticamente dobrou em comparação com 2018. E no ano passado, ficou no valor mais baixo dos últimos 7 anos.

Sr. Presidente, é através da educação que este País tem uma alternativa para o seu crescimento. Não se admite que haja um corte brutal nos recursos para o ensino, para a extensão, para colocar em funcionamento os laboratórios. Muitas vezes o professor tem o seu salário, mas não tem recurso para comprar reagente, para os insumos, para os experimentos em laboratórios.

Temos um corte brutal das bolsas de mestrado e doutorado, como também temos cortes brutais dos recursos para pesquisa.

O Governo que não prioriza a educação não só penaliza o presente, mas compromete o futuro do nosso País, principalmente da nossa juventude, de milhares e milhares de jovens que estão nas universidades e que querem ter uma carreira docente, mas muitas vezes se veem tolhidos, porque as universidades estão num processo de sucateamento, algo muito triste para o Brasil.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

#### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem nesse momento pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados, não sou eu que estou dizendo, é a Rede Globo, em matéria veiculada na última sexta-feira, dia 29 de junho, mostrando que 90% das universidades federais tiveram perda real no Orçamento em 5 anos, com um encolhimento de 28% da verba nacional, comprovando o desmonte da educação no Brasil, algo que venho denunciando nesta tribuna desde que Temer assumiu.





Segundo a matéria, as universidades federais tiveram em 2017 o menor repasse de verbas em 7 anos, numa redução que está na contramão da política de expansão da rede federal de ensino superior, iniciada no ano de 2008 pelo Presidente Lula, e que inclui a criação de novas universidades (do zero ou a partir do desmembramento de federais já existentes), a construção de novos *campi* e o aumento de matrículas.

Os números, entregues ao G1 pelo próprio Ministério da Educação, mostram que, em 2017, a verba repassada pelo MEC às universidades federais para gastos não obrigatórios por lei praticamente dobrou em comparação com 2008, mas, considerando os últimos 7 anos, no ano passado ela ficou no valor mais baixo.

Ao mesmo tempo, a expansão de vagas tem sido constante desde 2009; só entre 2012 e 2016, o aumento de matrículas foi de 10%, segundo os microdados do Censo da Educação Superior.

Olhando a situação de cada uma das 63 universidades federais em operação em 2017, vemos que 90% delas receberam, no ano passado, valor abaixo do recebido em 2013 ou em 2014 (para as universidades mais novas), mesmo considerando a correção pela inflação.

Em 18 universidades, em nove Estados e no Distrito Federal, a diminuição das verbas provocou, entre outros problemas, a demissão de funcionários terceirizados e o congelamento no valor das bolsas de auxílio estudantil.

No ano passado, o Ministério empenhou o equivalente a R\$ 6.194.763.357 às 63 universidades para serem usados com despesas de manutenção e obras — o valor não inclui despesas como salário de professores ou pensão de funcionários aposentados, por exemplo. Foi a verba anual mais baixa desde 2010, quando o



valor empenhado chegou a R\$ 5.765.213.098. O valor já inclui a correção pela inflação do período, usando o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) médio acumulado, critério definido pelo próprio MEC.

Para efeitos de comparação, em 2017 o MEC se comprometeu a gastar ao todo R\$ 109,3 bilhões, sendo R\$ 34 bilhões para o ensino superior, segundo informações do portal Siga Brasil, mantido pelo Senado Federal.

Mas o Orçamento é composto de despesas obrigatórias por lei (como os salários) e de despesas consideradas "discricionárias", que são as que estão sujeitas a cortes e contingenciamentos. Em 2017, as despesas discricionárias representaram R\$ 23,8 bilhões, menos de um quarto do orçamento global do MEC — o ensino superior recebeu R\$ 11,5 bilhões dessa verba opcional diretamente do Governo, e outros R\$ 122 milhões em emendas parlamentares.

Como não poderia deixar de ser, o Governo, com a maior cara de pau, emitiu uma nota mentirosa, que tenta desconsiderar a realidade dos números e jogar toda a responsabilidade para cima da Presidenta Dilma. A verdade é que governar é fazer escolhas, e este Governo escolheu destruir a educação pública brasileira em favor dos grandes grupos privados.

A matéria mostra as consequências práticas da ação destrutiva do MEC e expõe toda a perversidade de um governo que não gosta do povo, porque sabe que o povo não gosta dele e não o escolheu.

Os cortes atingem, principalmente, os serviços terceirizados, como limpeza, manutenção e segurança, além dos benefícios para os estudantes de baixa renda. Essa redução de benefícios vai na contramão da Lei Federal de Cotas, de 2014, que obriga as federais a ampliar o número de calouros de escolas públicas e negros,



pardos e indígenas. Na maioria das instituições, os valores das bolsas para esses alunos ou foram mantidos no mesmo valor (alguns, congelados desde 2013), ou tiveram redução. Foi o caso da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que teve que cortar o valor em 25%, de R\$ 400 para R\$ 300.

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a opção foi reduzir o teto de renda para pagar o auxílio apenas para a faixa mais pobre entre os estudantes. Antes, quem tinha renda familiar *per capita* mensal de até 1,5 salário mínimo (ou R\$ 1.431) poderia solicitar o benefício. Agora, ele é limitado apenas para alunos com renda de R\$ 754. Na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), mais de 600 alunos deixaram de ser atendidos.

Os impactos também afetam subsídios que beneficiam todos os estudantes. Nesta quinta-feira (28), a Universidade de Brasília (UnB), dobrou o preço cobrado pelo almoço no restaurante universitário. Por falta de verba, o restaurante universitário da UnB também modificou cardápios para reduzir a quantidade de alguns alimentos.

Com orçamento mais enxuto, houve cortes de funcionários terceirizados em grande parte das instituições federais. Na UnB, só em maio foram demitidos 533, segundo o Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB). A instituição também anunciou que encerraria o contrato de estágio de 1.100 estudantes.

Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de Santa Catarina, o Reitor Jaime Giolo disse que demitiu motoristas para que cada um dos *campi* tivesse apenas um, que faz serviço de malote e até de transportador de móveis. Outro corte



foi no serviço de copa da universidade. A UFFS foi criada em 2009, mas, por falta de verba de investimento, ainda tem prédio com obras incompletas.

A Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, reduziu os contratos de vigilância e zeladoria e desligou elevadores. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), houve até limitação no número de fotocópias.

As instituições também sentiram a queda nos investimentos, o que impede a continuação de reformas e obras e, com isso, até a abertura de novos cursos. Na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), foi paralisada a construção de três prédios e a compra de equipamentos para laboratórios e salas de aulas.

Em Rondônia, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) paralisou reformas em prédios e a compra de equipamentos para grupos de pesquisa e laboratórios didáticos.

Eu poderia ficar o resto do dia aqui enumerando todas as dificuldades e entraves que o Governo Federal vem impondo ao ensino superior público no Brasil, um verdadeiro desmonte, um crime contra uma geração inteira de estudantes.

Felizmente estamos às vésperas de nova eleição presidencial, e o povo brasileiro haverá de dar uma resposta clara e vigorosa a todos estes que insistem em matar o nosso futuro.

Muito obrigado.



---

**O SR. VITOR VALIM** - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VITOR VALIM** (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Querido Presidente JHC, o assunto que me traz hoje à tribuna, não posso deixar de falar, inclusive eu me comprometi na semana toda a cobrar o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, é a votação do projeto de bloqueadores de telefone celular.

Ainda neste assunto da segurança pública, quero parabenizar um projeto importante que vem desde a época do então Presidente Lula, da ex-Presidente Dilma Rousseff e continua agora com o Presidente Michel Temer, que é o Minha Casa, Minha Vida.

Infelizmente, esse importante projeto habitacional está servindo de fonte de renda às facções criminosas. Acontece com os conjuntos habitacionais, Deputado e Coronel Alberto Fraga, que tem mil unidades. Os bandidos estão cobrando 60 reais de condomínio no Estado do Ceará. O conjunto habitacional está servindo para fazer a facção criminosa ganhar mais de 60 mil reais.

Peço à Polícia Federal que possa entrar...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa para mais uma vez falar de segurança pública. É claro que cada um tem que fazer a sua parte em relação à segurança pública.

Venho falar também da Polícia Municipal, que trabalha igualmente pela segurança pública da população.

Hoje pela manhã fizemos a entrega, para a Polícia Civil de Minas Gerais, de 16 veículos da marca Ford, modelo Ranger, 4x4, adquiridos com recursos oriundos de emenda orçamentária de nossa autoria, que serão usados nas atividades de investigação e de repressão a crimes violentos no Estado.

Uma viatura foi entregue para o Departamento de Narcóticos; duas viaturas foram entregues para o Departamento de Operações Especiais Antissequestro; duas viaturas, para o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa; uma para a Acadepol — Academia de Polícia Civil, destinada ao treinamento dos policiais, uma para a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças. Também receberam os veículos as Regionais das cidades de Araguari, no Triângulo Mineiro; de Patos de Minas; de Juiz de Fora, na Zona da Mata; de Montes Claros, a Capital do norte de Minas; e de Sete Lagoas.

Acho importante dizer que nós visitamos Sete Lagoas no final de semana. Fomos bem recebidos pelo Prefeito Leone Fonseca, por Orlando e por toda a turma de Sete Lagoas, porque também contribuímos e muito com a cidade, principalmente nas áreas de saúde e educação.



Receberam uma viatura também as cidades de Patrocínio e Ponte Nova.

Essas viaturas são importantíssimas para o policiamento investigativo, para os policiais prenderem os membros das quadrilhas que estão alarmando, apavorando, aterrorizando a população mineira, na região sul e na região norte, no Triângulo Mineiro, em tudo quanto é lugar.

Entregamos quatro veículos Ford Ranger, 4x4, para a Guarda Municipal de Belo Horizonte, a Polícia Municipal de Belo Horizonte, bem como para a Polícia Municipal de Betim, de Varginha e Contagem. Exceto Varginha, as demais cidades fazem parte da Grande Belo Horizonte e apresentam alto índice de criminalidade.

Então, Sr. Presidente, nós estamos fazendo a nossa parte pela segurança pública. Não devemos cobrar somente, temos também que dar condições para o pessoal trabalhar. A população tem que tomar conhecimento do que está sendo feito. Isso é importante.

Além da área de segurança pública, também encaminhamos emendas orçamentárias importantíssimas para as áreas de saúde e educação de Minas Gerais, bem como para programas de incentivo ao trabalho.

Sr. Presidente, em Sete Lagoas, juntamente com o Prefeito Leone, no domingo visitamos diversos locais, inclusive hospitais que necessitam dos recursos orçamentários oriundos das emendas. As pessoas agradeceram veementemente e disseram que o pouco com Deus é muito.

A Unidade Básica de Saúde que atende uma grande demanda na periferia está carente, e o Hospital Nossa Senhora das Graças também necessita dos recursos orçamentários para cirurgias, principalmente na ala oncológica, na ala infantil e neonatal, inclusive para a manutenção do Centro de Tratamento Infantil.



É muito importante que façamos a nossa parte.

Gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, da *TV Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, venho à tribuna desta Casa para, mais uma vez, falar da segurança pública de Minas Gerais, que vem sofrendo muito com a falta de investimentos do Estado, principalmente com a falta de investimentos na Polícia Civil.

Também venho falar da Polícia Municipal, ou seja, das Guardas Municipais, que surgiram para fazer a segurança patrimonial e hoje vêm contribuindo muito com a Polícia Militar, ajudando muito no policiamento ostensivo.

Sr. Presidente, na semana passada, tive a honra de fazer a entrega de equipamentos de uso pessoal para o exercício da atividade de proteção patrimonial, como *sparks*, *kits* de leitura, cartuchos, coldres e porta-cartuchos, tudo isso ao custo aproximado de mais de 600 mil reais. Além disso, quatro viaturas 4x4 foram distribuídas, junto com os equipamentos, para as Guardas Municipais de Betim, Belo Horizonte, Contagem e Varginha, o que totalizou um investimento de 1 milhão e 400 mil reais na aquisição de equipamentos para os guardas municipais.

Hoje pela manhã, tive a honra de mais uma vez contribuir com a segurança pública do meu Estado de Minas Gerais, principalmente com a ajuda à Polícia Civil





de Minas Gerais para a melhoria da frota de veículos, uma vez que muitas delegacias estão com seus veículos sucateados por falta de investimento do Estado.

Fizemos a entrega de 16 veículos 4x4, para os seguintes departamentos, em Belo Horizonte: para a Chefia de Polícia; o Departamento de Narcóticos; duas viaturas para o Departamento de Operações Especiais; duas viaturas para o DHPP; para a Acadepol; para a SPGF; e para o Departamento de Meio Ambiente

Foram entregues viaturas também para as Regionais de Araguari; Patos de Minas; Juiz de Fora; Montes Claros; para a 19ª DP de Sete Lagoas; para Patrocínio e Ponte Nova.

Sei que ainda é pouco, mas, nesses 3 anos e meio em que estou na Câmara dos Deputados, já destinei mais de 11 milhões para as Polícias Civil e Militar, para o Corpo de Bombeiros Militares e para as Guardas Civas.

Acredito no papel que cada instituição desenvolve. Enquanto estiver aqui na Câmara dos Deputados, eu defenderei essas instituições e buscarei recursos para a segurança pública de Minas Gerais, para proporcionar à sociedade mineira a segurança que ela deseja.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Tenente Lúcio.

**O SR. TENENTE LÚCIO (PR-MG.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao Ministro dos Transportes, Valter Casimiro, que esteve na minha cidade, Uberlândia, e assinou a ordem de serviço da tão sonhada trincheira sobre a BR-365, entre os Bairros Taiaman e Dona Zulmira. Então, muito obrigado ao Ministro.

Eu parabenizo todos da minha assessoria, principalmente o William Alvorada, meu chefe de gabinete, que tanto trabalhou para que isso pudesse acontecer.

Hoje foram liberados mais 10 milhões de reais para essa trincheira, totalizando 42 milhões de reais para minha cidade, Uberlândia.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Ministro Valter Casimiro.

Uberlândia hoje está em festa. Uberlândia hoje vai sorrir de verdade.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Tenente Lúcio.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad, que já se encontra na tribuna.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o suicídio é um problema global e de saúde pública. Segundo dados de 2014 da Organização Mundial da Saúde, mais de 800 mil pessoas tiram a própria vida, por ano, ou 1 pessoa comete suicídio em algum lugar do mundo, a cada 40 segundos.

O Brasil infelizmente também consta nesse triste *ranking*. No País, o suicídio já é a quarta maior causa de morte entre homens jovens. Em Mato Grosso do Sul, meu Estado, esses números são ainda piores. Dados do Ministério da Saúde apontam que a taxa de mortalidade entre os homens é maior do que a média nacional. Enquanto a taxa de suicídio no Brasil é de 8,7 a cada 100 mil habitantes, em Mato Grosso do Sul é de 13,3.

Mato Grosso do Sul é hoje o segundo Estado no País em mortes por suicídio. Lá são registradas 197 mortes por autoextermínio ao ano, o que quer dizer que, a cada 44 horas, 1 pessoa tira a própria vida.

Sras. e Srs. Deputados, isso se explica em virtude do número de índios em Mato Grosso do Sul. Temos a segunda maior população indígena do País, com 70 mil pessoas divididas em várias etnias e que ocupam várias extensões do território do meu Estado.

Em levantamento mais recente do *Mapa da Violência*, de 2014, dos 13 Municípios com mais suicídios entre indígenas no Brasil, Mato Grosso do Sul figura com 8 cidades! Dourados, cidade do combativo Deputado Geraldo Resende, do PSDB, aparece com 117 mortes registradas.



Embora localizado com maior agudeza em Mato Grosso do Sul, este é um problema nacional e que precisa da necessária disposição deste Parlamento para seu enfrentamento, estabelecendo política concreta e efetiva de combate e prevenção ao suicídio.

Peço que o meu pronunciamento repercuta no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.

Obrigado, Deputado Fábio Trad.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O suicídio é um problema global e de saúde pública. Segundo dados de 2014 da Organização Mundial de Saúde, mais de 800 mil pessoas tiram a própria vida por ano. Ou... a cada 40 segundos uma pessoa se suicida em algum lugar do mundo.

Embora a maioria dos países com altas taxas de suicídio sejam pobres, há também algumas nações ricas e altamente desenvolvidas que possuem números muito altos nessas tristes estatísticas, como o Japão e os Estados Unidos.

O Brasil infelizmente também consta nesse triste *ranking*. No País, o suicídio já é a quarta maior causa de morte entre homens jovens. E em Mato Grosso do Sul esses números são ainda piores. Dados do Ministério da Saúde apontam que a taxa de mortalidade entre os homens é maior do que a média nacional. Enquanto a taxa de suicídios no Brasil é de 8,7 a cada 100 mil habitantes, no Estado de Mato Grosso do Sul é de 13,3!

Não por acaso, em seu Plano Estratégico de Prevenção ao Suicídio, o Governo Federal, por meio da Portaria nº 1.315, liberou recentemente recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão para ações de prevenção e combate ao suicídio, a serem



desenvolvidas em 6 capitais do País, cujos Estados são considerados prioritários devido ao alto índice de suicídios. E lá está nossa Capital, Campo Grande, entre as contempladas, com R\$ 250 mil.

É importante primeiramente destacar a importância de ações como essa. No entanto, é preciso alertar que elas não devem ficar restritas à Capital, Campo Grande.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, é hoje o segundo no País em mortes por suicídio. Lá são registradas 197 mortes por autoextermínio ao ano, o que quer dizer que, a cada 44 horas, 1 pessoa tira a própria vida.

Isso se explica também muito pelo fato de Mato Grosso do Sul ser um Estado de grande prevalência indígena. Temos hoje a segunda maior população indígena do País, com 70 mil pessoas divididas em várias etnias, segundo dados do IBGE e da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

É justamente entre esse público que os índices de autoextermínio mais assustam. Enquanto a média de suicídios em Mato Grosso do Sul é de 13,3 por 100 mil habitantes, 65% maior que a média nacional, entre os indígenas a incidência é de 15,2!!

Em Dourados, a peculiaridade é o grande número de mortes por suicídio entre a população indígena jovem. Segundo o *Mapa da Violência*, entre 2008 e 2012 foram mais de 117 óbitos registrados, o que coloca a cidade em primeiro lugar no *ranking* estadual e uma das primeiras no *ranking* brasileiro!

Em levantamento mais recente do *Mapa da Violência*, de 2014, dos 13 Municípios com mais suicídios entre indígenas no Brasil, Mato Grosso do Sul figura com 8 cidades! E Dourados aparece nessa triste liderança, com 117 mortes



registradas, seguida de Amambai, Paranhos e Coronel Sapucaia. Um dos fatos que mais pesam para essa lamentável realidade é o alto índice de suicídios entre guaranis e kaiowás.

Por isso, é necessário que discutamos a necessidade de destinação de mais recursos, bem como a ampliação das ações de prevenção e combate ao suicídio em Mato Grosso do Sul.

Importantes debates, como um profícuo seminário realizado em maio do ano passado na Câmara dos Vereadores de Dourados, precisam ter seus encaminhamentos debatidos por toda a classe política, sociedade civil e especialistas. Afinal, esse é um problema de saúde pública e sem recorte social.

Entre esses encaminhamentos, consta o da Vereadora Daniela Hall, do PSD, também proponente do seminário, no sentido de se implantar o Conselho da Família, que são órgãos permanentes autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas públicas voltadas à família e da garantia do exercício dos direitos da entidade familiar. Além disso, há a proposta de viabilizar a implantação do Grupo Amor e Vida (GAV) e o serviço de telefone 141 em Dourados, que tem custo irrisório em relação aos benefícios de salvarmos tantas vidas todos os dias.

A entidade, que atendia de forma gratuita em Dourados através do Centro de Valorização da Vida (CVV), ouvindo pelo telefone desabafos e evitando tragédias, fechou as portas em 2010 por falta de incentivos públicos. Hoje, o 141 está disponível apenas em Campo Grande e em Corumbá.

Temos que fortalecer e ampliar esse debate, pois nada é mais importante do que a vida humana. O suicídio é um problema de todos nós.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Geraldo Resende para fazer uso da palavra.

**O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a última sexta-feira, dia 29, foi um dos momento mais emocionantes da minha vida pública.

Eu, que fui salvo pela educação — mesmo sendo de origem humilde, consegui realizar o sonho de ser médico por meio da educação pública —, sempre coloquei como um dos principais nortes do meu mandato a luta pela estruturação da educação que atende gratuitamente a nossa população.

Naquela data, o Governador Reinaldo Azambuja entregou obras na área da educação na minha cidade, Dourados, em Mato Grosso do Sul, que contaram com investimentos oriundos do nosso trabalho em Brasília.

Em um dia histórico para Dourados, dentre outras importantes entregas de obras e lançamentos de edificações, o Governador inaugurou a Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros, com um investimento de 3,8 milhões de reais conquistados por meio do nosso trabalho. Essa escola atende à comunidade do Residencial Dioclécio Artuzi e bairros circunvizinhos. O Governador entrou com a contrapartida. Essa nova edificação é uma das mais belas escolas do Município de Dourados, contando com 14 salas de aula, além de quadra poliesportiva das mais modernas.

Também entregamos para a comunidade escolar de Dourados importantes melhorias realizadas na Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, no Jardim Santo André, bairro onde vivi durante 27 anos, e também 2 novas salas de aula na Escola Estadual Castro Alves, na região central da cidade, além de quadra poliesportiva



nova e moderna na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, que completa, em 2018, 47 anos.

Esses foram recursos oriundos das nossas emendas parlamentares em anos anteriores, o que mostra o nosso compromisso com a educação pública e gratuita.

Reitero que a educação é o único caminho para democratizarmos oportunidades, vivermos verdadeiramente a meritocracia, bem como mudarmos de patamar social, econômico e cultural. Minha vida política se justifica também em momentos marcantes como esses. Desejo que as sementes plantadas na semana passada possam frutificar em uma Dourados que cuida melhor de sua juventude, um Mato Grosso do Sul ainda mais pujante e um Brasil que nos orgulhe.

Foi um momento muito marcante que vivi na sexta-feira, em Dourados.

Aproveito a oportunidade para mencionar, como já disse anteriormente, que hoje demos a ordem de serviço para uma das obras mais aguardadas pela população de toda a grande região de Dourados, o Hospital Regional de Dourados, assunto que terei de abordar em uma próxima intervenção da tribuna, Sr. Presidente.

#### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a última sexta-feira, dia 29, foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida pública. Eu, que fui salvo pela educação — mesmo sendo de origem humilde, consegui realizar o sonho de ser médico por meio da educação pública —, sempre coloquei como um dos principais nortes do meu mandato a luta pela estruturação da educação que atende gratuitamente nossa população. Naquela data, o Governador Reinaldo Azambuja entregou obras na área da educação na minha cidade de Dourados, em Mato





Grosso do Sul, que contaram com investimentos oriundos do nosso trabalho aqui em Brasília.

Em um dia histórico para Dourados, dentre outras importantes entregas de obras e lançamentos de edificações, o Governador inaugurou a Escola Estadual Vereador Moacir Djalma, em um investimento de 3,8 milhões de reais conquistados por meio do trabalho deste Parlamentar, e que contou com a dedicação obstinada de Reinaldo Azambuja. A edificação do colégio foi célere, de modo a melhor atender a comunidade do Residencial Dioclécio Artuzi. O recurso foi conquistado em 2013 e foram edificadas 14 salas de aula para as mais diversas matérias e 1 quadra poliesportiva coberta com arquibancada. Esse investimento também teve a contrapartida do Governo do Estado de 283 mil reais.

Também entregamos para a comunidade escolar de Dourados importantes melhorias realizadas na Escola Estadual Ramona Pedroso, que ganhou três novas salas de aula, as quais, na verdade, são modernos laboratórios de informática. Já a Escola Estadual Castro Alves ganhou duas novas salas, dentre outras melhorias, para ofertar mais conforto e melhor qualidade de ensino para os nossos alunos.

Essas ações foram possíveis por meio de emenda individual de minha autoria, no valor de 500 mil reais, para o Orçamento Geral da União do ano de 2014. Além de destinar o recurso, cobrei intensamente a liberação do investimento, bem como a execução da obra. Agi de forma enérgica, porque sei o quanto a educação é importante para o futuro do País. Sei que cada minuto a mais é um minuto a menos na vida de nossos jovens. Já senti na pele essa gana por me dedicar aos estudos para mudar a minha vida e a da minha família.



Outra ação importante para a educação, entregue na última sexta-feira, foi uma moderna quadra poliesportiva coberta com vestiários de alto padrão para os mais de 1.200 alunos da Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, que completa 47 anos. Esse foi mais um investimento, no valor de 500 mil reais, conquistado por meio de emenda individual para o Orçamento Geral da União do ano de 2013. A prática esportiva faz parte da educação, forma o caráter de nossos jovens, afasta-os das drogas e de outras práticas ruins, como também pode formar futuros atletas, quem sabe?

Reitero que a educação é o único caminho para democratizarmos oportunidades, vivermos verdadeiramente a meritocracia, bem como mudarmos de patamar social, econômico e cultural. Minha vida política se justifica também em momentos marcantes como esses. Desejo que as sementes plantadas na semana passada possam frutificar em uma Dourados que cuida melhor de sua juventude, um Mato Grosso do Sul ainda mais pujante e um Brasil que nos orgulhe.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com o sentimento de dever cumprido e comemorando o resultado de uma intensa luta que participei, no último dia 29, do lançamento da obra da primeira etapa da construção do Hospital Regional de Dourados. Para essa etapa serão investidos 30 milhões de reais, sendo 15,7 milhões de reais referentes a recursos federais arduamente conquistados por meio de nosso trabalho aqui em Brasília, 4,4 milhões de reais de emenda do então Deputado e hoje Vereador Marçal Filho e 10 milhões de reais de contrapartida do



Governo do Estado, marcando o entusiasmo do Governador Reinaldo Azambuja com essa ação.

O Hospital Regional de Dourados, que começa a ser construído em área na BR-163, na saída de Dourados para Ponta Porã, é um sonho dos mais de 800 mil moradores das 34 cidades que compõe a Região da Grande Dourados, além de outras regiões do Estado, como a Faixa de Fronteira e Cone sul.

Em dezembro do ano passado, o Ministério da Saúde empenhou emendas destinadas à construção dessa unidade especializada no valor de 14,7 milhões de reais. Esses empenhos são referentes à primeira etapa da edificação. O valor é fruto de um trabalho árduo que uniu esforços do nosso mandato, dos demais Parlamentares, como também do envolvimento pessoal do Governador Reinaldo Azambuja, do PSDB.

O projeto de construção do Hospital Regional de Dourados quase foi abandonado como consequência da ameaça de cancelamento de uma emenda parlamentar, no valor de 4,4 milhões de reais, empenhada em 2014, e o cancelamento de um convênio de 17 milhões de reais, em 2013. Trabalhei na conquista de um novo recurso de 15,7 milhões de reais para recompor valores efetivamente cancelados.

Nos últimos 3 anos, realizei, junto com o Governador Reinaldo Azambuja, diversas gestões no Ministério da Saúde. Conseguimos impedir e reverter o cancelamento dos recursos, confeccionar e aprovar os projetos técnicos, possibilitando a continuidade do convênio de 2014, a celebração de um novo convênio em 2016 e os empenhos, que viabilizarão o início da obra.



Todas as etapas de construção do Hospital Regional significarão um investimento de 55 milhões de reais. Porém, com a conclusão da primeira etapa, a unidade especializada já pode começar a funcionar e atender a população com qualidade.

Para as próximas etapas da edificação, já existe o compromisso da bancada do Estado de destinação de valores para o Orçamento de 2020. Dentre os meus colegas Parlamentares, destaco o Senador Waldemir Moka, do MDB, que destinou, por meio de emenda já empenhada, o valor de 7,6 milhões de reais, e o Deputado Dagoberto Nogueira, do PDT, que destinou 3,4 milhões de reais também por meio de emenda individual já empenhada. Ambos os recursos serão destinados para a terceira etapa da construção.

O Hospital Regional de Dourados será ponto de atenção, prioritariamente, da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e da Rede da Pessoa com Deficiência. A unidade de referência terá perfil assistencial de hospital geral, que priorizará as linhas de cuidados de urgência/emergência, cardiologia, nefrologia, oftalmologia e cirurgia geral.

A unidade será contemplada com leitos distribuídos em enfermaria masculina e feminina, isolamento, UTI adulto, isolamento UTI adulto, UTI pediátrica, isolamento UTI pediátrico, leitos de observação adulto, centro cirúrgico e obstétrico, farmácia, unidade de nutrição, anexo de serviços, pronto atendimento, observação de isolamento, recuperação e pós-anestésica e recuperação de endoscopia, totalizando 210 leitos e 10.706 metros quadrados de área.



---

Essa é uma conquista que vai ofertar um importante equipamento público para aqueles que mais precisam: os usuários do Sistema Único de Saúde — SUS. Mesmo em um período complicado economicamente, conquistamos esse investimento com muito trabalho, resultado da boa política.

Era o que eu tinha a dizer.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Daniel Almeida para fazer uso da palavra.

**O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA.** Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero saudar o Ministro Lewandowski pela sua decisão que suspende as chamadas “parcerias” que a PETROBRAS está anunciando para, na verdade, entregar o patrimônio que é do povo brasileiro.

Essa medida do Ministro do STF impede, por exemplo, que a Refinaria Landulpho Alves seja entregue assim, de mão beijada, bem como o terminal aquaviário de Madre de Deus, o terminal de Jequié, enfim, toda a infraestrutura de petróleo que eles estão querendo entregar graciosamente para o interesse dos acionistas que investem na bolsa de Nova Iorque.

Também estava nessa chamada parceria o desmonte da produção de matéria-prima por parte de empresas controladas pela PETROBRAS, de fertilizantes, a FAFEN da Bahia, de Sergipe, empresas que estavam programadas exatamente para cumprir esse papel estratégico de fornecer matéria-prima para um país que tem o perfil, as características e o desenvolvimento na área do agronegócio, na área da agricultura familiar, na área da produção agrícola.

Portanto, é uma medida fundamental. Mas é preciso que ela se materialize na sua efetivação, que nós tenhamos condições de sustentar esse processo no STF, na decisão do Pleno do STF, que isso se aplique também para impedir a privatização do setor elétrico. Estão querendo entregar as distribuidoras do setor elétrico, a ELETROBRAS, a nossa CHESF, portanto, é fundamental que esse debate se amplie, que haja mobilização popular. Essa privatização é um absurdo.



---

Aliás, lá na Bahia, há alguns anos, foi privatizada a COELBA. Hoje só há arrependimentos, nada a comemorar. A atividade da COELBA é um desastre; ela não tem prestado o serviço adequado à população baiana: não faz a ampliação das redes, não universaliza o processo de distribuição de energia elétrica, atrasa a aplicação dos recursos para o desenvolvimento do nosso Estado. Já estamos pensando em reverter a privatização da COELBA.

Portanto, parabéns por essa decisão.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Alberto Fraga, para fazer uso da palavra.

**O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fato que vivemos no Brasil um ativismo do Poder Judiciário. Algumas decisões do Poder Judiciário precisavam, no mínimo, ser revistas e punidas, se for o caso, quando flagrantemente existir abuso de autoridade.

Eu quero aqui ressaltar o caso de um colega nosso que ficou preso por 120 dias: o Deputado João Rodrigues. Não tenho procuração para defendê-lo, não. Estou falando porque participei de uma reunião do Conselho de Ética, em que o Relator ficou estarecido com as declarações do Prefeito à época. O Prefeito disse claramente: *“Se algum crime foi cometido, quem tinha de estar na cadeia era eu, e não o Deputado João Rodrigues”*.

O Deputado João Rodrigues apenas assinou a abertura da licitação, apenas isso. Ele era Vice-Prefeito e assumiu a Prefeitura. Depois, quando retornou, o Prefeito assinou os atos e fez a licitação, respaldado pelo Tribunal de Contas do Município. Mas, pasmem V.Exas., o Deputado, adversário político evidentemente de alguém com parente no Poder Judiciário, foi preso, e fica por isso mesmo.

Há uma declaração do Prefeito — o nome dele é Darci Fiorini — isentando o Deputado João Rodrigues de qualquer tipo de crime. Não adiantou nada, e um Deputado ferrenho nas suas posições aqui, que luta duramente contra o PT, contra a Esquerda, ficou preso por 120 dias.

Eu tenho certeza absoluta de que o Supremo Tribunal Federal vai revogar essa prisão, porque ela é absurda e estúpida. Nós Deputados somos a escória, somos execrados pela sociedade e pela imprensa, e fica por isso mesmo. Um





colega bate palma quando vê outro colega preso e não percebe que, no dia seguinte, pode ser ele a próxima vítima. Esse ativismo do Poder Judiciário precisa acabar. É por isso que hoje nós precisamos votar sim a matéria que trata do abuso de autoridade.

Vamos votar essa matéria, porque aquele que cometer excesso tem que responder por abuso de autoridade. A prisão do Deputado João Rodrigues é um absurdo, é uma excrescência judiciária, como também é a do Deputado Celso Jacob.

Agora, para concluir, o que se percebe nesta Casa? Quando a medida é boa para a Esquerda, nós aplaudimos o outro lado; quando é boa para a Direita e ruim para a Esquerda, aquele juiz não presta. Nós temos que partir da premissa de que o Judiciário, como sempre foi, tem que ser imparcial, tem que julgar os autos e não se deixar levar pela imprensa, que, constantemente, faz esse *show* midiático.

É lamentável ver um Parlamentar, com a postura do Deputado João Rodrigues, ter que ficar calado, porque, se abrir a boca aqui neste plenário, vai ser ridicularizado pelos colegas da Esquerda.

Conheçam a situação dele. Vejam se a prisão é correta. Se for, sentem o cacete nele, mas eu vi o fato e tenho certeza absoluta de que todos os senhores vão ficar estarecidos com o absurdo que foi cometido.

Solicito que este pronunciamento conste dos Anais da Casa e seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Vanderlei Macris para fazer o uso da palavra.

**O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nós vivemos um momento muito especial na vida do nosso País. A sociedade está simplesmente abandonando o processo de representação política, está abandonando a confiança no Judiciário e no Executivo.

Nós tivemos, nesses dias, um confronto entre tudo que é sensato e correto na esfera da Justiça: a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu, na semana passada, soltar o ex-Ministro José Dirceu; em nova ação, ontem, o Ministro Dias Toffoli cassou a decisão do Juiz Sérgio Moro, que impôs regras para sua liberdade. Esses são casos que acontecem e que deixam a sociedade indignada.

Se isso é preparação para também soltar o ex-Presidente Lula, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficar calados. Todos nós brasileiros precisamos nos unir para mostrar ao Supremo que a sociedade não aceita mais esse tipo de postura. Que os condenados paguem, sejam de que partido forem!

Cabe ressaltar ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o ex-Ministro José Dirceu tem pena de 30 anos e 9 meses de prisão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e, mais do que isso, organização criminosa. Dirceu não é condenado apenas na Operação Lava-Jato, foi também no mensalão, julgado pelo mesmo Supremo Tribunal Federal.

A decisão contraria a própria jurisprudência do Supremo que permite a execução provisória da pena após condenação em segunda instância. Esta é uma



defesa que faço de maneira enfática: sou plenamente favorável a que haja a prisão após a condenação em segunda instância.

A sentença deve valer para todos. Esse diagnóstico que fazemos irrita a sociedade brasileira. Essa decisão da Segunda Turma — Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski — precisa explicar o que diferencia José Dirceu dos demais condenados pela Justiça.

Sr. Presidente, o Ministro Dias Toffoli foi assessor jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados quando José Dirceu era Deputado Federal, assumiu a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil quando Dirceu era o Ministro exatamente dessa Pasta e foi indicado para o Supremo Tribunal Federal pelo ex-Presidente Lula.

O próprio ex-Presidente Lula quer ser julgado pela Segunda Turma. Não aceita outro julgamento que não seja por ela. Seus defensores lá estão. A situação é tão esdrúxula que os próprios advogados de Lula reconhecem que a facilidade da Segunda Turma para a absolvição dos condenados é flagrante. A Justiça deve ser igual para todos.

Os Ministros do Supremo Tribunal Federal também estão desacreditados pela sociedade devido a decisões como essas. Não quero fulanizar, mas a questão política está clara nas ações do Supremo. Isso não pode acontecer mais. Nós precisamos pensar, talvez, em eleição para Ministro do Supremo, para aquele Colegiado, quiçá com espaço definido. Sua escolha também pode ser por indicação, com mandatos de 8 a 10 anos, como existe em outros países do mundo, ou concurso público.



Eu tenho a impressão de que a sociedade espera as grandes mudanças neste nosso País no Congresso, no Supremo Tribunal Federal e no Executivo. Estamos vendo claramente que a sociedade está desacreditada das instituições, e a democracia corre riscos nessa direção. Devemos pensar bem. O momento de agirmos é agora. O processo eleitoral está presente e as instituições precisam repensar o seu papel na sociedade.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (JHC) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra .

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para falar de coerência e também para fazer um registro sobre a candidatura do apresentador de TV José Luiz Datena. Com ele é: ruim na TV, pior no Senado!

Eu queria ler um trecho de uma entrevista de Datena ao *site* da UOL, em 2012:

*Não é porque o cara é bom de rádio que ele vai ser um bom Vereador. Não é porque ele é bom de TV que ele vai ser um bom Prefeito. Eu posso comentar bem alguma coisa ou comentar mal. Eu pelo menos me expresso, dou minha opinião. Agora, eu seria um péssimo político. Não teria capacidade para ser um bom político.*

Estas são palavras ditas por ele, que agora anuncia a sua pré-candidatura ao Senado Federal pelo Democratas, o DEM, ex-PFL.

É óbvio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o programa de TV de Datena é a sua grande alavanca, com a sua virulência policial, com a manipulação da opinião pública e da sociedade, todos os dias, sem a mínima consistência crítica nas suas interpretações da realidade. Só desinformam e manipulam.

Nós dissemos aqui, desta tribuna: política requer seriedade. E olhe, Deputado Danilo Forte, o que o Datena falou em 2018 sobre Luciano Huck: disse que ninguém da TV pode governar o País. Estas são as palavras de Datena: “*Não é porque eu sei falar aqui na televisão que eu vou ser um bom Senador*”. E agora ele é candidato ao Senado pelo partido de — ninguém mais, ninguém menos — Agripino Maia, réu no



Supremo Tribunal Federal, membro do Democratas! Não é preciso dizer mais nada. O partido tinha um Governador do Distrito Federal que foi preso, e tantos outros casos de corrupção narrados pela Odebrecht, pela JBS, pela OAS, e assim por diante.

O que nós queremos dizer é o seguinte: na verdade, ele se lançou com o apoio de Doria, João Doria, outro manipulador da TV, rico, *playboy*, que foi Prefeito de São Paulo e renunciou depois de 1 ano e pouco. Enganou o povo paulistano. Tem uma rejeição hoje de mais de 55% do povo de São Paulo. Só reprimiu movimentos sociais e populares e, evidentemente, serviu a empresas, que é o seu negócio.

Então, é evidente que Datena, ao chamar lutadores do povo de vagabundos e criminalizar a juventude e movimentos sociais, não serve para ser Senador da República, e não serve nem apresentador de TV.

No Uruguai, José Mujica proibiu esses programas policiaiscos manipuladores, que estimulam o ódio, a intolerância e a violência na sociedade. Somente poderiam ser transmitidos após as 22 horas.

Por isso, nós estamos aqui a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que figuras como esta chegam a esta Casa e ao Senado para dizer que lutam contra a corrupção, mas são incoerentes e incapazes de denunciar a corrupção de verdade, porque estão ao lado do PSDB de Doria.

E eu quero falar de Aécio Neves, quero falar de José Serra, quero falar de Eduardo Azeredo, que está preso, depois de 20 anos de processo, em que permaneceu em liberdade. Quero falar de todo o tucanato. Quero falar de Alckmin, que é candidato a Presidente da República e é o “Santo” da Odebrecht.



Esse mesmo Datena, que diz que vai lá defender a luta contra a corrupção e que ninguém o segura, inscreve-se no DEM e se alia ao PSDB, partido dos ricos. Esta é a realidade!

Para combater a corrupção, é preciso ter seriedade na política, ter ética na política, ter história e trajetória. É preciso ter compromisso com o povo e ter um programa de mudança social de verdade neste País.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi dito:

*Não é porque o cara é bom de rádio que ele vai ser um bom Vereador. Não é porque ele é bom de TV que vai ser um bom Prefeito. (...) Eu posso comentar bem alguma coisa, ou comentar mal, eu pelo menos me expresso, dou minha opinião. Agora, eu seria um péssimo político, não teria capacidade nenhuma para ser um bom político.*

Estas palavras foram ditas por ninguém menos que José Luiz Datena, o apresentador sensacionalista que anuncia pré-candidatura ao Senado pelo DEM.

Só podemos concordar com o que Datena disse em entrevista para a UOL, em 2012. O que mudou de lá para cá foi o crescimento da antipolítica. Somente a enorme audiência dos discursos de ódio leva Datena a apostar agora na falta de consciência do eleitorado. Seu programa é virulento, explora o medo e o preconceito dos telespectadores para defender a opressão generalizada sem maior consistência crítica. Chegamos a um nível de despolitização tão drástico, insuflado justamente por programas de TV que desinformam e manipulam, que boa parte da população



está inclinada a entregar o voto a quem gritar mais alto, mesmo que reconhecidamente diga asneiras.

A política requer seriedade. Até que ponto é possível enganar a população, se quem tanto brada contra a corrupção se lança pré-candidato pelo DEM? Esse é o partido comandado por Agripino Maia, que é réu pela segunda vez, por propina para favorecer a OAS na construção de estádio da Copa, e é acusado também de receber mais de 1 milhão de reais em esquema de inspeção veicular.

Contra o Presidente de seu próprio partido, Datena perde sua habitual verborragia? E o mensalão do DEM, que soma mais de 100 milhões de reais em corrupção, não causa nenhum desconforto nem indignação ao apresentador?

Datena se lançou pré-candidato na semana passada, com o apoio de João Doria. A coligação de Datena é com o ex-Prefeito, que também veio da televisão e viu sua popularidade despencar vertiginosamente. Doria, como Datena, tenta se valer da truculência para arregimentar o eleitorado à direita. No entanto, a estratégia apelativa foi se mostrando limitada, e as grosserias de Doria foram causando aversão a grande parte da população, conforme foram aparecendo os maus-tratos às pessoas em situação de rua, as acusações de corrupção e a incompetência de um Governo que não consegue sequer consertar semáforos em prazo razoável.

Além disso, estamos falando do PSDB, partido de Aécio, de Alckmin, de Serra e de Eduardo Azeredo. A estes, Datena evita chamar de bandidos, tendo que tomá-los como aliados.

Para desviar a atenção, é fácil chamar de vagabundos os lutadores dos movimentos sociais ou criminalizar a juventude da periferia. A sanha por fabricar inimigos é tamanha, que até mesmo os ateus já foram vítimas da perseguição do





apresentador, que ao longo de uma enquete foi comparando aqueles que não acreditam em Deus com o assassino de uma criança de 2 anos. Em um Estado laico, não se pode dar espaço para comportamento desse tipo, nem em programa de televisão de concessão pública, muito menos no Senado.

Faz pouco tempo, no início de 2018 mesmo, que Datena disse que ninguém da TV pode governar o País. Ele se referia a Luciano Huck, mas aproveitou a ocasião para reafirmar que não seria candidato: *“Não é porque eu sei falar aqui na televisão que eu vou ser um bom Senador”*. Esta foi uma das poucas vezes em que Datena realmente se expressou com consistência. Resta conferir se a candidatura de Datena se mantém até o final, lembrando que em 2016 ele desistiu de concorrer à Prefeitura. Melhor mesmo seria que Datena se afastasse não apenas de corrida eleitorais, mas também do serviço que presta na televisão. Não foi à toa que Pepe Mujica, no Uruguai, proibiu a transmissão de programas policiais apelativos antes das 22 horas.

Qualquer arena pública, seja a TV, seja uma Casa parlamentar, deve servir à sociedade, e não disseminar o ódio como válvula de escape.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido para fazer uso da palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

**O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Sem revisão do orador.)** - Agradeço ao Deputado Danilo Forte a gentileza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a revolta é ainda maior quando o Governo ou o Estado, além de não ajudar, atrapalha.

Chamo a atenção desta Casa para o que aconteceu na semana passada em uma das nossas Comissões, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.576, de 2016, que proíbe a venda de alimentos orgânicos em supermercados.

É impressionante! Quem já tem dificuldade enorme para produzir alimentos orgânicos — o agricultor familiar, o pequeno produtor —, quem já faz cultivo sem agrotóxicos, sem defensivos e merece todo o estímulo do Estado brasileiro, de repente, se depara com mais uma barreira. Essa proposta dificulta a produção e distancia o consumo de alimento saudável, cujo cultivo tem preocupação e responsabilidade com o nosso planeta.

Desde já, coloco minha posição contra essa iniciativa. Se precisamos coibir a fraude, vamos coibir, fazer a fiscalização necessária. Agora, não podemos punir quem trabalha de maneira honesta, decente porque existem alguns que cometem desvios.

Quero repudiar, Sr. Presidente, esse projeto, que aumenta o preço do alimento orgânico, e, como já enfatizei, traz dificuldades para o pequeno produtor. Deixo aqui uma visão de mundo que precisa ganhar espaço nesta Casa, a



---

preocupação com o nosso planeta e com aqueles que fazem um cultivo mais saudável.

Ao invés de desestimular, como acontece com esse projeto, é preciso estimular, estender a mão. Aqui, o agricultor rural ficou prejudicado. A Lei nº 10.831, de 2003, a Lei da Agricultura Orgânica, teve alteração que cria barreira.

Coloco este tema para amplo conhecimento, fazendo o apelo para que haja a divulgação deste pronunciamento por todos os meios de comunicação e Casa, inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*, e chamo a atenção de todos envolvidos no seu trâmite — o tema vai agora para a CCJ — para que possamos medir bem as consequências de um projeto de lei como esse, que pode ser aprovado e dificultar um ambiente que precisa de estímulo.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Danilo Forte para fazer uso da palavra.

**O SR. DANILO FORTE (PSDB-CE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente JHC.

Parabéns, Deputado Pedro Cunha Lima, Parlamentar desta nova geração que vem adentrando a política brasileira e nos dando um pouco de esperança de que o País está mudando, e que mude para melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, o que me traz a esta tribuna hoje é um velho problema que, no Ceará, é uma chaga para a qual há muito se espera uma solução, sempre postergada e nunca resolvida: o abastecimento de água.

A transposição do Rio São Francisco virou figura de retórica, de palanque eleitoral. Inicialmente, era 2010; depois 2012, 2014, 2016. Já estamos em 2018. Há 3 anos, desta tribuna denunciei, pedi, conclamei o Governo que convocasse a Engenharia do Exército Brasileiro para concluir o trecho que leva água para Jardim, no Ceará, que representa menos de 8% de todo a obra da transposição do Eixo Norte. E a Engenharia do Exército Brasileiro tem condições de entregá-lo em 120 a 150 dias.

De novo, ocorre o modelo antigo das licitações, das empreiteiras, dos aditivos e, talvez, até do financiamento das campanhas eleitorais.

De novo, o problema se agrava, quando as comunidades, de forma heroica, voluntária, se mobilizam, como aconteceu, em Pecém, para proteger o Aquífero das Dunas da Taíba, que estava e continua sendo ameaçado por uma política que não conduz à eficiência na boa prestação do serviço, que atrai indústrias para o



Complexo Industrial e Portuário do Pecém, mas não garante o abastecimento de água.

É necessário que nós, num rearranjo de uma reengenharia, possamos reinventar um modelo capaz de suprir a necessidade das indústrias, sem, no entanto, faltar água para consumo humano.

E a vitória se deu exatamente quando as comunidades pararam, através da luta do Prof. Marcelo e de outras lideranças da região, e conseguiram embargar, por intermédio do IBAMA, o avanço da construção de poços profundos que iam retirar a água de preservação daquele aquífero que é uma reserva hídrica para toda a região de São Gonçalo do Amarante.

Nós, de novo, tínhamos colocado tempos atrás, inclusive na última leva do saudoso PAC, e foram aprovados, recursos para a construção do Açude das Melancias, do Rio Melancias, entre São Luís do Curu e São Gonçalo do Amarante. Essas águas vêm sendo jogadas na praia, no mar, porque não há nenhum barramento que possa impedir que seja levada ao oceano sem o uso devido para a industrialização, nem para a garantia hídrica de sustentabilidade de São Gonçalo do Amarante e de São Luís do Curu.

É dessa forma que podemos aliviar a pressão sobre as famílias e garantir o desenvolvimento industrial, fundamental para a geração de emprego num Estado que tem mais de um 1 milhão e 200 mil jovens que precisam de oportunidade de emprego, num Estado que precisa de investimentos e que tem a segunda pior renda *per capita* do Nordeste, ganhando apenas do Maranhão. É dessa forma que o Governo Estadual pode resolver o problema, sem aviltar, sem passar por cima, sem



---

simplesmente ignorar o desejo das famílias da região, que querem preservar o Aquífero das Dunas da Taíba.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço, Deputado Danilo Forte.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Prof. Gedeão Amorim para fazer uso da palavra.

**O SR. PROF. GEDEÃO AMORIM (MDB-AM.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar sobre um dos problemas mais pertinentes do Brasil.

A imunização é uma das mais bem-sucedidas e eficientes intervenções de saúde pública, segundo a Organização Mundial de Saúde.

O procedimento previne anualmente entre 2 e 3 milhões de mortes por difteria, tétano, coqueluche e sarampo. E poderia evitar a morte de mais 1,5 milhão com a aplicação da cobertura mundial de imunização.

A política pública de imunização existe no Brasil, de forma abrangente, estruturada e nacional, desde 1973, com o desenvolvimento do Programa Nacional de Imunizações — PNI, que tem uma história exitosa. Se, no início, eram quatro as vacinas oferecidas, hoje estão disponíveis 44 imunobiológicos em 35 mil postos de vacinação em todo o território nacional.

É preciso, contudo, persistir e avançar no programa de imunização brasileiro. Vejamos o caso da poliomielite, cujas primeiras vacinas chegaram até nós já na década de 50. A partir do investimento, da priorização e do planejamento de um programa nacional de vacinação, pôde ser erradicada do território nacional, sendo o último caso registrado em 1989. Nada obstante, desde 2007, assistimos a uma tendência de queda no número de vacinas contra a pólio. Em 2016, a taxa de vacinação, de 84%, foi a menor em 12 anos.

Lembremos o sarampo em Pernambuco e no Ceará nos anos de 2013 e 2014. Após 1 década de elevados índices de vacinação, houve, em 2013, um forte



declínio. No mesmo ano, teve início um surto de sarampo, com mais de 2 mil casos da doença confirmados nos dois Estados. Desde 2000, não ocorria um episódio de sarampo autóctone no Brasil. Menciono esses dados para sublinhar a importância de manter forte a política de imunização entre nós, com amplas campanhas de divulgação para a população.

Eu gostaria de direcionar o discurso para o Norte, que apresenta grandes desafios para uma efetiva política de vacinação. Com efeito, a região, com área de quase 4 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 45% do território nacional, e extensa cobertura florestal, possui populações que vivem em áreas remotas, isoladas, com acesso muito difícil.

Para cumprir a difícil tarefa de imunizar essas áreas, foi criada a Operação Gota em 1993, suscitada por um surto de sarampo em populações indígenas das regiões do Purus, Juruá e Solimões.

Hoje, a Operação Gota, executada mediante parceria entre os Ministérios da Saúde e da Defesa e os Estados e Municípios envolvidos, é uma ação permanente e imprescindível para a saúde dessas populações. Em 2018, cerca de 12.500 doses de vacinas serão aplicadas em 785 localidades dos Estados de Amazonas, Acre, Amapá e Pará.

No Amazonas, serão 485 localidades atendidas nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Eirunepé, Carauari, Tefé, Lábrea, Boca do Acre e Pauini.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar todos os envolvidos na Operação Gota pelo excelente serviço que prestam à saúde dos nossos irmãos brasileiros residentes nos locais remotos do Norte do País.





---

Quero encerrar, reiterando a importância da imunização para o combate de doenças e alertando as autoridades da área de saúde no Brasil, especialmente o Ministério da Saúde, para que não se descuidem, não baixem a guarda. Devemos elevar as taxas de vacinação entre nós, a fim de proteger a saúde do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja transmitido pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, que já se encontra na tribuna.

**O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero falar sobre a reforma da Previdência. Parece que ela morreu, mas não morreu. Ainda está vegetando, sobrevivendo nesta Casa, com a sua tramitação estacionada, aguardando a oportunidade ou oportunismo.

O Governo Temer perdeu o debate sobre a reforma da Previdência na sociedade, no meio dos trabalhadores, nos sindicatos, na Comissão Especial que tratou do assunto — da qual eu fiz parte e na qual deixei demarcado o território contra essa reforma —, no Plenário. O Governo não trouxe a reforma para votação aqui, porque perderia no voto, mas a deixou em *stand-by*, à espera.

Fala-se, à boca pequena — nós já estamos ouvindo essas vozes nos corredores desta Casa, e eles falam alto —, que, passada a eleição, o Presidente Temer vai, com os seus liderados, colocar em votação essa proposta de reforma da Previdência.

É preciso que a população fique muito alerta! Esses que defendem essa proposta de reforma da Previdência, uma vez reeleitos, vão cobrar a conta — e vão cobrar caro! Quem vai pagar é o cidadão, é a população. São esses Deputados que defendem a retirada de direitos do agricultor e da agricultora, da pessoa com deficiência, do idoso pobre.

Querem retirar da viúva ou do viúvo a sua pensãozinha. Hoje, quando as duas partes de um casal de aposentados recebem aposentadoria e uma delas vem a falecer, a outra parte herda a pensão, porque as despesas da casa continuam e,



às vezes, esse que sobreviveu precisa contratar alguém para cuidar de si no final da vida. O que o Governo está propondo? Que esse que vier a falecer leve para o cemitério a sua aposentadoria e fique lá dizendo: vem para cá meu bem, vem para cá também! É macabro! É muito macabro!

Fiquem atentos! O Governo não tem coragem de cobrar dos ricos, dos grandes, dos poderosos, das grandes empresas, dos clubes de futebol, mas é covarde o suficiente para se prevalecer dos pequenos, dos fracos, dos miseráveis. Por isso, essa reforma da Previdência não tem o nosso apoio, não tem o nosso voto, só tem a nossa crítica.

Nós precisamos prestar atenção: se aqueles que defendem essa reforma da Previdência da forma como está vierem a ser reeleitos, estarão recebendo um cheque em branco e terão a autonomia e o poder de levar adiante essa proposta infame e desgraçada, que retira dos nossos trabalhadores o direito de terem a dignidade de uma aposentadoria. Falo aqui do professor, da professora, do policial civil, do agricultor, da agricultora. Falo também do idoso pobre, que tem o direito de receber a sua pensãozinha aos 65 anos de idade; do viúvo e da viúva, que tem o direito de receber, além do salário ou da aposentadoria, a sua pensão, para viver com dignidade ou para que, no final da vida, tenha dignidade para viver.

Por isso, faço esta advertência: cuidado com aqueles que agora vêm com uma fala mansinha, mas depois votam contra a população!



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, dia 29, na cidade de Belém, Estado do Pará, foi realizado um fórum sobre o combate aos aumentos abusivos da CELPA Equatorial, a empresa distribuidora de energia elétrica no Estado do Pará.

O Estado do Pará é o quarto maior produtor e o segundo maior exportador de energia do Brasil. Entretanto, não recebe ICMS por essa energia exportada, porque o regramento estabelece a cobrança do ICMS no consumo, não na produção. Com isso, Estados produtores e exportadores, como é o caso do Pará, acabam sendo penalizados. Além disso, ainda somos vítimas da segunda maior tarifa praticada em território nacional, apesar de sermos produtores e exportadores. Além desse modelo deformado, temos os abusos da CELPA Equatorial.

Compareceram ao fórum cerca de 250 pessoas. Quero manifestar as nossas congratulações às entidades que promoveram o evento: Ordem dos Advogados do Brasil, MPUB, IDC, Defensoria Pública, Sindicato dos Urbanitários, PROCON, Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal.

Essas entidades estiveram presentes para tratar das toneladas de denúncias que foram feitas por usuários, vítimas de abusos de toda sorte praticados por essa empresa: má-fé na medição de energia e na tributação; corte de energia nos finais de semana — há uma lei que impede isso —; prática abusiva contra quem tem tarifa social, que não é respeitada pela empresa; não cumprimento de decisões judiciais que já tramitaram na esfera judicial; aumento de mais de 50% em unidades domiciliares, inclusive fechadas, sem consumo de energia, como foi denunciado fartamente.



---

Portanto, nós estamos renovando este apelo ao Ministério Público do Estado do Pará, ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública do Estado, ao PROCON, a fim de que tomem as providências necessárias através de uma ação civil pública e de termos de ajustamento de conduta contra as práticas criminosas da CELPA Equatorial, no Estado do Pará.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que autorize o registro deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy.

O pedido de V.Exa. será atendido.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Marcus Pestana para fazer uso da palavra.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Caro Deputado JHC, que preside esta sessão, Deputados, Deputadas, o principal veículo de comunicação de massa do País vem promovendo uma campanha no sentido de que os cidadãos brasileiros, nos quatro cantos do País, expressem suas expectativas com relação ao futuro do País: *“Que Brasil queremos?”* — é a pergunta.

Nós nos encontramos a 3 meses de uma eleição decisiva, talvez a mais complexa e mais misteriosa desde a redemocratização na década de 80. A expressão da opinião pública é muito singela e óbvia: o brasileiro não quer muita coisa — quer honestidade, serviços públicos de qualidade, crescimento econômico, renda, emprego.

Esse estado de espírito revela um cenário nebuloso para as eleições. Parece que há uma eternidade a nos separar destas eleições, que serão decisivas e poderão definir o futuro das novas gerações. Ainda não há um quadro de candidaturas à Presidência já consolidado.

Creio que o Congresso Nacional tem que agir com responsabilidade nesses próximos 3 meses. Assustaram-me um pouco as últimas decisões. Qualquer uma das forças políticas pode liderar o País a partir de 2019. Por isso, creio que nós devemos fazer aqui um pacto de não mais votar matérias que tenham impacto fiscal ou grave repercussão institucional.



Nós já estamos vivendo um momento de transição do poder presente para o poder futuro. Aí vem o grande cacife da democracia: temos que buscar legitimação. O poder retoma a sua raiz, a representação popular.

Nós tomamos algumas decisões contra o ajuste e vamos para a eleição. Tudo o que o Brasil não precisa é de mais radicalismo e intolerância. Tomara que nós tenhamos um Presidente da República que seja sensato e equilibrado e que proporcione um grande diálogo nacional, além de um Congresso menos fragmentado e mais focado no interesse público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Agradeço a V.Exa., Deputado Marcus Pestana.

#### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos a 3 meses e meio das eleições de 2018. Depois de um período turbulento, estaremos frente a frente com a mais decisiva e misteriosa eleição das últimas décadas. Vivemos de tudo um pouco nos últimos anos: recessão, Lava-Jato, crise fiscal, *impeachment*, denúncias contra o Presidente, desalento social, desarranjo institucional. O bom na democracia é que, de quando em quando, o poder político se reencontra com sua fonte original: a soberania popular.

Há uma curiosa e instigante contradição na relação entre representantes e representados. Ninguém chega a Brasília ou Belo Horizonte por decreto. A representação política e a correlação de forças nascem da vontade expressa do eleitorado. São espelho da vontade da sociedade. Mas, em momentos como os que vivemos, a sociedade olha no espelho e não gosta do que vê.



Surge assim uma legítima aspiração por mudança e renovação. Oxigenar o sistema político é sempre positivo. Mas a experiência acumulada também é central. O novo pelo novo não diz muita coisa, mas velhas práticas precisam ser mudadas radicalmente.

O principal canal da TV brasileira tem colhido gravações de cidadãos dos quatro cantos do País sobre o Brasil que queremos. Os depoimentos traduzem, sem surpresas, o universo da ampla maioria da população. Um povo simples, alegre, trabalhador, que só quer o império da honestidade, educação de qualidade para seus filhos, acesso a um sistema de saúde que resolva suas necessidades, combate à miséria, segurança pública eficaz, emprego digno e renda suficiente, infraestrutura que sirva de base para o desenvolvimento.

A eleição de outubro pode ser uma ponte para o futuro. Depende das escolhas que faremos. Quem optar por não votar ou votar nulo e branco estará delegando a escolha para os outros.

Há alternativas nas eleições presidenciais que são verdadeiras crônicas da crise anunciada. Nos governos estaduais, o estrangulamento fiscal inibirá a demagogia excessiva.

Para a Câmara Federal, ainda teremos o irracional voto pessoal sem territorialização. Se o nosso sistema fosse como o da Inglaterra, França ou EUA — o distrital puro —, o candidato a Deputado Federal mineiro disputaria o voto num território delimitado, tendo como população-alvo 300 mil eleitores e não 16 milhões de votos num espaço aberto do tamanho da Espanha. As escolhas perdem qualidade, as campanhas ficam caríssimas, os laços com a sociedade nascem frágeis e a discussão fica rala e superficial. Enfim, paciência! São as regras do jogo.





Que façamos boas escolhas e que o Brasil retome a rota do desenvolvimento sustentável! Que cada um cumpra seu papel!

Há 7 anos ocupo este espaço no *O Tempo*. Por força da legislação eleitoral, terei que me afastar nos próximos meses. Agradeço à direção e ao corpo editorial do jornal pelo prestígio e confiança.

Obrigado, leitores, pela companhia. Volto em novembro.

Abraço fraterno.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, democracia não se confunde com baderna ou anarquia. Liberdade é um conceito complexo. Centenas de autores e filósofos consumiram litros e litros de tinta para discutir as relações entre liberdade individual e convivência social. O senso comum já propagandeou com sabedoria: “*A minha liberdade termina onde começa a do outro*”. As regras ficam consignadas nas leis, nos valores éticos, nos princípios filosóficos e religiosos vigentes e nos costumes.

A democracia nasceu para limitar o poder absoluto do rei. Na Constituição e nas leis, estão traduzidos os direitos e os deveres dos cidadãos, o papel do Estado e as regras do jogo. Representam o pacto de convivência e o contrato social que vão arbitrar as relações entre as múltiplas liberdades individuais e coletivas que coabitam em um mesmo ambiente comunitário.

Digo isso tudo em função do turbulento momento brasileiro, no qual somos tomados por certa perplexidade e por um gosto amargo preventivo de que as coisas estão fugindo do controle.



Os caminhoneiros e o setor de transporte têm todo o direito de reivindicar seus legítimos direitos, mas certamente não têm o direito de bloquear estradas ou tornar a sociedade refém pela ameaça de uma crise de abastecimento. Os policiais civis e militares de Minas e os agentes penitenciários têm absoluta razão em se mobilizar em nome de seus salários, mas, como agentes da lei e da ordem, devem circunscrever seus movimentos às diretrizes constitucionais, evitando, por exemplo, até mesmo simbolicamente, a quebra do ícone do poder democrático em Minas, que é o Palácio da Liberdade, que não é de um ou outro governador, mas de toda a sociedade, fonte original de todo poder.

Na verdade, caminhoneiros, empresários, policiais, agentes penitenciários, líderes políticos de todos os partidos, enfim, toda a sociedade deve urgentemente erguer um amplo diálogo nacional para, a partir das legítimas divergências, atacar os graves problemas do País e os verdadeiros inimigos da democracia e da sociedade.

A barbárie se instalou em várias cidades brasileiras por dias seguidos. As nossas divergências e disputas se dão na órbita da vida democrática e sob a égide das instituições republicanas. O crime organizado, não! Este vive à margem da ordem constitucional, com regras próprias, e se sente no direito de desestabilizar a convivência social e levar pânico às pessoas. Foram mais de 30 cidades afetadas, mais de 60 ônibus incendiados.

O nosso compromisso primeiro deve ser com pessoas como as moradoras de Uberlândia e Passos, que, nas páginas do jornal *O Tempo*, expressaram as suas angústias: *“Entro no ônibus já olhando para quem vai sentar do meu lado. Misericórdia! Estamos apavorados, com medo até de sair de casa”*.



Ao lado de nossas divergências políticas, ideológicas, corporativas ou setoriais, precisamos estar unidos contra aqueles que agridem a ordem constitucional democrática e querem instalar a barbárie e o caos entre nós.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nunca a frase “não existe almoço grátis” teve tamanha atualidade no Brasil. Ela nasceu nas ruas e foi celebrizada pelo economista liberal americano Milton Friedman, que a adotou como título de um de seus livros.

Independentemente de ter me associado a vertentes de pensamento que diagnosticavam as imperfeições no funcionamento dos mercados, às distorções produzidas por elas e à relevância da ação compensatória do Estado, paulatinamente fui percebendo a extrema fragilidade daqueles que imaginavam a possibilidade de uma economia de decisões centralizadas e planificadas como remédio contra crises e desequilíbrios, em substituição ao sistema de decisões descentralizadas do mercado, no qual milhões de atores interagem em busca da maximização de seus ganhos e da defesa de seus interesses individuais, corporativos ou setoriais.

É inevitável admitir que a queda do Muro de Berlim; a dissolução da URSS; a atual crise venezuelana, com inflação, recessão e desabastecimento; e o próprio estrangulamento fiscal do Estado de bem-estar social evidenciaram os limites e as consequências nefastas do excessivo intervencionismo estatal. O mercado, esta invenção histórica humana, com suas imperfeições e eventuais distorções, revelou sua superioridade como centro de comando na alocação dos recursos disponíveis.



No Congresso Nacional, há 8 anos, assisto ao exercício permanente de visões que misturam ingenuidade, demagogia, falta de conhecimento e, às vezes, má-fé, como se houvesse “almoço grátis”. Nesse paraíso de ilusões, querem simultaneamente aumentar despesas (educação, saúde, segurança, obras, salários, benefícios), diminuir impostos e aumentar subsídios e renúncias fiscais. Diante das contradições inevitáveis que a realidade coloca, nascem duas palavrinhas mágicas: “vontade política”. É como se o desejo abstrato e subjetivo pudesse criar riquezas. Nessa equação, a soma das partes é sempre maior que o todo.

A greve dos transportes e seus desdobramentos têm sido uma experiência pedagógica para a sociedade brasileira. Embora a maioria da população tenha apoiado o movimento, começamos, pouco a pouco, a descobrir que tudo tem custo, que retrocessos estão ocorrendo e que, se alguns ganham, outros perdem.

O intervencionismo atabalhado de Dilma nos levou à maior recessão das últimas décadas. É uma pena que o aprendizado não tenha sido consolidado. Será que é uma escolha social correta subsidiar combustível fóssil realocando recursos escassos tão necessários nas políticas sociais e na infraestrutura? Será que as experiências passadas não nos ensinaram que controle de preços, tabelamento de fretes, interferência externa na lógica empresarial de estatais que têm ações em Bolsa, subsídios não explícitos não produzirão desenvolvimento, justiça social e prosperidade?

Não é nada fácil, nestas terras tropicais, a luta do iluminismo racional contra as trevas do populismo, da demagogia, do voluntarismo estéril e do intervencionismo desorganizador.



**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Convido o Deputado Paulo Foletto para fazer uso da palavra.

**O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Sem revisão do orador.)** - Obrigado, companheiro de partido, Presidente JHC.

No começo da semana passada — que foi curta nesta Casa em função do jogo do Brasil, e só houve sessão na segunda e terça-feira —, o Governo editou a Medida Provisória nº 842, de 2018, para corrigir o desacerto que ele tinha feito no combinado, quando votamos aqui o refinanciamento das dívidas rurais, e foram incluídos todos os devedores.

Inicialmente, ela foi editada com a intenção de proteger a agricultura familiar, o pequeno e o médio produtor. Mas, quando da sua discussão na Comissão Especial, acabou trazendo o perdão de dívidas para grandes devedores, amparando os grandes produtores do Brasil Central, os grandes comerciantes de Santa Catarina — Friboi, Seara, essas grandes cooperativas —, que passaram a negligenciar o recolhimento do FUNRURAL durante um período longo. Isso se avolumou: alguém se baseou numa liminar conseguida por uma entidade junto à Justiça Federal e a dívida foi se acumulando; a liminar caiu e a dívida realmente é alta.

Mas o Governo tem que entender que essas dívidas têm que ser negociadas diferentemente. Não pode um cidadão do interior de Colatina ou de Governador Lindenberg, no Espírito Santo, que pegou 50 mil reais para fazer o custeio da sua safra de café do ano seguinte, ser colocado no mesmo balaio de quem deve 50 milhões ou 100 milhões de reais. Não há solução para essa situação. Tem que se separar esses dois devedores.



Na medida provisória, na dívida do refinanciamento do REFIS do FUNRURAL, a agricultura familiar e o pequeno produtor estavam junto, mas o Governo cortou. A MP 842/18 é um desastre para a agricultura familiar. O Governo tem que separar as dívidas dos Estados, a exemplo do Espírito Santo, que, durante 3 anos, passou seca e teve que tirar sua lavoura de café, que está refazendo. O Governo Federal tem que separar, até por Estados devedores, aqueles que pegam empréstimo e aplicam em outra coisa, mesmo o pequeno agricultor.

Eu quero chamar a atenção do Presidente Temer, do Ministro da Agricultura, porque há necessidade de que se faça uma coisa justa, uma coisa separada. A MP 842/18 é um desastre para a pequena agricultura brasileira. Ela não pode ser feita desse jeito.

Eu apresentei uma emenda, no apagar das luzes da semana passada, que recupera o rebatimento das dívidas e propõe o alongamento, que tinha sido previsto inicialmente para se utilizar o pagamento entre 2020 a 2030, para dar condição de a agricultura familiar, de o pequeno agricultor acumular o mínimo de recurso e tocar sua vida adiante. A agricultura familiar, o pequeno e o médio produtor capixaba são fundamentais. Eu peço ao Governo Federal que reveja essa nova medida e refaça os conceitos.

Sr. Presidente, eu gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - O pedido de V.Exa. será atendido.

Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Foletto.



---

**O SR. PRESIDENTE (JHC)** - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, por 1 minuto.

**O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro da minha agenda no final de semana na Região Metropolitana de Belém.

Nós estivemos no Município de São Domingos do Capim, com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o Deputado Márcio Miranda, e uma comitiva do Governo do Estado, entregando um convênio para a pavimentação de 4,5 quilômetros naquele Município, onde se realiza o Festival de Surf na Pororoca, um evento do nosso calendário esportivo.

Estivemos também no Município de São Francisco do Pará também entregando 5 quilômetros de asfalto àquela população do nordeste do Estado do Pará.

No sábado, estivemos prestigiando o 14º Festival de Cultura Junina, no Município de Castanhal, com o Prefeito Pedro Coelho e com a Secretária Elaine — inclusive, destinamos emenda para a Secretaria Municipal de Cultura. Milhares de pessoas compareceram ao maior evento de participação popular daquele Município.

No domingo, estivemos em Santa Izabel, durante a realização do Círio de Santa Izabel, homenageando a padroeira daquele Município, também uma cidade próspera da Região Metropolitana de Belém. Lá tivemos oportunidade de entregar uma emenda parlamentar para estruturar as oito Unidades Básicas de Saúde daquele Município, com equipamentos para melhorar a saúde, principalmente a saúde primária, do povo de Santa Izabel.



Parabéns ao Prefeito Watanabe, parabéns a todos os Prefeitos desses quatro Municípios que receberam recursos e emendas para enfrentar os desafios que não são pequenos dessa região importante do nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. JHC, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Foletto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*





**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Concedo a palavra ao Deputado JHC, por 3 minutos.

**O SR. JHC** (PSB-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje subo a esta tribuna para tratar de um assunto muito importante: o desenvolvimento da nossa educação. Como falar em desenvolver a educação, sem falar no magistério, sem falar nos profissionais da educação?

Esta Casa, muito acertadamente, com o apoio dos nossos colegas, criou uma Comissão para tratar dos recursos advindos de decisão judicial dos precatórios do FUNDEF, para que nós pudéssemos efetivamente cumprir com o nosso mister, com o nosso papel.

Do que trata essa Comissão? Ela visa unificar a nossa opinião, o nosso parecer enquanto legisladores, enquanto fiscais da lei, acerca da utilização dos recursos dos precatórios do FUNDEF. Esse cálculo foi feito a menor pelo Governo Federal, e a União fez esses repasses a menor às Prefeituras, que agora estão recebendo esses valores corrigidos.

Curiosa e lamentavelmente, uma decisão do Tribunal de Contas da União deixou de fora o magistério. Na semana passada, como Coordenador da Comissão Externa que fiscaliza a aplicação desses recursos, fizemos audiências com o Ministério Público Federal, com os Ministérios Públicos Estaduais dos Estados, com a OAB, com o Tribunal de Contas da União, com o Tribunal de Contas dos Estados, com o Ministério Público de Contas, e chegamos à conclusão de que seria necessário apresentar uma arguição de descumprimento de preceito fundamental. Então, com apoio também de outros partidos da Casa, apresentamos a ADPF 528, que visa atacar essa decisão que não vincula — é um parecer importante do



Tribunal de Contas da União, já que é o TCU quem vai fiscalizar a aplicação desses recursos — os 60% aos professores, ao magistério.

Fizemos uma grande audiência pública, e parablenho todos os professores de Alagoas que dela participaram. Serão destinados 1 bilhão de reais à educação no meu Estado e 90 bilhões de reais no Brasil. Com esses recursos, dá para se fazer uma verdadeira revolução na educação.

No entanto, não há como fazermos a revolução na educação, sem passar pela base de tudo: o professor. Se nós estamos aqui, foi porque existiu um professor na nossa vida. Se o Ministro está julgando, foi porque existiu um professor na vida dele. Se o juiz está lá, se o membro do Ministério Público está lá, foi porque existiu um professor na vida deles.

Depois vou me debruçar sobre o pronunciamento de Malala Yousafzai, que é uma grande ativista pela educação no mundo. Em seu pronunciamento, quando recebeu o Prêmio Nobel da Paz, ela falou algo muito bonito, muito simples e que não podemos esquecer: *“Uma caneta, um livro, um professor e uma criança podem mudar o mundo”*.

O que queremos, Sr. Presidente, é que o professor seja valorizado, é que o magistério seja valorizado. É constrangedor vermos pessoas que têm direito, como os professores têm direito previsto na Constituição, no próprio espírito da Lei do FUNDEF e do FUNDEB, aos 60% dos recursos daquele Fundo, terem hoje que lutar por esse direito. Na verdade, eles estão sendo criminalizados, ou seja, um direito passou a ser um crime. Isso é inaceitável! Isso é inadmissível!

Esta Casa, muito acertadamente, começou a tratar desse tema e colocou os professores em cima do palco, não mais como coadjuvantes. Os professores,



---

especialmente os do meu querido Estado de Alagoas, vão poder contar com o meu trabalho. Estou muito satisfeito em ser o Coordenador dessa Comissão que fiscaliza a aplicação dos recursos do FUNDEF, hoje FUNDEB.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, por 3 minutos.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dar como lido o meu pronunciamento.

Ontem, em Belo Horizonte, um rapaz foi colocado para fora da Boate Jolie. Ele foi em casa, armou-se e, com mais duas pessoas, voltou e protagonizou grande tiroteio dentro da boate. Com isso, seis pessoas ficaram feridas. Um policial militar que estava na boate reagiu e baleou esse rapaz. Assim, várias pessoas ficaram feridas e expostas ao perigo.

A população está cansada de assistir a tanta violência no País. É claro que nós estamos trabalhando aqui na Câmara para amenizar um pouco essa violência, aparelhando a Polícia Civil investigativa, para que tenha melhores condições de fazer uma investigação. Tanto é que entregamos para a corporação, hoje pela manhã, 16 viaturas Ford Ranger 4x4 para auxiliar nas investigações e 4 Ford Ranger 4x4 para a Guarda Municipal de Belo Horizonte, de Contagem, de Betim e de Varginha, no sul de Minas. Por que fizemos isso? Porque esses investimentos na segurança pública são necessários e importantes, já que, infelizmente, as finanças do nosso Estado não estão ajudando nesse sentido. Também entregamos várias viaturas para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Todas as forças de segurança em Minas Gerais foram agraciadas com nossas emendas parlamentares para comprar viaturas e material. Foi destinado, aproximadamente, 1,6 milhão de reais para as Guardas Municipais, para a compra de armamento, inclusive *taser*, microfilmagem e outros materiais necessários. Por



que é preciso fazer isso? Porque a segurança pública no País está carente. Essas ações são muito importantes para que a população mineira tenha mais segurança.

Os investimentos em saúde também são muitos. Foram vários investimentos em diversos hospitais: Mario Penna, Eduardo de Menezes, Santa Casa e outros. A população está carente de segurança pública e educação. Também destinamos ônibus escolares para o transporte de estudantes.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - O seu pronunciamento será divulgado, Deputado Delegado Edson Moreira.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvintes e telespectadores da *Rádio Câmara*, do programa *A Voz do Brasil* e da *TV Câmara*.

Tenho batido na tecla da importância de investirmos nas polícias e na segurança pública em Minas Gerais e em todo o Brasil, pois notícias como a que vou contar agora estão se tornando comuns. Ontem, em Belo Horizonte, um homem de 20 anos chegou atirando nas pessoas que frequentavam a Boate Jolie, na região da Pampulha. Um homem morreu e outras seis pessoas ficaram feridas.

A população está cansada de assistir a tanta violência no País sem poder fazer nada. Mas nós podemos fazer. Nós Deputados estamos aqui para representar esse povo que tem medo de sair de casa para se divertir e deparar com uma situação como a que acabo de expor aqui. Nós podemos nos unir pela segurança



---

pública e apoiar nossas forças de segurança. Nós podemos cobrar investimentos para conter a violência e trazer de novo a paz que merecemos.

Um dos feridos da Boate Jolie é um policial militar que conseguiu acertar o criminoso, mas levou um tiro na coxa e outro no joelho. É justo defender toda uma população sem salários dignos, sem equipamentos e sem a quantidade necessária de efetivo? Não é!

Nossas polícias precisam ser valorizadas, pois estão expostas ao perigo a todo tempo. É preciso, e urgente, que elaboremos um plano de segurança, com nossas Guardas Municipais e Polícias Civil e Militar trabalhando conjuntamente, em sintonia, valorizadas e equipadas, para mostrar à criminalidade que não é ela que comanda o País. É preciso colocar ordem no Brasil.

Conto com o apoio dos nobres pares.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na quinta-feira passada, eu estive em Teófilo Otoni, na comunidade do Brejão, participando da terceira edição do Festival do Leite.

O Festival do Leite é, na verdade, promovido pela comunidade local, da comunidade do Brejão, que aproveita esse momento para apresentar à população a força do trabalho daquela comunidade, com vários produtos derivados do leite.

Eu quero cumprimentar e parabenizar o Vereador Gilson Dentista e o Prefeito Daniel Sucupira, pelo apoio que têm dado para a realização desse festival. O Prefeito Daniel Sucupira é um incentivador da agricultura familiar e tem dado todo o apoio à organização do festival promovido pela comunidade. Parabenizo ainda a comissão organizadora, composta pela Professora Nataly, a Dona Carla, o João Pequeno.

A equipe coordenadora promoveu um festival de alto nível na comunidade do Brejão, estimulando a agricultura familiar e, sobretudo, incentivando a bacia leiteira daquela comunidade, que é importante para o Município de Teófilo Otoni.

Portanto, parabéns à comunidade do Brejão! Parabéns a Teófilo Otoni, pela realização da terceira edição do Festival do Leite!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Teófilo Otoni faz divisa com o Espírito Santo, é uma microrregião cuja economia é muito comum com nosso Estado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Concedo a palavra ao Deputado Vinicius Carvalho.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Falarei de dois assuntos distintos. O primeiro diz respeito a Novo Horizonte. Recebi, na sexta-feira, o título de Cidadão Novo-Horizontino.

O que me causou surpresa é que eu sou hoje o Deputado Federal de Novo Horizonte, como cidadão novo-horizontino, que mais apresentou recurso federal de toda a história da cidade, Deputado Alberto Fraga. Colocamos recursos naquela cidade para ajudar o esporte, a saúde, a Santa Casa, a infraestrutura. Foram mais de 5 milhões e meio de reais. E hoje eu estou como o Deputado mais atuante e que mais apresentou recursos.

Também participei no sábado de um evento beneficente, de um almoço, a Feijoada dos Amigos. Mais de 300 pessoas, entre empresários, sociedade civil organizada e jovens acima de 18 anos, participaram desse almoço, sabendo que toda a arrecadação seria destinada exclusivamente para a Santa Casa de Misericórdia de Novo Horizonte.

Essa foi a quarta edição do evento, que é patrocinado pela Jô Biasi, juntamente com seu esposo Roberto Biasi, e por todos os colaboradores que trabalham focados na Santa Casa de Novo Horizonte.

Quero parabenizá-los por essa grande iniciativa no que diz respeito à Santa Casa e a toda a assistência social de Novo Horizonte.





O segundo assunto que me traz a esta tribuna é que amanhã, quarta-feira, às 14h30min, apresentaremos o relatório da Comissão Especial da Unificação das Polícias Civil e Militar. Foram 3 anos de estudo, basicamente, desde outubro de 2015 até hoje. Então, amanhã apresentaremos esse relatório.

Visitamos nove países. Foram realizadas 11 audiências públicas aqui na Câmara dos Deputados, inúmeros seminários em outros Estados, uma audiência e um seminário internacional nesta Casa, do qual participaram quatro dos nove países.

Essa proposta de emenda à Constituição que apresentaremos amanhã, para a aquiescência da Comissão, não teve nenhum tipo de contato com outro Parlamentar da Comissão, seja o Presidente da Comissão, seja outro Deputado Federal da Casa.

Presidente, peço mais um tempinho para que eu possa concluir. Desde já, agradeço a gentileza de V.Exa.

Como eu dizia, nenhum outro Parlamentar teve acesso a essa informação e à proposta de emenda à Constituição que nós apresentaremos amanhã.

Não obstante, desde 1988, mais de 15 propostas de emenda à Constituição foram apresentadas a esta Casa para tratar da questão da segurança pública e do modelo de polícia para o nosso País. Eu não tive a atenção nem a intenção de ler nenhuma das outras propostas, para que o meu juízo de valor não fosse influenciado pelas ideias dos nossos colegas.

Então, tudo que nós apresentamos aqui e vamos apresentar amanhã na Comissão é fruto de um trabalho de estudo técnico e empírico, que teve a



---

participação do Consultor Eduardo Granzotto, que muito nos honrou como representante da Assessoria desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Deputado Vinicius Carvalho, o discurso de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil* assim como os dos Deputados JHC e Vanderlei Macris, que fizeram esse pedido.



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Com a palavra o Deputado Flavinho.

**O SR. FLAVINHO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu inicio minha fala desta tribuna, neste dia, repercutindo o trecho de uma matéria publicada no *site Gazeta do Povo*, do Paraná, que diz o seguinte:

*Nesta segunda-feira (2), o ministro Dias Toffoli, do STF, cassou decisão de Moro que determinava o uso de tornozeleiras eletrônicas para Dirceu, afirmando que o juiz havia extravasado sua competência. Toffoli argumentou que o habeas corpus assegurava “liberdade plena” ao reclamante.*

Estranha-me que um Ministro do STF, como o Ministro Toffoli, aponte para o Juiz Sergio Moro e diga que ele está extrapolando suas prerrogativas, quando vemos um STF totalmente politizado. E especialmente esse Ministro — com todo respeito constitucional que tenho ao STF e aos seus Ministros —, que era advogado do PT, advogado do Dirceu, funcionário do José Dirceu, um criminoso condenado a quase 30 anos de prisão, agora concede um *habeas corpus*, dizendo que o reclamante tem total liberdade, como se esse senhor não houvesse feito nenhum mal ao nosso País. Ele inclusive foi condenado no mensalão, no petrolão.

É esse tipo de gente que o STF está colocando na rua. É esse tipo de criminoso do colarinho branco que está sendo colocado na rua e sem tornozeleira eletrônica, diga-se de passagem, porque o Sr. Ministro Dias Toffoli deu essa ordem ao Juiz Sergio Moro, querendo desmoralizá-lo.

Primeira coisa: eu quero deixar aqui o meu apoio irrestrito à Operação Lava-Jato, o meu apoio irrestrito ao Juiz Sergio Moro, se é que ele precisa disso, porque é



muito competente e está fazendo o seu trabalho de uma forma brilhante, colocando na cadeia esses vagabundos, esses criminosos que dilaceraram o nosso País, destruíram os cofres públicos, jogaram na miséria muita gente, pois o dinheiro da corrupção, que não vai para saneamento básico, não vai para a saúde, não vai para a educação, joga à margem da sociedade milhões de pessoas, inclusive crianças, idosos e enfermos. Então, tem o meu apoio total a Operação Lava-Jato.

Segunda coisa: eu quero deixar aqui a minha repulsa a esse ativismo judicial do STF, que, nesta hora, faz um ativismo político, quando não é o ativismo ideológico, querendo, através do Ministro Barroso, por exemplo, liberar a droga, tema que deveria ser discutido nesta Casa, e não lá no STF. Não é papel do STF deliberar sobre isso. Se querem legislar, que disputem as eleições agora.

Ministro Toffoli e Ministro Barroso, os senhores querem legislar? Esta Casa os acolhe de braços abertos. Ganhem as eleições! Mas não queiram usurpar o poder deste Congresso Nacional, que, ainda que desmoralizado pelos próprios Parlamentares, muitas vezes tem feito o seu trabalho.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Deputado Flavinho, será divulgado no programa *A Voz do Brasil* o seu discurso.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Foletto) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Paulo Foletto, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer um registro desta tribuna sobre a minha presença nos festejos juninos em Livramento de Nossa Senhora, na Chapada Diamantina, no meu Estado.

Tive a grata satisfação de testemunhar o grande apoio dos moradores ao Prefeito José Ricardo Assunção, o Ricardinho, que tem demonstrado conduta política e administrativa que vem agradando todos, inclusive aqueles que não votaram nele, e que o estão apoiando pela maneira isenta com que administra o Município. E graças a nossa parceria de trabalho, estamos viabilizando recursos para diversas obras para a sua área rural e urbana.

Além dos festejos juninos na sede municipal, também acompanhei o Prefeito Ricardinho e sua equipe durante visita ao Distrito de Itanajé, na zona rural da cidade, onde houve um festejo do São João muito bem organizado. E destaco a presença do Deputado Estadual Marquinho Viana, da Vice-Prefeita Joanina, de Vereadores, de lideranças e da Primeira-Dama, Leila, que realiza um belo trabalho no atendimento às demandas da população e que é muito querida em Livramento de Nossa Senhora, assim como seu esposo, o Prefeito Ricardinho e toda equipe. Realmente, é um grupo de pessoas que realiza uma grande administração, apoiada pela maioria da população. Eu me senti muito à vontade lá com todas essas pessoas que aqui mencionei.

Agradeço todo o carinho com que fui recebido nos festejos juninos de Livramento de Nossa Senhora pelo Prefeito Ricardinho, pela Vice-Prefeita Joanina, pela Primeira-Dama, Leila, e por todos os Vereadores.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. pelo programa *A Voz do Brasil*.

*Durante o discurso do Sr. José Rocha, o Sr. Paulo Foletto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar a presença neste plenário do Sr. Adelson, meu amigo empresário do Município de Piúma, no sul do Estado do Espírito Santo; e do Coronel Quintino, que faz um trabalho maravilhoso pela Polícia Militar no sul daquele Estado.

O Coronel tem toda credibilidade, aceitação e desenvolve muito bem seu trabalho. Ele veio a Brasília para, junto conosco, acompanhar e ver como está o projeto de anistia dos policiais militares, que está na Câmara dos Deputados. Estamos conversando com os Parlamentares, inclusive com o nosso Líder Deputado Alberto Fraga, que estão apoiando o projeto.

Coronel, seja bem-vindo! Daqui a pouco nós vamos conversar com o nosso amigo Jair Bolsonaro e vamos filiar V.Sa. ao PSL.

Muito obrigado, Coronel e Adelson, pela presença de vocês na Câmara dos Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Coronel Alberto Fraga, futuro Senador de Brasília, por 3 minutos.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Que Deus o ouça, Presidente!

Sr. Presidente, sempre falamos que, quando não cumprimos o nosso dever, alguém vem, cumpre e executa o nosso papel. Ainda há pouco, falei sobre o ativismo do Poder Judiciário, que está tomando decisões em virtude de esta Casa se acovardar e não votar determinadas matérias.

Temos insistido com o Presidente Rodrigo Maia para que coloque em votação aqueles pontos que estão hoje, vamos dizer assim, com problemas no Estatuto do Desarmamento e paute essa questão. E vamos decidir aqui no voto, ver quem tem voto e pronto.

Depois de tanto se falar com o Presidente Rodrigo Maia, o Partido Democratas entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade para questionar dispositivo que só permite porte de arma aos integrantes das guardas municipais de Municípios com mais de 500 mil habitantes. O Democratas entrou com essa ação, e o Ministro Alexandre de Moraes proferiu sua decisão — isso deveria estar na lei. E aí veio uma interpretação judicial dizendo que aquilo é inconstitucional, permitindo às guardas municipais dos Municípios com menos de 50 mil habitantes terem porte de arma.

É uma decisão acertada. Eu quero parabenizar o Presidente Rodrigo Maia e o Democratas, que tomaram essa iniciativa.

Porém, não era esta Casa que deveria ter feito isso? Quer dizer, quem tem que legislar é o Congresso Nacional, mas hoje quem está legislando é exatamente o





Poder Judiciário, que está exercendo um ativismo fora do comum, e ninguém fala absolutamente nada. Foi assim com a questão do voto impresso, do Deputado Jair Bolsonaro, está sendo assim com outras questões judiciais, e nós ficamos aqui de braços cruzados.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, primeiro, agradecer ao Democratas essa posição, que permitiu a esses Municípios armarem a sua guarda municipal. Mas é claro que nós temos que ter um pouco de responsabilidade.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria também deixar aqui o meu registro de repúdio. Eu fui um dos lutadores pela criação do Ministério da Segurança Pública — eu e a bancada da segurança pública, juntamente com outros colegas, inclusive com o Deputado Delegado Edson Moreira, que foi um dos que também lutou muito pela criação desse Ministério.

Agora, meu amigo Delegado Edson Moreira, nós fomos surpreendidos com a indicação de um economista para ser Secretário Nacional de Segurança Pública — um economista! Com todo o respeito aos economistas, mas o que um economista entende de segurança pública, pelo amor de Deus? Foi a indicação do Presidente Michel Temer, que deve ter atendido a um pedido de algum assessor, mas isso está verdadeiramente contra tudo o que nós pregamos aqui! Vamos deixar quem entende do assunto se manifestar sobre o assunto!

Eu já era contra a questão do general, porque general é para a segurança nacional, e não para a segurança pública, mas aceitamos porque são similares. Agora, um economista como Secretário Nacional de Segurança Pública é dose para leão!

Solicito que seja registrado nos Anais da Casa este meu pronunciamento.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Alberto Fraga, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PSL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar sobre algo que a nossa *Folha de S.Paulo*, lamentavelmente, divulgou.

Deputado Alberto Fraga, veja o que acabou de acontecer. Eu, como tinha dois compromissos em São Paulo, fui para o aeroporto. Quando eu já estava na região de embarque, uma senhora, de repente, aparece completamente embriagada — ela nem deveria estar ali nessa condição. Eu estava ao lado do Senador Magno Malta, por coincidência. O que ela fez? Começou a me ofender, a dizer palavrões. Ela chegou a cair no chão! Ela se estabacou, caiu no chão. Fiquei na minha, contemporizando. Ela dizia que votava em mim e que eu tinha que atendê-la. Ela estava com um bafo terrível de cachaça. Foi lamentável a cena! O que eu fiz então? Fui para o banheiro. Eu não ia discutir com uma pessoa embriagada, que nem deveria estar lá dentro.

O meu filho Eduardo estava comigo. Ligamos para a Polícia Federal, mas não chegou ninguém. Eu fiquei no banheiro aguardando a poeira baixar. Tudo isso foi filmado.

Quando eu estava dentro do avião, Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, liga para mim e indaga: “*Deputado, o que aconteceu?*” Eu contei a ela o que tinha acontecido. E o que ela escreveu? Escreveu que Jair Bolsonaro, diferentemente da maneira como é recebido nos aeroportos, fugiu de uma eleitora que queria conversar com ele e que, depois, fugiu também de xingamentos.



Para o azar da Sra. Mônica Bergamo, está tudo filmado. O filme mostra inclusive aquela senhora caindo de cara no chão! Foi uma cena lamentável. Apesar de ter me ouvido, o que a Mônica Bergamo faz? Conta exatamente o contrário do que aconteceu.

Olhe, mídia tradicional, acabou essa historinha de escrever o que acha que é verdade e ponto final!

Meu filho acabou de editar a fita que mostra essa pessoa se estabacando, caindo no chão. Ela tentou entrar no banheiro dos homens, mas foi contida. Ela, de porre, estava caindo no chão.

Eu lamento que a *Folha de S.Paulo*, mais uma vez, preste um desserviço à informação sadia. Estão colocando agora o vídeo no Facebook. Vai ser divulgado nas mídias sociais o que aconteceu de verdade.

*Folha de S.Paulo*, a sua hora vai chegar. É bom já ir se acostumando.

Obrigado, Presidente Manato.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Estamos juntos, Presidente. Estamos juntos.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Se isso não tivesse sido filmado, Sr. Presidente, iriam dizer que ele tinha dado uma banda nela.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Exatamente.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Com certeza, iriam dizer que ele a empurrou, etc.

(Riso.)



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Vieira.

**O SR. GIVALDO VIEIRA** (PCdoB-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Espírito Santo encontra-se estarecido com decisão tomada pelo Governo Temer em prejuízo ao nosso Estado.

Já estava acertado desde novembro do ano passado, conforme inclusive manifestação do próprio Presidente Temer numa reunião com o Governador do Estado do Espírito Santo e com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, que a ferrovia entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro seria iniciada por trecho do Espírito Santo em direção ao sul, com recursos da Vale, com a renovação da concessão da sua ferrovia existente.

É natural que, se ferrovia da Vale chega ao Espírito Santo, esses investimentos sejam feitos prioritariamente no Espírito Santo. Mas o que aconteceu, Deputado Leonardo? O Governo decidiu em favor dos grandes produtores rurais, do agronegócio, desviou esses recursos — estavam certos, pagos pela Vale, que tem ferrovia em Minas e no Espírito Santo — para custear investimentos numa ferrovia entre Mato Grosso e Goiás, a fim de atender a produção de grãos, os grandes produtores rurais.

Deixo aqui registrado o meu repúdio!

Hoje nós já nos reunimos, num evento da Confederação Nacional da Indústria — CNI, com diretores da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo — FINDES e acertamos uma reunião na segunda-feira de manhã no Espírito Santo, a que devem comparecer integrantes do Governo do Estado, da sociedade



empresarial e da sociedade civil organizada para traçar uma estratégia de contraponto a este Governo, que deu um golpe contra a democracia neste País e agora dá um golpe contra o Espírito Santo.

Digo a quem é capixaba e está nos acompanhando que isso significa que deixarão de ser investidos no Espírito Santo 1 bilhão de reais; deixará de ser feita uma ferrovia de 160 quilômetros em direção ao sul, até Presidente Kennedy; deixarão de ser gerados 5 mil empregos. Está se acabando com a oportunidade de se viabilizar o nosso Porto Central, em Kennedy, para exportação de cargas gerais.

Registro o meu repúdio a este Governo ilegítimo, um Governo que trama, na surdina, os seus compromissos, como os feitos anteriormente, com os grandes e poderosos desta Nação, em detrimento de pequenos Estados, como o capixaba. Nós vamos ficar na luta para impedir essa atrocidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho que fazer dois anúncios graves no plenário da Câmara dos Deputados nesta tarde.

Enquanto a Copa do Mundo passa e todo mundo festeja, o Governo anuncia que vai cortar mais uma vez recursos da BR-381 — o Deputado Leonardo sabe o que estou dizendo — e da BR-262, que vai para o leste mineiro. É uma verdadeira vergonha o anúncio do corte de 54 milhões no Orçamento deste ano, o que paralisa mais uma vez a duplicação dessa rodovia federal, a que apresenta o maior número de acidentes, o maior número de mortes do Brasil.

Sr. Presidente, V.Exa., que é de Minas Gerais, não pode admitir que o Governo faça esse corte orçamentário neste momento. Além dos problemas que estamos passando, existe esse.

Lembro agora outra decisão deste Governo. Entra em vigor, neste período de Copa do Mundo, a questão das placas veiculares do MERCOSUL. Mais de 5 mil “chapeiros” e despachantes no Brasil inteiro correm risco, pois há a possibilidade de uma só empresa fazer essas placas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Tem a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o SINDCOMÉRCIO de Minas Gerais e também o SEBRAE e a EMATER no Estado pela realização da primeira edição da AGRIVALES, a Feira de Agricultura Familiar dos Três Vales. Refere-se ao Vale do Mucuri, ao Vale do Jequitinhonha e ao Vale São Mateus.

Eu estive na abertura do evento, Sr. Presidente, na última sexta-feira, na cidade de Teófilo Otoni. Contou com a participação de vários pequenos agricultores, de integrantes da agricultura familiar, com a presença do nosso Prefeito Daniel Sucupira, um dos incentivadores da realização da AGRIVALES. Foi muito grande o sucesso dessa feira.

Eu fiquei muito feliz de ter tido a oportunidade de participar da primeira edição da AGRIVALES, a primeira feira da agricultura familiar dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, na cidade de Teófilo Otoni, que promove a força da agricultura familiar naquela região, com o apoio principalmente do nosso Prefeito Daniel Sucupira. O Prefeito de Teófilo Otoni participou do evento, como eu disse, incentivando a agricultura da nossa região, a força do trabalho da região dos Vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Junji Abe.

**O SR. JUNJI ABE** (MDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, penso que já viram o sacrifício com que uma gestante, muitas vezes levando criança também no colo, desloca-se do carro estacionado num ponto bem distante até a entrada de um *shopping*. É uma judiação!

Sabem por que isso acontece? Por falta de uma legislação específica. É nosso dever preencher essa lacuna. Por essa razão, apresentei o Projeto de Lei nº 10.300, de 2018, que prevê reserva de vaga especial de estacionamento para gestantes e pessoas com crianças de até 2 anos de idade.

Sr. Presidente, nobres Deputados, lembro que a legislação acerca da reserva de vaga especial de estacionamento foi criada com o objetivo de resguardar melhores condições para quem apresenta mobilidade reduzida. Logo, precisa contemplar todos os segmentos que comprovadamente tenham dificuldade de locomoção.

Para garantir a funcionalidade da pretendida lei, propomos que as vagas especiais correspondam a 2% do total disponível, sendo garantido, no mínimo, um espaço para cada pessoa atendida nos termos da lei.

É evidente que a grávida tem dificuldade de locomoção e que a presença de um bebê de colo limita a capacidade de movimentação do adulto — pais, avós, outros parentes, responsáveis.

O propósito da reserva de vaga especial de estacionamento para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção é facilitar seu acesso à área de



circulação de pedestres, assim como permitir que cheguem mais rápido à entrada de edifícios, parques e outros equipamentos urbanos.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado pelos veículos de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, penso que já viram o sacrifício com que uma gestante, muitas vezes levando criança também no colo, desloca-se do carro estacionado num ponto bem distante até a entrada de um *shopping*. É uma judiação!

Sabem por que isso acontece? Por falta de legislação. É nosso dever preencher essa lacuna. Apresentei o Projeto de Lei nº 10.300, de 2018, que prevê reserva de vaga especial de estacionamento para gestantes e pessoas com crianças de até 2 anos de idade.

É evidente que a grávida tem dificuldade de locomoção e que a presença de um bebê de colo limita a capacidade de movimentação do adulto — pais, avós, outros parentes, responsáveis.

O propósito da reserva de vaga especial de estacionamento para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção é facilitar seu acesso à área de circulação de pedestres, assim como permitir que cheguem mais rápido à entrada de edifícios, parques e outros equipamentos urbanos.

Ora, gestantes e quem carrega criança de colo também apresentam mobilidade reduzida, o que torna esses segmentos da população mais vulneráveis e, portanto, carentes de apoio.



Exmo. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso projeto prevê a obrigatoriedade de reserva de vagas para essa finalidade em estacionamentos de veículos, localizadas em vias, em espaços públicos ou em espaços privados de uso público. Incorporamos esse último item para não deixar dúvidas quanto à aplicação da norma. Ou seja, a exigência valeria para estabelecimentos comerciais, culturais, a exemplo de *shopping centers* e cinemas, entre outros.

De acordo com nossa proposta, as vagas deverão estar devidamente sinalizadas, com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas vigentes, para veículos que transportem portadores de deficiência com dificuldade de locomoção, gestantes ou pessoas acompanhadas por crianças de até 2 anos de idade.

Para garantir a funcionalidade da pretendida lei, propomos que as vagas especiais correspondam a 2% do total disponível, sendo garantido, no mínimo, um espaço para cada pessoa atendida nos termos da lei.

Lembro que a legislação acerca da reserva de vaga especial de estacionamento foi criada com o objetivo de resguardar melhores condições para quem apresenta mobilidade reduzida. Logo, precisa contemplar todos os segmentos que, comprovadamente, tenham dificuldade de locomoção.

Esclareço que a proposta passará pelas Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se tiver sinal verde das três, seguirá para análise do Senado, sem necessidade de apreciação deste Plenário.



---

Dada a relevância do tema e a simplicidade da aplicação, já que não exige intervenções viárias para acessibilidade, rogo pela rápida tramitação e aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado.

*O Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.*



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, num pequeno Município do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, cerca de 300 pessoas participavam da Festa de São Pedro — a cidade é tão pequena que toda a população estava na escola onde acontecia a festa — quando três indivíduos surgiram e passaram a usar armas de fogo como se fossem fogos de artifício. Atiraram em toda a população, ferindo e matando pessoas. Essa cidade fica perto de Padre Paraíso, um pouco acima de Teófilo Otoni.

A que ponto chegamos! Os criminosos fazem o que bem entendem! Essa festa era realizada em uma comunidade de um Município pequeno, próximo a Padre Paraíso. Todos os habitantes estavam nessa escola. Com isso, pessoas inocentes morrem.

Ontem, um meliante foi colocado para fora de uma boate que transmitiu o jogo do Brasil e ficou aberta até mais tarde. Ele foi até a sua casa, armou-se e chamou alguns comparsas. Eles entraram na boate e passaram a disparar armas de fogo contra todos que lá estavam, ferindo diversas pessoas, que estão em estado grave no Hospital João XXIII, em Belo Horizonte.

Na boate, havia um policial militar, que, com certeza, não estava fazendo bico, mas reagiu, ao ver esses rapazes atirando na multidão, e acertou o criminoso, que veio a óbito. O restante fugiu. Inclusive, depois, um desses meliantes quis voltar para pegar a sua moto.



---

A que ponto chegamos! Temos um índice de criminalidade muito alto no País. Cidades são invadidas e ônibus são incendiados. Precisamos acabar com isso.

Por que não aprovar o requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, que transforma explosão de caixa eletrônico em crime de terrorismo?

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, Deputado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Tadeu Alencar.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho com muito pesar registrar o falecimento do Deputado Guilherme Uchoa, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado Guilherme Uchoa foi um aliado importante dos Governos de Eduardo Campos, quando exerci a condição de Secretário da Casa Civil, numa articulação muito profícua com o Poder Legislativo do nosso Estado para permitir a aprovação de todas as matérias de interesse de Pernambuco. Durante o Governo Paulo Câmara, do PSB, ele também foi um aliado importante. Guilherme Uchoa teve uma carreira como magistrado e como político. Por isso, hoje Pernambuco está de luto.

Eu quero aqui apresentar meus sentimentos, meus pensamentos e orações para a D. Eva, para o seu filho, Guilherme Uchoa Júnior, para toda a sua família e para o Poder Legislativo do meu Estado. Deixo aqui o registro desse sentimento de pesar.

Peço que seja dada divulgação a este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - O pedido de V.Exa. será atendido, nobre Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

**O SR. CHICO D'ANGELO** (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há pouco, na Comissão de Seguridade Social e Família, apresentei um requerimento de audiência pública com a participação de um representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — IDEC; de um representante do Ministério da Saúde; do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS; e do Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, que deu um parecer contrário a esse aumento absurdo que a ANS concedeu.

Trata-se de uma articulação do Governo Temer, que massacra a classe média, com a Agência Nacional de Saúde. O parecer do TCU já dizia que a falta de transparência dos critérios para esse aumento era um absurdo. Isso é um escárnio! Isso é uma provocação à classe média brasileira que usa os planos de saúde. Mais de 8 milhões de pessoas são afetadas por esse verdadeiro escândalo que o Governo Temer promove junto com a Agência Nacional de Saúde.

O IDEC, após a comunicação do Tribunal de Contas da União, já tinha condenado esse aumento, também com base no Índice de Preços ao Consumidor — IPCA e em dados técnicos do IBGE que mostram que esse absurdo aumento dos planos de saúde em 10% está muito acima da inflação.

O parecer do TCU já mostrava o verdadeiro escárnio que está sendo feito com esse aumento de 10%, completamente sem critério, sem transparência, promovendo um verdadeiro massacre de um segmento da sociedade brasileira, que





já vem sofrendo muito com o fechamento de agências do Banco do Brasil e dos Correios. Há uma verdadeira provocação à classe média brasileira.

A Agência Nacional de Saúde, que tem um papel de regulação, está promovendo um verdadeiro massacre da classe média brasileira, em conjunto com o Governo Temer.

Vamos barrar esse procedimento ilegal e ilegítimo, já condenado pelo Tribunal de Contas da União!

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,  
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.  
Rodrigo Maia, Presidente.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

**O SR. CARLOS MANATO** (PSL-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade aqui na tribuna para prestar contas do meu trabalho.

Neste final de semana, eu andei em vários Municípios do Estado do Espírito Santo. Comecei por Rio Novo do Sul, onde estive com o Presidente da Câmara, meu amigo Jô. Fui levar a ele uma grande notícia: destinei àquele Município — e o dinheiro já estava na conta da Prefeitura — 100 mil reais. O objetivo é fazer uma licitação para que esse dinheiro seja destinado à compra de dois carros para a área da saúde. Ficamos muito alegres de entregar esses equipamentos no Município.

Depois, estive visitando a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, onde encontrei o Vereador Brás, o Vereador Rodrigo Sandi e o Vereador Silvinho e troquei uma ideia com os demais companheiros. Também já chegaram a Cachoeiro de Itapemirim 100 mil reais para a compra de uma ambulância.

Fomos a Muqui, onde fizemos uma visita ao Vice-Prefeito Thadeu, ao Vereador Zinho e aos amigos Silva e Rogério Mendonça. Na ocasião, discutimos também o orçamento. Estamos tentando liberar um recurso que já está na Secretaria de Ação Social do Estado para o Lar dos Idosos. Nós não estamos conseguindo fazer esse dinheiro se transformar em realidade, mas estamos conversando com o Governo do Estado.

Estive ainda em Mimoso do Sul. Fui ao Hospital Apóstolo Pedro, ao qual nós destinamos uma emenda. Já estão na conta do hospital 200 mil reais para seu custeio. Fiz uma reunião muito interessante com a direção, com os colaboradores.



---

Estivemos lá acompanhados da Vereadora Glorinha. Destinamos recursos a fim de que a Prefeitura faça uma licitação para a compra de equipamentos agrícolas. Na oportunidade, encontramos os amigos Heron, Claudinei e Emmanuel.

De lá, Presidente, fui a Bom Jesus do Norte encontrar com o William, Presidente da Direita daquele Município. Deixamos a grande notícia de que estavam na conta da Prefeitura 169 mil reais para a compra de um aparelho de Raios X digital para o hospital de Bom Jesus.

Passamos depois em Guaçuí, onde estivemos com o Vereador Marcos Góes, um vereador atuante, que nos pediu para contemplar a Santa Casa com uma emenda. Nós destinamos 170 mil reais à compra de uma ambulância para a Santa Casa de Guaçuí.

Esse foi um pequeno giro que demos no Sul do Estado.

Muito obrigado, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, além do aumento já anunciado aqui, contrariando a manifestação do Tribunal de Contas da União, de 10% nas mensalidades dos planos de saúde, o que vai ter um impacto grande na saúde da população, o Governo anunciou em junho, mês passado, a Portaria nº 1.717 do Ministério da Saúde, que simplesmente descredencia 8 mil Equipes de Saúde da Família em Municípios brasileiros.

Isso impactará quase 30 milhões de brasileiros, que deixarão de ter acesso àquilo que é o esteio do Sistema Único de Saúde, da prevenção à doença neste País: as Equipes de Saúde da Família. Só no Estado do Pará, 88 Equipes já foram descredenciadas pelo Ministério, gerando um prejuízo enorme a esses que mais fazem pela saúde da população.

Queria apenas fazer esse registro.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Saúde publicou portaria descredenciando unidades do Programa Saúde da Família — PSF em cidades no Brasil todo.

*“Ficam descredenciadas as Equipes de Saúde da Família (ESF) dos Municípios descritos nos anexos, em razão do descumprimento do prazo estabelecido na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES)”, segundo um trecho do documento.*



O argumento do Ministério é que as unidades não cumpriram requisitos. Sem qualquer advertência, foi divulgado apenas o descredenciamento de milhares de Equipes em todo País. Cada ESF tem por meta atender cerca de 4 mil pessoas.

No Pará, de acordo com a portaria, foram descredenciadas 88 equipes, muitas delas em regiões e Municípios extremamente carentes, como no Arquipélago do Marajó.

Em todo País, 7.814 Equipes foram descredenciadas, ou seja, mais de 31 milhões de pessoas podem ficar sem cobertura do Programa Saúde da Família em todo o País, devido a essa portaria.

O Programa Saúde da Família.

A saúde da família está no primeiro nível de atenção no Sistema Único de Saúde (SUS) e é considerada uma estratégia primordial para a organização e o fortalecimento da atenção básica. A partir do acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em uma área, são desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos mais frequentes, recuperação e reabilitação, atendendo 90% dos problemas de saúde da população.

Para efetivar essas ações, é necessário o trabalho de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, formadas por: médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico de higiene dental.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todos os projetos da pauta estão com a discussão encerrada. Então, só posso abrir a Ordem do Dia para votarmos.

Vamos aguardar mais 25 minutos e esperamos que as Lideranças convoquem os seus Parlamentares, já que esta sessão tem efeito administrativo.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, por 3 minutos.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero trazer a este Plenário a minha preocupação em relação à votação da Medida Provisória nº 832, de 2018, que trata da tabela mínima de fretes.

Não seria nem necessário recordar a este Plenário e ao País o impacto que teve a paralisação legítima e justa dos caminhoneiros e do setor de transporte rodoviário, há mais ou menos 30 dias.

Nós estamos vivendo, no País, um ambiente de recessão, que se misturou com uma política irresponsável de preços na PETROBRAS, o que levou à explosão do preço dos combustíveis. Num ambiente de recessão, os fretes foram totalmente aviltados, Deputado Luiz Sérgio.

Isso ocasionou um grito de desespero dos caminhoneiros autônomos e também daqueles que dirigem caminhões de carga em empresas de transporte. Isso os levou a uma paralisação que, inclusive, trouxe grande prejuízo aos caminhoneiros. Ao ficar 10 dias parado, um caminhoneiro perde muito dinheiro.

Nós estamos a 2 semanas do recesso de meio de ano no Parlamento brasileiro. Se a Medida Provisória nº 832, de 2018, não for votada na Comissão Mista hoje e ganhar a pauta da Câmara amanhã, para que, amanhã, seja votada na Câmara e, na semana que vem, no Senado — em geral, o Senado exige pelo menos 7 dias de prazo —, nós corremos o risco de levar o País a uma situação de enorme instabilidade no setor de transporte rodoviário.



Não foi nem um, nem dois, nem dez, foram centenas de relatos de indústrias que paralisaram por falta de matéria prima, de produtores rurais que perderam a produção, a exemplo dos produtores de leite.

Mesmo com ampla maioria para aprovar o relatório apresentado pelo Deputado Osmar Terra há poucos minutos, tivemos o pedido de vistas do Deputado Evandro Gussi — sei que isso está previsto no Regimento. Se essas vistas forem de 24 horas, nós só poderemos votar amanhã à tarde.

Então, eu já peço ao Presidente Rodrigo Maia e a este Parlamento que nós encontremos pauta para votar, ainda nesta semana, a Medida Provisória nº 832, de 2018, que garante a tabela mínima de fretes.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais precisamente em Realengo, há uma iniciativa chamada Movimento Parque Realengo Verde 100% que trava uma luta comunitária das mais importantes, pelo meio ambiente e pela comunidade daquela grande área do Rio de Janeiro. Os moradores querem que o Bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma das mais populosas da cidade, tenha um parque verde de 142 mil metros quadrados.

Essa área abrigou uma fábrica de munições que foi desativada há décadas. A Fundação Habitacional do Exército já manifestou interesse em construir 1.500 unidades habitacionais no local, aumentando ainda mais a pressão sobre serviços públicos na área, que já sofre problemas crônicos de enchentes, falta de água, falta de esgoto, violência, poluição e, principalmente, carência de áreas de lazer para a população.

É importante que todos os cidadãos e cidadãs cariocas tomem conhecimento desta luta e apoiem o Movimento Parque Realengo Verde 100%. Todos que querem a preservação do meio ambiente devem se engajar nesta luta.

A Prefeitura do Rio tem uma oportunidade única de criar uma área verde pública para os moradores não apenas de Realengo, mas de toda a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa é uma reivindicação justa, coerente, necessária. Se Realengo ganhar esse grande parque verde, isso vai beneficiar o Rio de Janeiro como um todo.

Então, não se justifica que, nessa área de tantas árvores, pela qual a comunidade está mobilizada, lutando para que se torne um parque, sejam



---

construídas 1.500 unidades habitacionais, até mesmo porque, se há quem possua grandes áreas na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é exatamente o Exército Brasileiro. Ele tem a sua importância e o seu papel, mas possui outras áreas em que pode construir esses conjuntos habitacionais, preservando essa área verde para todos que ali vivem, para todo o Rio de Janeiro.

Então, eu quero parabenizar a comunidade e me somar à luta do Movimento Parque Realengo Verde 100%.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me registrar como lido pronunciamento sobre o texto intitulado *Mitos com pés de barro*, em que falo da paixão brasileira pelo futebol desde 1895, quando Charles Muller trouxe para cá o valoroso e antigo esporte bretão, que, de início, era praticado pela elite, mas foi ganhando imensa popularidade no Brasil.

A internacionalização e a mercantilização crescente desse esporte fazem com que se criem alguns mitos, como se o esporte não fosse mais coletivo, e, sim, levado sobretudo por figuras quase heroicas, super-homens, infalíveis, invencíveis, invictos. Mas essas figuras são meninos. Inclusive, no caso do Brasil, muitos vêm da pobreza e devem enfrentar com dificuldade psicológica esse estrelato espetacular.

O futebol é sempre uma metáfora da vida, seja pela superestrutura da sua gerência — muitas entidades do futebol são bastante corruptas, corrompidas, e isso atingiu inclusive a Federação Internacional de Futebol (FIFA) —, seja pelo sonho de muitos meninos pobres de terem uma vida melhor em muitos países.

Com habilidade, João Saldanha dizia que o futebol é um balé bruto — e é mesmo uma beleza nesse aspecto. Enfim, essas considerações nos dizem respeito também.

Fica o registro para os Anais da Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo de minha autoria, publicado hoje, dia 3 de julho, no Blog do Noblat. Trata-se da relação entre a equipe necessária para um bom futebol e o coletivo indispensável à boa política.

Agradeço a atenção.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Mitos com pés de barro

*“Nesta terra a dor é grande / a ambição pequena / carnaval e futebol — (A Luz de Tieta, Caetano Veloso).”*

O gosto pelo futebol, que já foi maior em épocas passadas, vem também do fato dele ser uma metáfora da vida. Nas partidas e torneios, há ambição, dor, decepção e alegria. Futebol é um esporte que precisa ser jogado coletivamente. Como na trajetória pessoal e das sociedades, pressupõe derrotas e vitórias, conquistas e fracassos. E está carregado de interesses que vão bem além do próprio esporte.

O futebol está, cada vez mais, inserido na globalização financeira, na economia do mercado total. Transações milionárias, grandes centros mais pujantes economicamente concentrando os melhores jogadores (apenas três dos vinte e três da seleção de Tite jogam no Brasil). Meninos que despontam já cultivam o “sonho europeu” e os que ascendem à titularidade em seus clubes logo são vendidos para o exterior, por somas inimagináveis.

Mesmo assim a paixão perdura – e nacionalizada: “Coutinho se formou no Vasco, Thiago Silva aprendeu no Fluminense, Neymar começou no Santos, Gabriel Jesus veio do Palmeiras...”. Persiste a beleza dos grandes times também. “Futebol é equilíbrio”, dizia João Saldanha, conhecedor profundo do “balé bruto” que os antigos locutores chamavam de “o velho esporte bretão”. Brasileiríssimo desde que aqui chegou, em 1895, pelas mãos (as regras, a bola, a bomba) e os pés de Charles Muller.

Na produção do imaginário social, o objetivo é a criação do mito do super-craque, do super-homem genial que pode resolver tudo sozinho. O “self made men”



capitalista está no processo que forja o ídolo. Como diz o cientista social Luiz Alberto Gomes de Souza, “há muitos interesses econômicos na construção de mitos: é o velho individualismo da modernidade internacionalizada, regado a milhões de dólares”.

Difícil para um jovem, quase sempre vindo da pobreza, carregar o peso de ser imbatível, de tudo resolver, de ter sempre ao menos lampejos que garantem o esquadrão invicto. A expectativa e a cobrança são imensas. O narcisismo induzido, a máquina publicitária que dá a “marca” para vários produtos exige uma baita estrutura psicológica, que poucos têm.

A percepção do mundo e do poder de influência para melhorá-lo é de pouquíssimos craques: a grande maioria é autorreferenciada e se esquece com rapidez da sociedade injusta e do funil da ascensão social imposto à maioria. Não são muitos os Afonsinhos, os Sócrates, os Tostões, os Reinaldos, os Juninhos Pernambucanos, bons de bola e bons de cuca, cuja consciência da estratificação de classe não tirou a classe no domínio da bola.

O retorno precoce de Messi, Cristiano Ronaldo e Iniesta para seus países, despedidos da Copa da Rússia, apenas os torna mortais, humanos, falíveis. A realidade gritante se impõe: futebol é esporte coletivo e o conjunto é fundamental. Time é de onze, não de um. Como na vida.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Mandetta.

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aguardando a leitura da Medida Provisória nº 827, de 2018.

O Governo se sentou à mesa e, após 6 anos sem nenhum reajuste do piso dos agentes, estabeleceu um aumento escalonado em 3 anos, num grande consenso. Há, inclusive, o entendimento, por parte da bancada dos Municípios, de que isso não impacta os Municípios, já que o recurso é federal. A cada agente comunitário corresponde exatamente o valor de face do piso que é determinado.

Parece-me que o Colégio de Líderes está bem sensibilizado com o tema. Eu gostaria de solicitar a V.Exa. a organização de um diálogo franco, para sanar as dúvidas que, eventualmente, os Municípios possam ter, porque a Atenção Básica brasileira está bem desmotivada e bem desmobilizada.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o setor moveleiro está aqui representado pela Sra. Maristela Longhi, do Rio Grande do Sul, e pelos colegas de Santa Catarina e de outros Estados.

Na semana passada, na sessão do Congresso Nacional, o Partido Progressista, através do Deputado Renato Molling, estava liderando um movimento para conseguirmos derrubar o veto que trata especificamente do setor moveleiro, conforme havíamos negociado com o Governo.

Infelizmente houve o veto, mas, junto com o Deputado Renato Molling, o Deputado Esperidião Amin, de Santa Catarina, e outros Parlamentares, estamos empenhados em conseguir uma solução para essa situação.

Não sei como isso vai ficar, mas estamos aguardando a sessão do Congresso Nacional, às 19 horas, convocada pelo nosso Senador Eunício Oliveira. Em princípio, esse veto já acabou, já foi votado dessa forma. Isso prejudica o setor moveleiro, que é extremamente importante não só para o meu Estado, mas para vários Estados da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick.

**O SR. ALAN RICK** (DEM-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, fizemos a entrega de uma emenda parlamentar no valor de 700 mil reais à cidade de Cruzeiro do Sul, destinada à aquisição de equipamentos para agricultura familiar. Esses equipamentos vão atender a 28 comunidades rurais na produção da nossa famosa farinha de Cruzeiro do Sul, na produção do açúcar gramixó, que é o conhecido açúcar mascavo, e de outros produtos que vão servir à cesta básica do povo do Acre.

Também fizemos uma visita técnica às obras da biblioteca do Lar Ester Cameli, o orfanato mais importante de Cruzeiro do Sul. Com emenda parlamentar nossa de 300 mil reais, essas crianças que tanto precisam poderão ser atendidas com conhecimento e leitura.

Com nosso trabalho, entregamos mais de 1 milhão de reais em emendas parlamentares no Juruá.

Peço que este comunicado seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores que acompanham a sessão neste momento, vejam a última do Sr. Wilson Pinto, Presidente da ELETROBRAS: há uma tentativa de precarização das áreas de segurança no trabalho e saúde ocupacional de Furnas e das empresas do Grupo ELETROBRAS.

A obsessão do Sr. Wilson Pinto Júnior é incluir a estratégica área de saúde e segurança no trabalho no malfadado Centro de Serviços Compartilhados entre as empresas do grupo. Como se não bastasse ter contratado uma empresa de comunicação para falar mal da ELETROBRAS, tentando facilitar o processo de privatização, agora esse senhor trabalha para sucatear também a área de segurança no trabalho.

Isso é um verdadeiro absurdo!

Manifesto todo o nosso apoio à nota dos trabalhadores e à decisão de resistir a mais esse absurdo.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, farei mais um registro nesta sessão, que não está fria, está gelada. Parece que toda a energia, inclusive do Parlamento brasileiro, está voltada para a prorrogação do jogo de Colômbia *versus* Inglaterra. E, pelo que percebi no Cafezinho, o sentimento terceiro-mundista é grande, porque a vibração com o empate da Seleção da Colômbia, no tempo regulamentar, foi imensa. Eu compartilho dessa expectativa.

Por outro lado, a vida continua, e os problemas também. A Agência Nacional de Saúde Suplementar, parece que com uma diretoria a soldo das empresas de planos de saúde, tomou iniciativas, determinou, regulamentou a possibilidade de aumento dos planos em até 10%, índice bem acima da inflação do período, fora outras iniciativas também relativas a contratos de parceria, de cessão.

Nós do PSOL apresentamos hoje na Casa dois projetos de decreto legislativo para sustar essas medidas, notadamente essa do aumento absurdo nos planos de saúde, que mal atendem quase 50 milhões de brasileiros. Sabemos da condição da saúde pública, tão deteriorada. Joga-se, por imposição de sobrevivência, para que as pessoas mesmo sem grandes posses busquem os planos de saúde. E os preços daquilo que busca a vida ficam pela hora da morte. Os ganhos dessas empresas parecem insaciáveis.

A Agência Nacional de Saúde, que devia regulamentar e controlar esse processo, em nome do interesse público, favorece esses setores, inclusive com indicações partidárias para a sua composição. Nada a ver com o interesse público.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hildo Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo MDB.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero solicitar à Mesa, ao Presidente Rodrigo Maia, que proceda à leitura da Medida Provisória nº 827, que trata de qualificação, requalificação e algumas garantias dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde.

Essa medida provisória foi aprovada na Comissão Especial — fui um dos membros dela. Houve um acordo com o Governo, com a Presidência da República, através do Líder do Governo, o Deputado Andre Moura.

Sr. Presidente, é necessário que essa medida provisória seja logo votada, porque ela garante aos agentes de combate às endemias e aos agentes de saúde a capacitação tão necessária neste momento em que estamos vendo a volta do sarampo em nosso País.

Logicamente, nós dependemos muito desses profissionais, que estão há 4 anos sem receber reajuste dos seus salários. Há uma emenda a essa medida provisória que reajusta o salário tanto dos agentes de combate às endemias quanto dos agentes de saúde.

Daqui a uma semana vamos entrar em recesso, e essa matéria é de urgência. Há um consenso entre todos os Líderes de partidos da Câmara dos Deputados em que procedamos já na manhã de quarta-feira, amanhã, à aprovação da Medida Provisória nº 827.



Vejo hoje um quórum muito baixo, e está pautado o Projeto de Lei Complementar nº 137. Para a aprovação desse projeto, são necessários 257 votos, ou seja, a maioria mais um dos Deputados desta Casa.

Inclusive, quero solicitar aos Deputados que compareçam à sessão, para que alcancemos o quórum necessário para iniciar a votação do PLP 137/2015 e aprová-lo. Ele cria a oportunidade de vários distritos do nosso País se tornarem independentes, obterem autonomia administrativa e financeira, além de permitir a extinção de Municípios caso um deles deseje se juntar a outro para formar um novo Município único. Então, é necessária a presença das Sras. e dos Srs. Deputados.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, solicito mais uma vez a V.Exa. que faça a leitura da Medida Provisória nº 827 no dia de hoje, para que amanhã possamos votar essa matéria importante para a saúde pública brasileira, principalmente para a área preventiva.

Aproveito o tempo que me resta para registrar a nossa ida à aldeia Pé de Galinha, na cidade de Barra do Corda, neste final de semana, juntamente com a Vereadora Kassi e o cacique Inácio. Nós conseguimos recursos para ser construído naquela aldeia um sistema de abastecimento de água para fornecer água para várias comunidades indígenas de Barra do Corda. O poço já está perfurado. Nós pudemos ver o poço, e sua água é de boa qualidade. Falta apenas ser construído um reservatório de 15 mil litros de água, assim como também a rede de distribuição de água.

Já no Município de Jenipapo dos Vieiras, estivemos na aldeia Planalto, onde pudemos entregar um poço artesiano de 250 metros de profundidade. Conseguiu-se uma vazão muito boa, excelente, acima de 30 mil litros de água por hora, e a água é



de boa qualidade. Vai-se poder abastecer, além da Planalto, mais cinco comunidades indígenas. Uma rede de 11 quilômetros de extensão levará água a todas as residências dos indígenas da cidade de Jenipapo dos Vieiras.

Estiveram lá conosco o Prefeito Moisés Ventura, a minha querida Vice-Prefeita Clerismar e a Vereadora Elisa, que defende muito o direito dos indígenas em Jenipapo dos Vieiras. Estivemos com os caciques Ananias e Mariano e com o chefe do DSEI — Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão, Alexandre Cantuária.

O interessante é que havia nessa comunidade pessoas com mais de 50 anos de idade que nunca tinham tomado um banho de água encanada na vida, só tomavam banho de cuia. Essa comunidade é muito distante dos rios e não tem ainda nenhum açude para reservar a água a ser utilizada. A água é entregue para aquela comunidade através de carro-pipa, que, no período de chuva, não tem condições de passar pelas estradas que dão acesso às aldeias. A água que era entregue não pode ser considerada de boa qualidade. Agora, a água é potável, para evitar várias doenças de que são acometidos os indígenas daquelas aldeias.

Estiveram presentes conosco a assistente social Jaine Milhomem e o técnico do SESAI Aristides Milhomem, além do Secretário Nacional de Saúde Indígena, Marco Toccolini — foi através dele que conseguimos esses benefícios para várias aldeias do Maranhão, nos Municípios de Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras e Itaipava do Grajaú. Esses sistemas de abastecimento de água serão bastante úteis para a população daquelas comunidades.



Também estivemos neste final de semana na cidade de Presidente Vargas, dando início à construção de 90 casas em um povoado na entrada da cidade. Esse empreendimento é do Programa Nacional de Habitação Rural.

Este ano eu tive a oportunidade de ser o Relator Setorial na área de habitação no projeto da LOA — Lei Orçamentária Anual. Nós garantimos recursos suficientes para que o Ministério das Cidades construa residências rurais, moradias de qualidade para a população maranhense. Serão construídas 11 mil casas.

Quero agradecer muito ao grande Ministro Alexandre Baldy, um colega nosso, Deputado Federal, que está fazendo um excelente trabalho. Ele está fazendo com que aquelas pessoas que nunca tiveram direito a uma moradia digna agora tenham esse direito constitucional alcançado.

Só em Presidente Vargas, 90 casas serão entregues à comunidade mais carente da cidade. Nela, é o Zé Ceará quem está fazendo as casas. Estivemos com a Aninha, ex-Prefeita da cidade, e com o Zezico, também ex-Prefeito da cidade.

Inclusive, a ex-Prefeita Aninha comemorou nesse dia o seu aniversário de 50 anos. Ela foi uma excelente Prefeita e fez uma grande administração. Muitas pessoas da cidade se fizeram presentes no evento de comemoração dos 50 anos da Aninha. O Zé Augusto, seu marido, também tem ajudado muito no desenvolvimento da cidade de Presidente Vargas, junto com seu filho Júnior. Vários Vereadores também se fizeram presentes no evento, que foi realizado na residência da nossa querida Aninha. A ex-Prefeita mostrou que é muito querida pela população, que inclusive clama a sua volta.

Sr. Presidente, peço que minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Manato.

**O SR. CARLOS MANATO** (PSL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro rápido, de 1 minuto. Queria agradecer ao Vereador Zé da Foice, de Alto Rio Novo, um amigo antigo com o qual caminhei junto em várias eleições, pela honra e pelo prazer de ser indicado para receber o título de Cidadão do Município de Alto Rio Novo.

Infelizmente, eu já tinha um compromisso marcado anteriormente e não pude ir ao evento, mas o meu assessor Luís Júnior foi lá e recebeu esse título, que muito me orgulha.

Muito obrigado, Zé da Foice. Nós continuamos parceiros. As emendas estão chegando à cidade, a seu pedido. Com certeza, V.Exa. pode contar com o seu amigo, o Deputado Federal Carlos Manato. Obrigado pelo título.

Agradeço a toda família de Alto Rio Novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Goulart.

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a sua anuência, quero registrar que, no último domingo, a entidade Grêmio Gaviões da Fiel Torcida completou 49 anos de fundação.

Quero cumprimentar toda a velha guarda e o nosso Presidente, Digão, que está fazendo um grande trabalho. Ele representa a renovação e a juventude.

Parabéns a todos os meus queridos amigos e irmãos do Grêmio Gaviões da Fiel Torcida.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer o registro de uma espécie de denúncia, ou pelo menos uma queixa, em relação ao Pará.

A Vale do Rio Doce tem a concessão da Estrada de Ferro Carajás, que vai até o Porto do Itaqui. O Governo Federal vai fazer uma antecipação para que a Vale possa renovar a concessão dessa estrada de ferro.

Presidente, hoje eu estive conversando com o Governo para que o investimento fruto do recurso que a Vale vai antecipar em relação à concessão possa ser feito no Estado.

O Pará tem muitos problemas ambientais em virtude da exploração de minério. E nós temos diversos projetos prontos, inclusive o da Ferrovia Paraense, que liga Santana do Araguaia, passando por todo o território paraense, ao Porto de Barcarena, fazendo uma interligação com a Ferrovia Norte-Sul.

Esse investimento é fundamental, não só para o Pará, mas para o Brasil como um todo, porque ali está o porto mais próximo dos Estados Unidos e do Canal do Panamá. Isso é importantíssimo para nós, para toda a classe empresarial e produtiva do Estado, como a FACIAPA — Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará, a FIEPA — Federação das Indústrias do Estado do Pará, o SIMINERAL — Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará e a FECOMÉRCIO — Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Pará.



Todos os nossos parceiros estão pedindo que o Governo Federal possa ter um olhar um pouco melhor para o Pará. O Estado produz energia e ajuda o Brasil; produz minério para exportação sem receber o ICMS correspondente. Nós não podemos ser prejudicados mais uma vez. Na hora em que há um investimento, na hora em que há recurso, precisa ser usado para melhorar a infraestrutura dentro do Estado, para que possamos ajudar o Brasil. O Pará precisa sair do imobilismo em que se encontra. Precisamos melhorar!

Por isso, Presidente, fica o nosso repúdio pelo que o Governo está tentando fazer, que é vender essa renovação. Porém, parte desse recurso obrigatoriamente tem que ficar com o povo do Pará, para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu queria parabenizar V.Exa. por ter tido a iniciativa de pedir ao partido Democratas que entrasse com uma ação para permitir que os Municípios que têm Guarda Municipal abaixo de 50 mil habitantes possam ter o porte de arma.

É uma medida importante. Infelizmente, os desarmamentistas acham que isso é imprudência e vai levar a mais violência, quando na verdade nós sabemos que o crime organizado está tomando conta do País, porque os bandidos não participam de campanha de desarmamento, não entregam suas armas.

E esses profissionais, que hoje reconhecidamente já efetuam um trabalho de segurança pública nos Municípios, trabalham desarmados, apenas com um cassetete.

Então, acho que o Democratas acertou mais uma vez quando pediu esse auxílio, vamos dizer assim, ao Poder Judiciário, embora eu ache que nós tenhamos que decidir essas coisas aqui.

Por isso, quero dizer a V.Exa. que, numa próxima reunião do Colégio de Líderes, nós temos que enfrentar a questão do Estatuto do Desarmamento. Hoje, há um clamor público muito grande. A população brasileira pede que nós votemos esse Estatuto. E aqui se ganha pelo voto: quem tem voto, ganha; quem não tem, fica esperando. Se formos aguardar uma posição consensual da Esquerda, nós nunca iremos votar esse assunto tão importante para o povo brasileiro.



Já está mais do que comprovado, por todos os estudos que existem no mundo, inclusive pelo que foi feito agora pela Universidade de Harvard, que a afirmativa de que mais armas levam a mais crimes é falaciosa.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, no momento oportuno , traga de volta essa discussão.

Muito obrigado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Yeda Crusius.

**A SRA. YEDA CRUSIUS** (PSDB-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é com prazer que quero dizer que estamos aqui com batalhadores do Rio Grande do Sul. Está aqui o Paulus, presidente do nosso setor de móveis do Rio Grande do Sul, que contamina de boas coisas todo o nosso País, e também a Maristela, uma batalhadora desde o início.

Eles estão aqui para nos acompanhar nas nossas discussões e nas nossas votações.

Eu queria registrar a presença dos dois.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Mário Heringer, por 3 minutos.

**O SR. MÁRIO HERINGER** (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tive uma experiência, no final de semana, que não havia tido até então. Refiro-me ao Facebook *Live*. Eu tive oportunidade de falar, durante 40 minutos, de ouvir e responder às pessoas que acessaram a página. Foi realmente um evento para mim diferente e importante e que me trouxe um conhecimento e um contato direto que não conhecia.

Quando nós acabamos com os comícios, com a interação do político com o povo, nós trabalhamos contra o Poder Legislativo, principalmente, trabalhamos contra esta Casa. Perdemos o contato direto e transformamos as nossas relações em relações intermediadas, em que as pessoas se colocam nas nossas posições e traduzem os nossos pensamentos.

Essa interação que fiz no Facebook nessa semana foi muito interessante e me possibilitou conversar diretamente com os eleitores, com as pessoas que estão interessadas e envolvidas no processo político brasileiro. Essa história de que as pessoas não querem mais ouvir falar de política não é verdadeira. As pessoas querem participar da política exatamente com protagonismo. A subserviência e aquela questão do encaminhamento “faça desse jeito que assim é melhor”, acabaram.

Então, hoje eu posso dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que há um canal de comunicação direta, sim, com o eleitor, que há essa possibilidade. Nós temos que aprender que, no Facebook, a vaia não é sonora, mas ela está ali como



manifestação, que o aplauso não é sonoro, mas ele está ali como manifestação. Temos a oportunidade de fazer isso.

Esta Casa, o Legislativo, precisa voltar a falar com a sociedade brasileira. Eu tive a oportunidade de fazer isso pela primeira vez e recebi, de maneira intensa, posições sobre o que o Brasil precisa. Ficou muito claro para mim, muito claro mesmo, que a principal mazela hoje, para a sociedade brasileira, que a principal preocupação da sociedade brasileira hoje é com a segurança pública.

Não tenham dúvida de que a condescendência e o comportamento leviano não têm mais espaço na política. Nós precisamos dizer para as pessoas o que queremos, do ponto de vista de segurança. As pessoas querem saber por que condenados são soltos, por que condenados não cumprem as suas penas, por que a pena de reclusão, de privação de liberdade também induz a uma pena de perda de cidadania.

Nós precisamos, de verdade, começar a dar um tratamento adequado, justo e equânime, à sociedade, exatamente porque ela pede e precisa disso. O Brasil precisa caminhar de forma forte. E nós estamos trabalhando para isso. Mas esta Casa precisa entender que precisamos ter esse comportamento. Precisamos falar com a sociedade. Recomendo a todos os companheiros, às Deputadas e aos Deputados que usem essa ferramenta, esse mecanismo de comunicação com a sociedade. O Facebook, a Internet, o Twitter, o Instagram estão aí exatamente para facilitar a nossa comunicação.

Um grande abraço para vocês. Muito obrigado pela oportunidade.

Quero agradecer às pessoas que me ajudaram nesse processo no domingo passado.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, quero comunicar-lhe e também a esta Casa e ao Brasil que foi aprovada agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a transformação da nomenclatura da Guarda Municipal para Polícia Municipal, em caráter terminativo. A matéria vai direto para o Senado Federal. Foi uma vitória das Guardas Municipais de todo o Brasil.

Apenas com um voto contrário, praticamente por unanimidade, foi aprovada na Câmara dos Deputados, hoje, na CCJ, a denominação Polícia Penal.

Esperamos que o Senado dê continuidade a essa votação, para que dessa maneira, aprovado no Senado, o projeto vá à sanção presidencial.

Parabéns aos GCM de todo o Brasil!

Aproveitando a fala do Deputado Mário Heringer, parabenizo todos os que trabalharam conosco, inclusive o Vereador Pedro Bueno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento do dia 3 de julho de 2018, às 17h35min, eu quero falar da minha preocupação com uma matéria que foi colocada na pauta de amanhã de uma Comissão da Casa, da reunião que terá início às 14 horas. Falo do projeto chamado Escola sem Partido, que, na verdade, é da escola com mordaza. O projeto tem como objetivo final colocar profissionais de educação que procurem a reflexão crítica, professoras e professores, na ilegalidade.

É obrigação das Deputadas e dos Deputados que ainda acreditam numa escola transformadora votarem contra essa matéria e denunciarem o que está acontecendo no Parlamento brasileiro.

Amanhã nós vamos fazer esse embate lá na Comissão e votar “não” à mordaza para professoras e professores de todo o Brasil.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

**O SR. SANDRO ALEX** (PSD-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar ao Brasil que, no dia de hoje, muito se falou a respeito dos produtos orgânicos. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto que restringe a venda dos produtos orgânicos.

Quando deveríamos facilitar, incentivar, impulsionar a produção e a venda de produtos orgânicos do Brasil, uma Comissão, que é de agricultura, sobre o tema, aprova uma propositura como esta.

É claro que nós vamos ter que rejeitá-la na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Não se pode dificultar o trabalho de agricultores que produzem alimento que deveria ser consumido por todos e de forma fácil e ágil.

Quero aqui registrar a minha reprovação ao projeto e o meu voto contrário na CCJC.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação a respeito do que nós ouvimos dizer o Deputado Glauber Braga, que convidou a todos a estarem, amanhã, na reunião da Comissão que vai decidir a proposta de criação do Programa Escola sem Partido.

Acho que não se trata de uma mordaza. Na realidade, o País não pode mais admitir nas escolas os indicativos ideológicos.

Lamentavelmente, neste País nós vimos acontecer a progressão para o aluno, que não repetia mais de ano. Num determinado momento, o aluno poderia não passar de ano e simplesmente ir para a série. Depois, na 4ª série ou na 5ª série, era avaliado e reprovado, mas, lá na frente, acabava sendo aprovado. Logo depois, como se viu que, lamentavelmente, a escola pública no Brasil deixou a desejar, criaram-se as cotas, para distinguir o aluno que vinha da escola pública do aluno que vinha de escola particular com pontuações diferentes.

Nós somos contra a escola que tenta criar condições ideológicas para o aluno. O aluno vai para a escola para se aculturar, para aprender a ler e a escrever. Na realidade, o que vemos é alunos saírem da escola, muitas vezes, sem saber ler e escrever, mas contra o governo, contra A e contra B. Não é esse o papel da escola. A escola não pode estar envolvida nisso.

Então, eu acho que essa história da Escola sem Partido tem razão de ser. E não é mordaza nenhuma. O fato é que nós queremos que o aluno saia da escola aculturado e melhor preparado, em benefício deste País.

Muito obrigado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 170.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**V - ORDEM DO DIA**

***PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:***



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 258 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item I. Requerimento de urgência.

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 155, caput, do Regimento Interno, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 270, de 2016, que ‘acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa com pessoal nos casos de queda de receita que especifica’.*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**A SRA. YEDA CRUSIUS** (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

O PSDB vota “sim”, por acordo.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o MDB entende que esta proposta não é mais adequada, no entanto já foi aprovada no Senado, entende também que é necessário que seja aprimorada a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ainda há algumas deficiências nela.

Mas esta proposta vem solucionar um problema grave que ocorre em nosso País. Nós temos um sistema federativo compartilhado, em que a União recebe recursos que são de competência dela, mas que cabem aos Estados e aos Municípios. Ocorre que a União promove a criação de subsídios, incentivos fiscais, que, logicamente, diminuem a arrecadação. Isso faz com que muitas vezes alguns gestores municipais exacerbem e ultrapassem o gasto com pessoal, sendo punidos por isso.

O MDB orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PP entende, na mesma direção da Liderança do MDB, que a urgência deste requerimento deve ser aprovada, uma vez que as Prefeituras estão



atravessando sérios problemas financeiros, entre eles, exatamente este: o Estado, a União renuncia várias receitas através de incentivos fiscais; e a crise está levando os Municípios a não poderem cumprir aquelas exigências do percentual mínimo com educação, saúde.

Por isso, vamos apoiar, e pedimos aos colegas do PP e do Podemos que votem “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. ENIO VERRI** (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta não é uma pauta simples. A luta pelo equilíbrio fiscal é, do País, a parte mais difícil. E porque não houve transição para a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Municípios sofreram muito. Por conta dessa lei, na verdade, ao contrário do que muitos dizem, houve um aumento muito grande na participação da folha sobre a receita corrente líquida.

É um debate que não dá para ser colocado em urgência, porque são várias variáveis, que podem piorar muito a cara do Brasil e a situação financeira dos Municípios.

Vamos entrar em obstrução, para futuramente discutir, mas com muito cuidado, porque o impacto sobre a economia do Brasil e a vida dos Municípios será muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Toda votação de urgência já pressupõe, de certa maneira, aquiescência, no caso, favorável à urgência em relação ao mérito. Aqui já antecipamos. Nós entendemos que, às vezes, a Lei de Responsabilidade Fiscal é extremamente rígida e esquece a





responsabilidade comum dos governantes, todos eles, que é para com a responsabilidade social. Muitas vezes, a receita dos Municípios e dos Estados, que são igualmente entes da Federação, cai abruptamente até por isenções fiscais no plano federal.

Portanto, a proposta nos parece justa, correta, equilibrada, e leva em conta a realidade concreta. É uma flexibilização bastante razoável dessa lei, para que os Municípios se equilibrem...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - “Sim” ou “não”, Deputado?

**O SR. ORLANDO SILVA** - Pelo PCdoB, Presidente.

**O SR. CHICO ALENCAR** - Portanto, o nosso voto é favorável.

O PSOL vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é evidente que o Democratas vai votar “sim”. Ele não considera esta medida esdrúxula. Está bem claro: nos casos de queda de receita. Então, não há nada de esdrúxulo nisso. É uma preocupação que nós devemos ter para permitir que os Municípios consigam se equilibrar.

Hoje, a situação é calamitosa nos Municípios. E nós sabemos que temos que incentivar e até mesmo permitir que eles consigam sobreviver diante da dificuldade financeira do País.

O voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?



**A SRA. GORETE PEREIRA** (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

O PR também vota “sim”, achando bastante importante para os Municípios. Sabemos que agora é só a urgência. Mas os Municípios estão esperando, porque está havendo muita quebra de receita e eles estão ficando prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**O SR. ORLANDO SILVA** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PCdoB vota “sim”, Presidente, em apoio aos Municípios.

Nós consideramos que a crise brutal que atingiu a economia brasileira gerou a repercussão que criou muitas dificuldades para a gestão local. Evidentemente, esta é uma crise de dimensão histórica. É uma das mais graves da história do Brasil. Os Municípios vivem uma crise fiscal bastante grave e as regras atuais impedem mesmo o atendimento de algumas necessidades fundamentais para que a cidadania tenha os seus direitos respeitados.

Portanto, dizer “sim” a este projeto é dizer “sim” aos direitos que a população deve ter nas políticas públicas, é estimular a boa gestão e o cumprimento das regras definidas pelos Municípios.

Considero que seria importante votarmos a urgência hoje e, já amanhã, Presidente, a matéria. Seria um alívio para os Municípios e para os cidadãos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós somos sempre muito cautelosos em qualquer modificação legislativa que altere a Lei de Responsabilidade Fiscal, que consideramos uma



vitória da sociedade brasileira e que precisa ser rigorosamente aplicada. Temos trafegado, nos últimos anos, por déficits sistemáticos. É lógico que, no futuro, teremos que ajustar isso globalmente.

No caso específico, essas variações, no nosso entender, devem ser incorporadas ao texto. Peguemos como exemplo o petróleo. Muitos Municípios contam com ele num determinado cenário. Estamos pensando em cenários cujo preço do barril oscilou entre 80 e 20 dólares. O Município não pode ser penalizado por oscilações como essa, com quadro fixo de pessoal.

Portanto, votamos “sim” à urgência e “sim” ao projeto, para que venha rapidamente, Sr. Presidente.

**O SR. FÁBIO TRAD** - Pelo PSD, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, o PSD entende que é absolutamente justo o requerimento para se votar em regime de urgência esse projeto de lei, uma vez que houve fato superveniente, isto é, a queda na receita. Não é justo penalizar os Municípios quando sobreveio uma queda abrupta, imprevisível, da receita.

Portanto, o PSD orienta o voto “sim”, pela justiça, ao mérito, do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSC?

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “sim”, porque entendemos que a urgência para a apreciação desta matéria é de grande importância.



Nós temos Municípios Brasil afora que tiveram queda, por exemplo, dos *royalties*. Logicamente, seus Prefeitos não podem ficar, depois, com o crime de ter quebrado a regra de gastar com pessoal acima do que diz a lei.

Portanto, flexibilizar neste momento, votar uma lei como essa, é de grande importância, exatamente porque entendemos que os Municípios têm dificuldades, as arrecadações estão caindo.

Por outro lado, é aquilo que sempre digo, o Brasil precisa ser repensado. O que vamos fazer neste momento é um pequeno remendo, mas, de qualquer forma, é uma tentativa de não deixar os Prefeitos em crime.

Essa é a nossa posição neste momento e, por isso, o PSC orienta o voto “sim”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

Como vota o PDT?

**O SR. JULIÃO AMIN** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota favoravelmente à urgência, por considerar o momento que os Municípios estão atravessando em razão da crise.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

**O SR. JULIÃO AMIN** - Suas receitas, tanto de transferência quanto próprias, reduziram significativamente, penalizando todas as suas finanças.

Por isso, nós somos favoráveis a que se possa abrir um debate sobre essa questão nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSL?

**O SR. MAJOR OLÍMPIO** (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “sim”.

Esta é uma matéria relevante para o País, por tudo aquilo que já foi discorrido no plenário da casa. Acho que esta é uma medida correta, por prevenir aquilo que está além do domínio do gestor. Neste caso, quando há uma queda muito grande e não programada da arrecadação, obviamente, fica inviabilizado o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse projeto de lei vem exatamente salvaguardar essa prerrogativa dos gestores para que possam cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e não receber uma punição indevida ou injusta por conta desse fato.



Portanto, o Governo orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. FELIPE BORNIER** (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta o voto “sim”. Acreditamos que essa é uma realidade enfrentada pela grande maioria dos Prefeitos de todo o Brasil. Cuidar dos Municípios, daqueles que principalmente cuidam das suas bases, do cidadão, é uma realidade que a Casa tem que encarar neste momento.

Por isso, orientamos o voto “sim”.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** - Queremos solicitar aos Srs. e as Sras. Parlamentares que venham ao plenário. Estamos em processo de votação. É importante estarmos aqui. Vamos contribuir para que seja encerrado rapidamente. Existem outras urgências na pauta. É importante avançar nesta pauta de votações.

Por isso, faço um apelo aos Srs. e Sras. Parlamentares para que venham ao plenário. Vamos votar!

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço coro com o Líder do Governo e peço aos membros da bancada do Partido Progressista que venham ao plenário. Esta matéria tem sido amplamente solicitada pelos Prefeitos de todo o Brasil. Estamos votando a urgência de um projeto que vem definir e resolver o problema da queda de receita no cumprimento dos índices de educação e saúde quanto à exigência constitucional. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito rígida no que diz respeito a isso.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. determinasse o encerramento de qualquer atividade nas Comissões, para que os Deputados venham ao plenário.



**O SR. PR. MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos Deputados do Podemos para virem ao plenário, há matérias importantíssimas para serem votadas, em função do nosso trabalho para o País.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, o PCdoB passa para obstrução.

**O SR. HILDO ROCHA** (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que se encontram nos gabinetes que desçam e votem, porque estamos em processo de votação nominal. É importante a presença de S.Exas. no plenário para que possamos avançar na pauta da semana.

Quero aproveitar esta oportunidade para comentar sobre minha ida a Presidente Vargas, onde estivemos com o Vereador Adeilson Billy, o mais votado da história da cidade. Ele nos fez algumas solicitações, entre elas uma patrulha mecanizada para os trabalhadores rurais de Presidente Vargas. Através da CODEVASF, vamos atendê-lo.

Mais uma vez, solicito a presença dos Sras. e Srs. Deputados do MDB.

**O SR. PAULO FOLETTO** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação do PSB para o requerimento de urgência para a apreciação desse PLP é “sim”.

O PSB vota “sim”.

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.



**O SR. PR. MARCO FELICIANO** - Mais uma vez, Sr. Presidente, gostaria de solicitar aos Deputados do Podemos que estivesse presentes aqui no plenário. Há bastantes matérias importantes para serem votadas.

Este requerimento de urgência ajuda os Municípios. Por isso nós pedimos a todos os Deputados que estiverem na Casa que venham para o plenário, para terminarmos o mais cedo possível esta sessão.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, eu quero informar que, no dia de hoje, darei entrada a um projeto de lei que declara a tenista Maria Esther Bueno patrona do tênis brasileiro.

Essa brava brasileira promoveu a imagem do País ao ser classificada como a número 1 do tênis mundial, tendo vencido inclusive três vezes o Torneio de Wimbledon, além de ter obtido inúmeros outros títulos famosos em todo o mundo.

A brasileira Maria Esther Bueno faleceu no último dia 8 de junho. Portanto, no próximo dia 8 de julho completa 1 mês que ela nos deixou. Mas ela deixou um legado que honra o Brasil, todas nós mulheres brasileiras e também os tenistas do nosso País.

Esse título, sem dúvida nenhuma merecido e justo, é uma forma de o povo brasileiro, através da Câmara dos Deputados, homenagear a ilustre cidadã brasileira Maria Esther Bueno, que, sem dúvida nenhuma, está incluída entre os mais importantes esportistas do mundo do tênis. O seu currículo, na realização e na participação em torneios de tênis em todo o mundo, sem dúvida, coloca-a num patamar de muita importância, o que só enobrece o Brasil. Nós mulheres brasileiras nos sentimos honradas com o exemplo de Maria Esther Bueno.





Portanto, peço o apoio dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Líderes e do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de aprovarmos o requerimento de urgência, para — quem sabe no primeiro mês do seu falecimento? — esta Casa anunciar formalmente essa homenagem que o povo brasileiro lhe presta através da Câmara dos Deputados.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, apresentado o requerimento de urgência, nós trabalharemos para aprová-lo. Eu acredito que terá o apoio de todas as bancadas.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que, na última sexta-feira, recebi uma grande homenagem da APAMPESP — Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo.

Eu queria agradecer à Presidente Walneide e à ex-Presidente Wally, homenagear a memória de Zilda, já falecida, que foi sempre presente, e lamentar a ausência da Hilda, da Dalva, que estão acamadas, e da Nair.

Várias pessoas estavam presentes na bela homenagem, que, sem dúvida, revigora o nosso trabalho parlamentar. Continuarei defendendo o direito das professoras aposentadas. A nossa luta é permanente e constante.

E já fiz o compromisso com a Romeiro, lá de Mogi das Cruzes, de também lá receber uma homenagem das professoras aposentadas do magistério.

Parabéns, APAMPESP!



---

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, é com muito pesar que nós registramos o falecimento do Deputado Guilherme Uchoa, o Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Guilherme tinha vários mandatos de Deputado Estadual. Tivemos inclusive a oportunidade de ser colegas na Assembleia Legislativa. Era um bom amigo, um Deputado atuante, afirmativo, que tinha uma grande qualidade, a qualidade de ser amigo dos amigos.

É lamentável registrar no dia de hoje o falecimento do companheiro, do amigo e do pernambucano Guilherme Uchoa. Certamente, muitos pernambucanos hoje ficaram entristecidos com o seu falecimento.

Era o que queria dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV orienta “sim”.

Sugiro que votemos hoje também o mérito desta matéria, porque esse projeto vai levar soluções para diversos Municípios que hoje sofrem com a redução da receita. Automaticamente, ele aumenta o índice prudencial de suas folhas.

O PV orienta “sim”.

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB está sem orientação. À urgência nós votamos “sim”. Há um errinho no projeto que eu preciso discutir com os outros Líderes, para que o corrijamos. Então, no mérito, vamos discutir de forma diferente.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a aprovação da proposta de alteração da nomenclatura da Guarda Municipal, que agora passa a ser Polícia Municipal.

Essa nomenclatura é importante para os guardas municipais, para que eles possam auxiliar melhor ainda as Polícias Militares dos Estados e fazer o policiamento ostensivo e preventivo, tão carente em todo o Brasil, o que faz com que a criminalidade prevaleça em muitos Estados brasileiros, senão em sua maioria.

Então, parabenizo os membros da CCJ e espero que o Senado aprove o mais rapidamente possível a alteração da nomenclatura das Guardas Municipais para Polícias Municipais. Isso é importante.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Governo do Estado de Sergipe, que nesta manhã esteve nas cidades de Poço Verde e Simão Dias.

Tive a oportunidade de acompanhar o Governador Belivaldo Chagas, juntamente com o ex-Governador Jackson Barreto, com o Presidente do nosso partido, o Deputado Rogério Carvalho, e toda a equipe.

Só para o Município de Simão Dias foram destinados mais de 10 milhões para projetos na área da agricultura das comunidades, através do Programa Dom Távora, e para obras de pavimentação e para o melhoramento da infraestrutura daquele Município, reivindicadas pela população.

Quero parabenizar o Governador Belivaldo Chagas pelo grande trabalho que vem fazendo em defesa dos Municípios do nosso Estado. Ele enfrenta todas as dificuldades, sem o apoio do Governo Federal, mas utiliza a sua equipe, toda a sua



capacidade para buscar recursos do próprio Governo, para não parar, para dar andamento a novas obras, como vem sendo feito.

Parabenizo o Governador, o seu secretariado e a sua equipe pela determinação e pela forma como vêm conduzindo o Governo do Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. BETO FARO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar que no fim de semana nós estivemos em Ourém, Município do Estado do Pará. Lá participamos, juntamente com o Vereador Jesus, do congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que renovou a diretoria, avaliou o triênio anterior, planejou o próximo triênio e elegeu o companheiro José Maria, entre outros dirigentes, para comandar aquele sindicato.

Depois estivemos no Município de Viseu, na reserva extrativista, onde pudemos conversar com companheiros, como o Navalha e o Zacarias, com todos os dirigentes daquele Município que tocam um trabalho brilhante à frente do sindicato, das reservas e dos movimentos sociais.

Também estivemos com a Vice-Prefeita Lúcia Machado e com Vereadores do PT, no Município de Santa Luzia do Pará, onde pudemos entregar uma retroescavadeira, adquirida com recursos oriundos de emenda orçamentária deste Parlamentar, além de recursos para a área da saúde daquele Município.

Sr. Presidente, eu queria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar dois assuntos. Primeiro, a criação de Comissão Especial, a pedido nosso, pela Mesa Diretora desta Casa, para a análise de uma nova lei de informática brasileira.

O Brasil enfrenta um contencioso na Organização Mundial do Comércio e, provavelmente, até o final deste ano, terá que mudar as regras da lei de informática brasileira. A Câmara dos Deputados, com esta Comissão, antecipa esse debate, para avançar na organização de uma nova lei, mais moderna, sobre a informática brasileira, o setor de TI.

Quero fazer um pedido aos Líderes partidários: que indiquem os membros desta Comissão, para que nós possamos instalá-la até o início do recesso parlamentar ou na abertura dos trabalhos, em agosto. É uma tarefa importante que a Câmara pode cumprir no segundo semestre.

O segundo assunto tem a ver com dois requerimentos de urgência que protocolamos junto à Mesa. Um deles é para um projeto meu que trata da destinação de 25% do Fundo Social do Pré-Sal para a ciência brasileira. Peço aos Líderes partidários e à Mesa Diretora que votemos a urgência ainda antes do recesso parlamentar. Isso significaria, já no ano que vem, para a ciência brasileira, algo em torno de 2 bilhões e meio de reais, para financiamento da pesquisa e da inovação no Brasil.

O outro requerimento de urgência é relativo a um projeto do Deputado Daniel Vilela, do MDB de Goiás, que transforma o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, para que deixe de ser um fundo contábil e passe a ser um fundo financeiro, a fim de que sejam injetados novos recursos na ciência brasileira.



---

**O SR. PASTOR EURICO** (PATRI-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

A orientação do Patriota no painel é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, o Governador Tião Viana, do Acre, vai inaugurar a importante obra de ampliação da Escola NETA — Núcleo de Educação e Tecnologia Assistiva. O valor dessa obra foi de 3 milhões de reais. Eu contribuí com emenda parlamentar no valor de 2 milhões e 500 mil reais.

Essa escola vai atender crianças com habilidades especiais e um grupo muito grande de crianças no entorno da cidade de Rio Branco.

Então, amanhã é um dia de festa para a educação do nosso Estado.

**O SR. CELSO PANSERA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria também registrar que a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Duque de Caxias assinaram, no início deste mês de julho, o contrato para a reforma de duas praças na cidade, com indicação de emendas parlamentares minhas junto ao Ministério das Cidades. Refiro-me à Praça de Parada Angélica e à Praça Olavo Bilac. O investimento total nas duas praças vai ser de 985 mil reais.

Esperamos que a Prefeitura tenha agilidade para realizar a licitação e essas obras tão importantes para Parada Angélica e Olavo Bilac.

**O SR. JHC** (PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar na tarde de hoje o falecimento do Dr. Disnaldo de Oliveira, aos 57 anos de idade. Ele deixou uma filha de 21 anos de idade e um filho de 16 anos de idade, ainda muito jovens. Era um homem com uma vitalidade tremenda, um doutor respeitado por todos.



Nós deixamos aqui a nossa lamentação e os nossos sentimentos à família do médico e ao povo alagoano.

Eu tive o privilégio de conhecer a técnica desse grande homem, desse grande doutor que foi Francisco Disnaldo, a quem rendo esta homenagem póstuma.

**O SR. HÉLIO LEITE** (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estive no fim de semana na cidade de Ulianópolis, no Estado do Pará, para participar da Agro Fest Milho. Estavam presentes a Prefeita Neusa Pinheiro, o Vereador Jonas, o Vereador Igor e diversos outros Vereadores.

A festa foi realizada pelos produtores rurais — pequenos, médios e grandes. Foi uma festa muito importante, muito bonita, que representou o crescimento do agronegócio no Estado do Pará, principalmente de grãos.

Quero parabenizar a Prefeita, os Vereadores, os agricultores presentes. Havia mais de 10 mil pessoas nessa grande festa em Ulianópolis, no Estado do Pará.

**O SR. DANILO CABRAL** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e natural da cidade de Surubim, queria fazer o registro do falecimento de uma importante educadora da nossa cidade, na manhã do último dia 23, aos 94 anos de idade. Refiro-me à Irmã Inês Guerra.

Irmã Inês foi uma grande figura presente na educação do nosso Município. Foi Diretora, Vice-Diretora e Secretária do Colégio Nossa Senhora do Amparo, uma das mais importantes escolas da cidade de Surubim. Dedicou 71 anos à vida religiosa, dos quais 40 anos trabalhou na querida cidade de Surubim.

Eu quero aqui registrar, em nome do povo de Surubim e na condição de Presidente da Comissão de Educação, a perda irreparável da Irmã Inês.



Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma menção.

Fiz, na Comissão de Educação, a indicação da Profa. Simone Maulaz Elteto para o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. Infelizmente, ela não logrou êxito, não está entre os finalistas, mas queria só fazer o registro de quem é ela.

Além de ser uma professora que dedicou muitos anos à educação — e dedica até hoje, como coordenadora do seu colégio —, ela é aquela professora que naquele fatídico dia em Goiânia, em que um estudante assassinou seus colegas e deixou feridos outros, tomou a arma da mão do adolescente de 14 anos e conseguiu controlar a situação. Foi a grande heroína do dia, impedindo que a tragédia fosse maior.

Infelizmente, ela não está entre os finalistas, mas merece desta Casa todo o reconhecimento. Vamos buscar outras formas de honrá-la, porque é uma pessoa, de fato, merecedora, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que registre a obstrução da REDE.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui cobrar providências da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia a respeito do desaparecimento de Eduardo Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa.

Eduardo é um líder sindical respeitado, reconhecido na região, e desde o dia 21 de junho está desaparecido. Não há nenhuma motivação de ordem pessoal ou familiar que possa justificar esse desaparecimento. É preciso que as forças de





segurança se mobilizem e ajudem a família e os associados do sindicato a superar essa angústia. A população de Bom Jesus da Lapa cobra essa providência.

Quero aqui parabenizar o Vereador Romeu, que está nessa luta.

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu tenho dúvidas sobre o conteúdo desse projeto oriundo do Senado Federal, porque, se é justo poupar os Municípios... Isso de fazer gentileza com o chapéu alheio, protegendo o Prefeito contra a flutuação de receita com isenções e renúncias da União, foi feito muito no Governo Dilma. Nós deveríamos proibir que isso ocorresse, e não aliviar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à questão dos *royalties*, eu tenho ainda mais dúvidas. *Royalty* é uma receita de natureza especial e eventual, que é volátil e não pode ser colocada como base...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. MARCUS PESTANA** - ...no fluxo de despesas correntes — na folha, na Previdência, em despesas obrigatórias, incomprimíveis.

Portanto, eu estou muito preocupado. Qualquer dos partidos aqui poderá governar o Brasil em 2019, e as nossas últimas decisões estão indo na contramão da responsabilidade fiscal.

Por isso, embora o PSDB tenha dado como orientação o voto “sim”, eu vou votar “não”.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar aqui que o Governo Federal criou a Medida Provisória nº 842, de 2018, para suprimir o art. 31 da Lei nº 13.606, de 2018, que dava rebate para os nossos agricultores pronafianos do Brasil inteiro.



Isso mostra que este Governo do PMDB não tem compromisso com a agricultura familiar, com a reforma agrária, com os assentamentos, com os quilombolas, com os pescadores, que são alguns dos públicos que acessam o PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar neste País.

Para os grandes, o Governo cede tudo. Para os pequenos, o Governo vetou esse projeto, que é de autoria parlamentar e havia sido aprovado na Câmara. O Congresso derrubou o veto do Presidente da República, e agora o projeto já é lei. Os bancos não estão autorizados a negociar com os agricultores, a liquidar suas contas. Com isso, os agricultores iam receber esses rebates, mas o Governo mandou uma medida provisória para suprimir o art. 31 e prejudicar nossos agricultores.

A bancada do PT tem compromisso com a agricultura familiar, com os quilombolas, com os pescadores artesanais, com a reforma agrária. Nós vamos continuar defendendo o art. 31.

Eu apresentei todas as emendas possíveis para manter aquilo que esta Câmara aprovou. Nós não podemos deixar que este Governo sem voto, golpista, do PMDB faça esse desaforo com nossos agricultores familiares, como nossos assentados, com nossos pescadores, com os quilombolas, com os indígenas, com aqueles que acessaram o PRONAF e que, com esse rebate, poderiam liquidar os seus contratos junto aos bancos.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores continua firmemente contra essa medida provisória.



**O SR. PEDRO PAULO** (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que, apesar de o meu partido ter orientado a favor do requerimento de urgência para a votação do PL, eu também votei contra ele, porque entendo que essa proposta conflita com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o déficit que o País está vivendo e com os ajustes que ele tem que fazer nas suas contas.

Em segundo lugar, Presidente, queria chamar atenção para aquilo que V.Exa. lutou muito para aprovar pelo Rio de Janeiro, que é o Regime de Recuperação Fiscal. Eu fui o Relator dessa proposta e trago aqui em primeira mão o relatório de abril do Conselho de Supervisão desse regime. Mais uma vez chama atenção o descumprimento de algumas medidas previstas pelo Regime de Recuperação Fiscal. Mesmo quando as medidas foram tomadas, o resultado foi muito abaixo do esperado.

Para se ter uma ideia, o relatório de abril divide-se em dois principais quadros. Ele fala de medidas de ajuste fiscal de caráter continuado e de medidas de caráter pontual. Medidas de caráter continuado são aquelas que têm efeito em longo prazo, e medidas de caráter pontual são aquelas que têm efeito imediatamente.

Das 12 medidas de caráter continuado, 5 foram cumpridas, mas com resultado abaixo da expectativa — 42% abaixo do esperado. Das 8 medidas de caráter pontual, 6 tiveram resultado abaixo do esperado. O volume de não cumprimento do ajuste fiscal, Deputado Aureo, já chega a 5 bilhões de reais.

Se nós incluirmos as medidas que a Assembleia Legislativa tem aprovado lá no Estado do Rio de Janeiro — algumas delas encaminhadas pelo próprio Poder



Executivo estadual —, o resultado é contraditório com o ajuste que prevê o Regime de Recuperação Fiscal.

Eu tenho acompanhado o Regime de Recuperação Fiscal, e, nos meus cálculos, nós já estamos com um comprometimento de quase 15 bilhões de reais em relação ao fluxo previsto no Regime de Recuperação Fiscal. Para o prazo de 3 anos — prorrogável por mais 3 anos, num total de 6 anos —, a economia prevista era de quase 90 bilhões de reais. Nós já temos cerca de 15 bilhões de reais furados desse fluxo financeiro, de economia entre receita e despesa, do Regime de Recuperação Fiscal.

Eu tenho feito esse alerta porque acompanho, mês a mês, o cumprimento do Regime de Recuperação Fiscal, que infelizmente não está sendo cumprido a contento. Deixo esse alerta para o Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Estado do Rio de Janeiro tem belezas naturais incontestes, como o Dedo de Deus, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, na entrada de Teresópolis.

Inspirado nessa possibilidade de uma ajuda maior vinda inclusive do plano divino, quero desejar ao Prefeito Vinícius Claussen, que neste instante assume a Prefeitura de Teresópolis, tudo de bom.

Na verdade, ele está herdando uma Prefeitura cheia de problemas, numa situação quase pré-falimentar. Mas ele se houve com muita capacidade e competência na eleição, no certame eleitoral, e, contrariando inclusive muitos prognósticos, ganhou com muita solidez.



Por isso, eu queria lhe enviar um abraço afetuoso, na certeza de que ele será um grande gestor para o Município de Teresópolis, um dos belos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a palavra por 1 minuto a V.Exa., apenas para registrar o meu espanto com a pressão exercida pelo atual Presidente da ELETROBRAS para transferir a área de saúde e segurança do trabalho para o Centro de Serviços Compartilhados, comum às empresas do grupo.

Essa medida, defendida pelo Presidente da ELETROBRAS, gera uma grande preocupação, porque tudo indica que irá precarizar, diminuir, reduzir o cuidado com a segurança no trabalho. Será que o Presidente da ELETROBRAS vai defender medidas como essa até que ocorra algum acidente fatal, até que se perca alguma vida?

Nós queremos repudiar essa pressão do Presidente da ELETROBRAS por essa transferência, que certamente prejudicará a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores dessa empresa.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há cerca de 180 anos, funciona no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que está acima dos demais institutos nacionais históricos nos respectivos Estados.

Desde então, trimestralmente, de forma ininterrupta, publica-se a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Há arquivos formidáveis, mais de 160 mil



documentos, uma pinacoteca maravilhosa, um museu. Ali se desenvolvem atividades científicas e culturais.

Eu queria cumprimentar o Presidente, Prof. Arno Wehling, o eminente ex-Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Antônio Celso Alves Pereira e demais membros do instituto pela perseverança, porque esse é um patrimônio.

Nós temos que agora oferecer mais oportunidades para a entidade, que recebe uma dotação muito pequena da República. É preciso fortalecer o IHGB, porque é um ícone da história brasileira.

Queria dizer que nós vamos trabalhar para esse fortalecimento.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, amanhã, nós apresentaremos na Comissão de Unificação das Polícias Civil e Militar o nosso relatório, depois de quase 3 anos de atuação dessa Comissão Especial de estudo, onde tivemos 11 audiências públicas — com mais de 60 pessoas participantes —, 13 seminários, 9 missões oficiais, inclusive missões em 3 Estados da Federação. Foram apresentados mais de 90 requerimentos, quase todos aprovados na Comissão. Então, após esses 3 anos, basicamente, de estudo, amanhã apresentaremos esse relatório.

Digo a todos os Deputados que fazem parte da Comissão: nenhum Deputado tem conhecimento desse relatório, e será apresentado na íntegra amanhã, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Obrigado, Presidente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar a minha discordância com a decisão que o STF tomou de considerar o fim do imposto sindical para os trabalhadores, para



reforçar a estrutura sindical brasileira, para distribuir, inclusive, recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Essa é uma norma que já vigora há mais de 60 anos no Brasil. O fim do imposto sindical é uma agressão à estrutura sindical brasileira, a nossa própria Constituição.

A quem interessa ter sindicatos frágeis, que não garantem as condições para a negociação? Interessa àqueles patrões gananciosos, que se preocupam apenas em fazer da nossa economia um espaço da rapinagem.

Então, registro o nosso repúdio a essa decisão.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação a esse tema do imposto sindical, a chamada “reforma”, que foi votada aqui e que trouxe o fim do imposto, deixou claro que, se houvesse negociação dos trabalhadores, o desconto poderia ser feito.

No entanto, conheço categorias que estão aprovando nas suas assembleias de trabalhadores o desconto, e as empresas não estão aceitando essa decisão, sob o argumento de que tem que ser por requerimento individual. Isso nunca existiu nas convenções de trabalho, ou seja, as empresas, aproveitando-se dessa decisão, e agora a do Supremo, estão desrespeitando aquilo que as assembleias de trabalhadores decidiram nas suas convenções coletivas de trabalho. As empresas estão rejeitando aquilo que os trabalhadores em negociação com o sindicato estão aprovando, Sr. Presidente, o que é um absurdo.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encerramos há pouco, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o seminário que fez um balanço sobre os três aspectos da nova



legislação trabalhista: o primeiro, sobre o mundo da economia e a relação da reforma trabalhista; o segundo, sobre a insegurança jurídica; e o terceiro, sobre o chão de fábrica — como é que fica o sindicato, como é que ficam os trabalhadores na área rural e na área urbana.

Nós contamos com a presença de representantes do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, da UNICAMP e de outras universidades, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho — ANAMATRA, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho — ANPT, da Justiça do Trabalho e das Centrais Sindicais.

Na verdade, os três grandes índices que o Governo propagava como positivos — de que a economia iria a crescer, daria estabilidade e iria gerar emprego — foram morro abaixo! Nem a economia cresceu, nem a estabilidade aconteceu; o desemprego é que cresceu!

Então, nós vamos criar um observatório para monitorar permanentemente essa nefasta reforma trabalhista, que causa impacto na vida dos trabalhadores.

Vamos também, Presidente, acompanhar no Senado o Senador Paulo Paim, porque, junto com as entidades, S.Exa. está construindo o Estatuto do Trabalho. Isso começou como uma sugestão da iniciativa popular — a SUG nº 12, de 2018. O Senador Paulo Paim é o Relator e vai transformar esse material em um projeto de lei. Então, será um projeto de lei do Senado, que virá com muita força, para recompor exatamente o que foi subtraído da CLT.

Nós vamos acompanhar o debate a respeito, porque esse projeto vai vir depois para a Câmara. Ao mesmo tempo, vamos acompanhar os projetos que estão





tramitando na Câmara e que dão segurança e estabilidade para o trabalhador, e para que os sindicatos não sejam tão enfraquecidos — porque, intencionalmente, na reforma trabalhista, quem votou junto com Temer está enfraquecendo os sindicatos.

Enfim, vamos acompanhar esses projetos para que eles sejam aprovados nesta Casa.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, permita-me falar 1 minuto, pois quero fazer o registro de que está aqui ao meu lado um grande amigo nosso, o querido Deputado João Leite, que preside hoje a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

O Deputado João Leite veio como nosso convidado e participou há pouco de uma audiência pública na Comissão de Viação e Transportes, defendendo o setor ferroviário como um todo. Inclusive, lá nós debatemos a renovação das concessões de ferrovias, porque aprovamos a lei que permite a renovação, mas com regras claras para que haja investimentos no País que melhorem a estrutura ferroviária.

No debate, surgiu algo muito importante. O Governo anunciou que pretende construir o que chamou de financiamento cruzado: fazer a concessão de rodovias e, com o dinheiro dos investimentos das concessões, construir a Ferrovia Centro-Oeste e fazer o Ferroanel em São Paulo. O que nós não aceitamos é que se faça a concessão das ferrovias de Minas Gerais e que se aplique o dinheiro fora do Estado!

É claro que queremos que se faça o Ferroanel em São Paulo, queremos que se faça a Ferrovia Centro-Oeste, que liga Mato Grosso à Norte-Sul — são obras imprescindíveis. Mas é claro que não tem cabimento você renovar as concessões das ferrovias mineiras e não fazer os investimentos que precisam ser feitos naquelas ferrovias, como o Ferroanel de Belo Horizonte, a transposição ferroviária, que a



minha cidade, Divinópolis, e várias outras cidades mineiras precisam. Precisamos de um terminal de cargas no Vale do Aço, de mais segurança e de mais transporte de carga e de passageiro nas ferrovias mineiras.

Então, vamos fazer esse acompanhamento. Aprovamos a realização de audiências públicas em Belo Horizonte, em Divinópolis, no Vale do Aço, em Juiz de Fora e em Montes Claros, em comum acordo com a ANTT, conforme inclusive prevê o edital de renovação dessas concessões, para que todos possam se manifestar.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós gostaríamos de manifestar a nossa contrariedade com o aumento que, hoje, a ANEEL determinou nas contas de energia elétrica para os usuários, os consumidores da Grande São Paulo: 16%. É uma verdadeira facada, é um verdadeiro absurdo, na conjuntura que nós estamos vivendo hoje de desemprego, de redução salarial, um aumento de 16% na conta de luz residencial, afora o aumento dos pedágios do Governo tucano, afora o aumento de 10% nos planos de saúde.

Este Governo dá aumento para todos os interesses das grandes empresas e deixa o trabalhador à mingua. Por isso, somos contrários a essa forma de administrar, e vamos lutar aqui para mudar isso.

É necessário que haja condições de o povo poder melhorar seu padrão de consumo. E para isso é necessário o controle das contas administradas pelo Governo. Não é possível! Olhem o que aconteceu com a questão do óleo *diesel*: a maior greve da história deste País, um prejuízo de bilhões e bilhões de reais ao povo



brasileiro, que vai repercutir em inflação e desemprego, porque nós estamos assistindo cada dia mais à paralisação da produção.

Este Governo não tem condições de continuar. E aqueles que o apoiam não têm condições de eleger o próximo Presidente da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, de acordo com o IBGE, cerca de 330 mil domicílios brasileiros perderam o benefício do Bolsa Família, 130 mil deles no Nordeste do País.

Isso significa, se contabilizarmos quatro crianças em cada família, que mais de 1 milhão e meio de pessoas foram jogadas novamente na miséria extrema e na fome.

São as mulheres que mais perdem, porque, com esse pouco dinheiro que o Estado lhes assegurava, no momento de grande desemprego que nós estamos vivendo, elas alimentavam seus filhos, garantiam a permanência deles na escola, que a vacinação estivesse em dia e que a família não tivesse perdas absolutas.

Sr. Presidente, este Governo, não ao acaso, tem os piores índices de aceitação e é um dos mais violentos que o Brasil já viu. Denuncio, portanto, o corte do Bolsa Família.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a importância da urgência desse projeto é pela gravidade da situação dos Municípios brasileiros. Os Prefeitos não têm culpa da má administração absurda do Governo Federal, que afunda cada dia mais as finanças brasileiras. Este é um



Governo que inverte prioridades, que dá anistia bilionária a setores extremamente poderosos e crucifica os que mais precisam.

Este projeto de lei visa tirar das Prefeituras uma burocracia que prejudica as administrações municipais. Eu concordo que se tenha um limite de gasto com pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, quando existe uma diminuição do FPM advinda da má administração federal, o Prefeito e principalmente a população mais humilde, os trabalhadores, não podem pagar o preço.

Portanto, há necessidade de votarmos o PLP 270/16.

**O SR. CABO DACIOLO** - Presidente, por gentileza.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Presidente, quero apenas registrar...

**O SR. CABO DACIOLO** (PATRI-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, ontem, 2 de julho, foi o Dia do Bombeiro Militar. O PL 3.695/15 prevê a anistia a 66 militares que foram excluídos da corporação de forma irregular, após mais de 10 anos de serviços prestados.

Já apresentamos um requerimento de inclusão do projeto na pauta e um requerimento de urgência, que foi assinado por todas as Lideranças dos partidos políticos da Casa.

Gostaríamos, por gentileza, de pedir a V.Exa. que colocasse em pauta esse PL, sobre a anistia de 66 bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro.

Digo a todos que juntos somos fortes, nenhum passo daremos atrás e que Deus está no controle.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero apenas fazer um registro. A obstrução do PCdoB era



uma obstrução política em função do restante da pauta. Mas, no mérito, nós somos a favor do projeto, porque as Prefeituras não podem se transformar em gestões ilegais devido à queda de arrecadação, decorrente muitas vezes da queda do FPM, da queda de uma série de tributos que dependem inclusive da macroeconomia brasileira.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes, pela Liderança do PSDB. Depois, vou encerrar a votação.

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos vivendo, no período recente do País, uma extrema dificuldade financeira, uma crise fiscal produzida ao longo dos últimos anos. Foram 4 anos, 5 anos de profunda irresponsabilidade na condução da economia.

É evidente que esse diagnóstico todos nós já conhecemos. A população também já vivencia esse drama profundo, que resulta no surgimento de 13 milhões de desempregados, inflação, juros, quebraadeira de vários setores econômicos, o que causa muito desânimo e descrença na população em relação ao futuro do País.

Nós estamos vendo uma população que não acredita na solução produzida por esta Casa, pelos principais atores políticos, pelos principais responsáveis por buscar um entendimento nacional para livrar o Brasil dessa grave crise econômica.

E essa descrença tem a ver com um sistema político também exaurido. A população olha para os partidos políticos, e não vê neles confiança; olha para as principais lideranças políticas, e também não vê nelas confiança. Por isso, ela alimenta uma profunda revolta em relação a tudo que é produzido nesta Casa, no Congresso, no Judiciário e no Poder Executivo. E, num momento como este, é preciso dizer que nós temos que perseverar e persistir na construção de soluções.

Falei, algum tempo atrás, da importante aprovação da PEC 282, que vai enfrentar o escândalo da farra de criação de partidos políticos a partir da cláusula de desempenho e também do fim das coligações. Mas são perspectivas futuras, são soluções que vão ser implementadas ao longo de uma, duas ou três eleições. Isso



ainda é insuficiente para que nós possamos dar a resposta rápida e simbólica que a população está a exigir. A população olha para os Poderes e só consegue enxergar privilégios, só consegue enxergar aqueles que atuam para se beneficiar. E essa é a grande questão que precisa ser enfrentada neste momento.

Daí é que eu quero fazer uma referência, e faço isso aqui, inclusive, citando a liderança do Deputado Nilson Leitão, que, de maneira persistente, trouxe um tema para a bancada do PSDB em relação ao enfrentamento dos gastos públicos. Várias propostas foram apresentadas, mas uma eu acredito que merece reflexão por parte do conjunto do Parlamento. Nós teremos a oportunidade de apreciá-la na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Deputado Nilson Leitão, em nome da nossa bancada, apresentou uma emenda prevendo o corte de 20% no custeio dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. É um corte drástico no custeio desses Poderes para simbolizar a necessidade de reduzir as despesas. Certamente, não fará frente ao rombo fiscal, mas irá simbolizar a disposição do Parlamento em dar uma resposta mais efetiva. Não adianta fazer apenas discurso do ajuste fiscal, de que temos que reduzir a despesa pública, se não houver uma ação efetiva.

Daí, mais do que o discurso, mais do que o debate, mais do que o enfrentamento político, é hora de fazer um chamado às bancadas, às lideranças de partidos políticos, para que nós possamos apresentar uma resposta concreta, a fim de que, no próximo Governo, em 2019, nós possamos ter um ambiente um pouco mais favorável na questão das contas públicas. São 150 bilhões de déficit este ano e mais alguns bilhões no ano que vem. Tudo isso sacrificando investimento na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura, e promovendo a desconfiança dos



investimentos e dos investidores. Isso precisa ser debatido de maneira muito clara e enfrentado de maneira muito objetiva.

Por isso, eu quero aqui fazer a defesa dessa emenda, que já consta do relatório do Senador Dário Berger, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias — está lá, posta ao debate, acatada em seu relatório.

Nós precisamos fazer aqui um efetivo e claro entendimento no sentido de dizer que nós vamos sair do discurso e ir para uma ação prática. Não é possível que o Legislativo, o Judiciário, o Executivo e o Ministério Público se utilizem de recursos que, muitas vezes, não têm retorno efetivo para a vida do cidadão — recursos para privilégios, recursos do desperdício, de ações que não são efetivamente importantes na vida do povo brasileiro.

E é preciso fazer aqui um esforço no sentido de se ter o sacrifício também dos Poderes constituídos, também do Parlamento, também do Judiciário, a fim de mostrarmos ao povo brasileiro que nós estamos comprometidos com a redução das despesas. Daremos, assim, um sinal de que poderemos construir um ambiente que permita o entendimento nacional da superação gradual da crise econômica que se assevera.

Sem esse gesto, sem esse movimento sincero, sem essa disposição de cortar na carne, de reduzir despesas — que são muitas vezes desnecessárias —, nós não teremos autoridade política para exigir nada da população, já sufocada por uma alta carga tributária, já sufocada por impostos excessivos, e principalmente, sem ter o retorno dos serviços públicos na qualidade exigida por ela.

Por isso, Srs. Deputados, em nome da bancada do PSDB, faço aqui a defesa desta emenda que prevê o corte de 20% no custeio desses Poderes, como ponto de





---

partida para se discutir em torno de algo concreto, algo que possa ser efetivado, que sinalize agora e para o presente a disposição de enfrentar esta crise, que é de responsabilidade de todos nós. Portanto, precisamos superá-la urgentemente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 288;

NÃO: 22;

ABSTENÇÃO: 2.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.



## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. ANTONIO BULHÕES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou o resultado de pesquisa realizada pelo Datafolha, no mês passado, em todo o País. Os números revelaram uma realidade perturbadora: 43% da população adulta manifestaram desejo de sair do País; entre os jovens na faixa entre 16 e 24 anos de idade, o percentual chegou a 62%. Em números absolutos, seriam 19 milhões de jovens que deixariam o Brasil, se pudessem, para tentar a vida no exterior.

Fora da pesquisa, o que se verifica não é apenas a intenção. Enquanto o número de vistos para imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América dobrou em 10 anos, em apenas 2 anos dobrou o número de vistos de estudante solicitados por brasileiros em Portugal. Estima-se, aliás, que, apenas em 2017, cerca de 80 mil brasileiros de todas as idades fixaram residência em terras lusitanas. Porque não são apenas os jovens, de fato, que desejam sair do Brasil. A pesquisa demonstrou que, do total de entrevistados, 56% têm ensino superior e 51% integram as classes A e B.

O fenômeno pode ser explicado, em parte, pela facilidade com que se emigra atualmente, na esteira das rápidas e intensas interações via Internet, mas a análise predominante, sem dúvida, pressupõe o grande sentimento de frustração que se abateu sobre a população brasileira, de 10 anos para cá.

É verdade que, até 2008, o bom desempenho da economia brasileira alimentava perspectivas mais favoráveis para todas as gerações. Com o advento da



crise mundial e, mais tarde, no compasso de nossa grave crise política, inverteram-se de modo abrupto os vetores de crescimento. Hoje, mal saído de quadro recessivo e amargando altos níveis de desemprego, o Brasil vivencia o descrédito popular em relação à classe política e às instituições em geral. Não é de se espantar, portanto, que mais da metade dos jovens brasileiros, inclusive profissionais, passem a sonhar com um futuro melhor no exterior.

Há muito tempo já se lamenta a evasão de cientistas brasileiros, a chamada “fuga de cérebros”, que encontram em países mais desenvolvidos condições favoráveis de trabalho e melhores oportunidades profissionais. Hoje, porém, esse movimento começa mais cedo. A pretensão à obtenção de bolsas de estudo, com vistas a futuras oportunidades de emprego no exterior, é opção disseminada entre os estudantes, muitos dos quais vêm se aproveitando das facilidades oferecidas por países como Portugal e Canadá, entre outros.

É um quadro lamentável, sobretudo quando pensamos no imenso potencial econômico e humano de que dispomos em nosso País, é o triste retrato da realidade brasileira, em que mesmo a população mais escolarizada, em desalento, não vislumbra saída a curto prazo e passa a considerar a possibilidade de fincar raízes no exterior.

Sr. Presidente, diante de tais evidências, não podemos deixar de lembrar que a pesquisa se realizou a poucos meses das eleições diretas para a Presidência da República, os Governos Estaduais e o Congresso Nacional. Isso significa que, mesmo com a perspectiva de alternância no poder, não há sinal de otimismo no País. É legítimo concluir, portanto, que o brasileiro se ressentido, em última instância, da ausência de um verdadeiro projeto político e econômico para a Nação.



Como representantes do povo, temos o dever de atentar para o que isso sinaliza: a necessidade premente de mobilização em torno de um projeto nacional consistente, por meio do qual se devolva a esperança ao povo brasileiro. E não há outro modo de fazê-lo, a não ser priorizando, de uma vez por todas, os investimentos em educação, saúde, inovação e tecnologia, para que os nossos jovens se sintam inseridos nas soluções nacionais e voltem a acreditar no potencial competitivo do País, tendo em vista tanto o mercado interno quanto o mercado internacional.

Sr. Presidente, não temos dúvidas de que aí se assenta o verdadeiro compromisso da classe política, no que toca ao futuro do País. De nossa parte, manifestamos o nosso profundo envolvimento com este propósito maior, de busca do crescimento com distribuição de renda, justiça social e desenvolvimento sustentável com inovação. O país que queremos é aquele que alimenta os sonhos de nossa juventude e une todas as gerações em torno de um futuro melhor, para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação, como bem ensina nossa Constituição Federal, não deve ser vista como mera atividade mercantil, mas, sim, como um instrumento de desenvolvimento pessoal, de preparo para o exercício da cidadania e de qualificação para o trabalho.

Por isso, embora possa ser confiada à iniciativa privada, a exploração econômica da atividade educacional deve ser desempenhada em estrita consonância com seu papel transformador da sociedade e com os postulados constitucionais aplicáveis, em especial o de garantia de padrão de qualidade.

Guiado por essas convicções, desenvolvi relatório prévio à Proposta de Fiscalização e Controle nº 64, de 2015, de autoria do Deputado Márcio Marinho, que propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre os procedimentos de autorização, funcionamento e avaliação dos cursos de graduação em Direito realizados pelo Ministério da Educação.

Argumenta o Deputado Márcio Marinho que, *“não obstante todo o aparato legislativo para que o Ministério exerça a fiscalização sobre o funcionamento das faculdades de Direito, os estudantes têm visto seus direitos de consumidores prejudicados diante da péssima qualidade de muitas instituições”*.

A realidade dessa afirmação é facilmente observada, por exemplo, na enorme taxa de reprovação nos Exames da Ordem dos Advogados do Brasil, que todos os anos costuma superar os 80%.

Parte desse resultado pode ser explicada pela baixa qualidade do ensino jurídico no País. A profusão de faculdades de Direito, em número que não encontra



equivalente no mundo, coloca em risco a qualidade do ensino ofertado. Daí a importância da supervisão e fiscalização do Ministério da Educação — MEC sobre o funcionamento dos cursos de graduação em Direito.

Há alguns dias, o Presidente Nacional da OAB, Claudio Lamachia, emitiu nota em que critica as reiteradas autorizações do MEC à abertura de cursos de Direito no Brasil.

*Afirma ele que “o Ministério permite o funcionamento de instituições sem levar em consideração a qualidade de ensino, a necessidade social e a estrutura mínima para receber os prováveis discentes, tais como a capacidade do mercado para recepcionar os alunos nas atividades de práticas jurídicas”.*

*Sua proposta é que “o MEC adote uma política pública de fiscalização dos cursos existentes e restrinja novas ofertas, até que se realize um mapeamento com a adequação obrigatória daqueles que não se enquadram nos padrões de excelência exigidos pela sociedade brasileira”.*

Por isso, confiante da relevância da PFC 64, de 2015, solicito que o TCU, respeitando as prioridades, dê celeridade à fiscalização proposta. Dessa forma, eventuais irregularidades e ineficiências, uma vez constatadas, poderão ser sanadas, contribuindo para a melhoria da supervisão dos cursos de graduação em Direito exercida pelo Ministério da Educação.

Os reflexos positivos certamente se farão ver na qualidade da formação acadêmica oferecida aos nossos futuros bacharéis em Direito.

Muito obrigado.



---

**VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 170.4.55.O**  
**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 170.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 3 de julho, às 18h59min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 8.939, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 170.4.55.O**

**Data: 03/07/2018**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

***(Encerra-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)***